



Serviço Público Federal
Ministério da Educação

Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul



**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DE AQUIDAUANA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS CULTURAIS-PPGCULT**

LAURA MARIN LUGO MAGDALENA

**OS 50 TONS DE UMA MULHER:
LUTA E RESISTÊNCIA DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NA GUERRA DO
PARAGUAI**

**AQUIDAUANA/MS
DEZEMBRO-2025**

**FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CAMPUS DE AQUIDAUANA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS CULTURAIS-PPGCULT**

LAURA MARIN LUGO MAGDALENA

Relatório de Qualificação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, do Campus de Aquidauana, para a obtenção do título de Mestre em Estudos Culturais, sob a orientação da Prof. Dr^a. Janete Rosa da Fonseca.

AQUIDAUANA/MS
DEZEMBRO-2025

OS 50 TONS DE UMA MULHER:
LUTA E RESISTÊNCIA DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NA GUERRA DO PARAGUAI

LAURA MARIN LUGO MAGDALENA

BANCA EXAMINADORA

Dr^a. Janete Rosa da Fonseca
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Campus de Aquidauana (UFMS/CPAQ)
Orientadora

Prof. Dra. Helen Paola Vieira Bueno
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Campus de Aquidauana (UFMS/CPAQ)
Examinador Interna PPGCULT

Prof. Dra. Dilnéia R. Tavares do Couto
Examinadora Externa
Universidade Estadual do Amapá - UEAP

Aquidauana, MS, 15 de dezembro de 2025.

Dedico esta dissertação em honra aos meus antepassados. Ao meu esposo Luiz Eduardo e filho João Paulo, aos meus pais Lauro (in memoriam) e Isabel. Aos meus irmãos Raquel e Gabriel, cunhada Mariana e sobrinhos Catarina, Maria Helena e João Gabriel. A Família é fonte do amor, alicerce e força.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus Pai Todo Poderoso e São Miguel Arcanjo, por tamanha experiência de amor e fé. Agradeço a família e familiares por tanta ajuda e gentileza no decorrer dessa caminhada, em especial ao marido Luiz Eduardo e filho João Paulo que fazem parte da minha caminhada acadêmica e entenderam muitas vezes as minhas ausências, eles são meu porto seguro. A minha mãezinha Isabel que discursava sobre as histórias da nossa família, contando sobre as mulheres, suas lutas e resistências. Foi através dela que me apaixonei pela cultura paraguaia, como também aprendi a dançar com o cântaro na cabeça e viver esse amor profundo pelo Paraguai. Ela enxugou as minhas lágrimas e também vibrou comigo quando escrevi sobre o legado da família Lugo. Aos meus irmãos Raquel e Gabriel que tecem palavras de incentivo e força, eles sonham comigo esse momento e juntos com suas famílias estão presentes em todas as minhas conquistas.

Em continuidade, com muito amor e respeito minha reverência a professora Doutora Janete Rosa da Fonseca, que esteve presente em todas as etapas desse mestrado, guiando, orientando, dando apoio, emprestando livro e verbalizando palavras de força. Ela foi fundamental para o desenvolvimento deste e para o meu crescimento como pessoa, expandindo meus horizontes em relação ao Ser Mulher, pois nós mulheres somos força e resistência. Obrigada pela generosidade, pela confiança e pelos convites para participar de eventos que escrevem e debatem sobre mulheres, ocasionando dessa forma muitas possibilidades de aprender sobre o feminismo. A você minha palavra é gratidão.

Ademais, aos primos Maria Cristina Lugo Samúdio e Eduardo Lugo Samúdio pela generosidade de procurarem as fotos que estão aqui presentes. Com a Cristina tive conversas longas sobre a família, onde choramos e nos alegramos em muitos momentos da minha caminhada no mestrado. A todos que deram apoio, se emocionaram, os muitos sorrisos, as boas sortes que recebi desde que comecei essa jornada e as minhas amadas alunas: Lavínia Baes Peregrinelli, Lídia Da Luz Lacerda Totó e Samara Gabrielly De Campos Arce Santos, que

toparam o desafio de desenharem uma capa para a minha dissertação. Esta que ficou linda, plena de encanto e traduziu a força da mulher.

Bem como, meu reconhecimento aos meus antepassados maternos e paternos que vieram antes, aguentaram as avarias de suas épocas, conheceram a guerra, a fome, o frio e lutaram para que pudéssemos viver num mundo melhor. Todos eles estão em mim e os reverencio por suas vidas. Agradecendo por todo ensinamento, legado religioso e por todo amor cultivado por gerações as danças paraguaiaias e as deliciosas comidas típicas: sopa paraguaia, chipa guasu e chipa piru (que rico).

Por fim, ao meu pai Lauro Magdalena Filho (in memoriam), que foi meu exemplo de estudo e inteligência. Ele movia céus e terras para ajudar pessoas que queriam estudar, pois sempre acreditou que esta é uma caminhada essencial na vida do ser humano. Foi um homem que deixou saudades profundas e ensinamentos de bondade e amor ao próximo. Onde estiver, obrigado por ter sido meu pai.

GALOPERA

En un barrio de Asunción gente viene gente va
Ya está llamando el tambor, la galopa va a empezar
Tres de febrero llegó y el patrón señor san blas
Ameniza la función la banda de trinidad
Debajo de la enramada ya está formada la rueda
Y sale la galopera la galopa a bailar
Luciendo el qyguavera zarcillos de tres pendientes
Anillos siete ramales y un rosario de coral

Galopera baila tu danza hechicera
Galopera mueve tus plantas desnudas
Cimbreado la cintura en tu promesa de amor

La morena galopera de la estirpe indolatina
Luce dos trenzas floridas y viste el tpoi yegúa
Sobre su cabeza erguida lleva un cántaro nativo
Agua para el peregrino la hermosa mitacuña
Y asííacute; sigue la función al compás de la galopa
Suenan alegres las notas estridentes del pistón
Mientras se oye el zumbido del bombo y los platillos
Va quejándose el trombón y redoblando el tambor

Galopera sigue tu danza hechicera
Galopera soy tu ardiente soñador
Dame un poco de agua fresca de tu cántaro de amor
Dame un poco de agua fresca de tu cántaro de amor

Composição: Mauricio Cardozo Ocampo
Interpretação: Perla paraguaia

RESUMO

Este trabalho analisa a presença historicamente invisibilizada das mulheres na Guerra do Paraguai (1864–1870), por meio de uma narrativa biográfica que articula memória familiar, experiência feminina e Estudos Culturais. Francisca Martinez, mulher paraguaia que atuou como sargenta durante a Guerra Guasu, segundo relatos transmitidos oralmente, encontrou uma imagem do Arcanjo São Miguel em meio aos destroços da guerra. Esse episódio marcou profundamente os descendentes, configurando-se com identidade religiosa, cultural e simbólica que acompanha a família por mais de um século. A investigação analisa a memória feminina como eixo estruturante nas dinâmicas familiares, destacando o papel das mulheres na preservação da fé, no cuidado e na transmissão dos saberes. A narrativa das descendentes de Francisca evidencia múltiplas camadas de resistência: desde a sobrevivência em campo de batalha até as experiências de violência de gênero enfrentadas por suas sucessoras, como assassinatos, abusos, exploração, entre outros. Nesse sentido, o estudo demonstra como a violência contra a mulher, historicamente vinculada ao patriarcado, atravessa temporalidades distintas e permanece como problema grave no século XXI, sendo corroborada por índices contemporâneos de feminicídio no Brasil. A pesquisa estrutura-se teoricamente a partir de autores dos Estudos Culturais: como Bhabha, Hall, Butler, Cevasco e hooks e metodologicamente adota abordagem qualitativa, com ênfase na narrativa biográfica e na análise das memórias de geração a geração. Discute-se como a escrita se constitui como um ato de resistência, especialmente para mulheres historicamente silenciadas pela historiografia oficial da guerra, que privilegiou figuras e feitos masculinos. Conclui-se que as mulheres, ao mesmo tempo em que sustentaram suas famílias em contextos de guerra, também criaram espaços de fé, afeto e identidade. Assim, a pesquisa associa o protagonismo feminino no debate acadêmico, ampliando a compreensão das mulheres como agentes de transformação social, sujeitos históricos e guardiãs de memórias e tradições.

Palavras-chave: Guerra do Paraguai; Invisibilidade; Luta e Resistência; Protagonismo Feminino; Violência contra as Mulheres.

RESUMEN

Esta obra analiza la presencia históricamente invisibilizada de las mujeres en la Guerra del Paraguay (1864-1870), a través de una narrativa biográfica que articula la memoria familiar, la experiencia femenina y los Estudios Culturales. Francisca Martínez, una mujer paraguaya que sirvió como sargento durante la Guerra de Guasu, según relatos orales, encontró una imagen del Arcángel San Miguel entre los escombros de la guerra. Este episodio marcó profundamente a sus descendientes, forjando una identidad religiosa, cultural y simbólica que ha acompañado a la familia durante más de un siglo. Esta investigación analiza la memoria femenina como eje estructurante de la dinámica familiar, destacando el papel de las mujeres en la preservación de la fe, la atención y la transmisión de conocimientos. Las narrativas de los descendientes de Francisca revelan múltiples capas de resistencia: desde la supervivencia en el campo de batalla hasta las experiencias de violencia de género que enfrentaron sus sucesoras, como asesinatos, abusos, explotación, entre otras. En este sentido, el estudio demuestra cómo la violencia contra las mujeres, históricamente vinculada al patriarcado, trasciende distintas temporalidades y sigue siendo un grave problema en el siglo XXI, corroborado por las tasas actuales de feminicidio en Brasil. Esta investigación se estructura teóricamente con base en autores de Estudios Culturales, como Bhabha, Hall, Butler, Cevalco y hooks, y adopta metodológicamente un enfoque cualitativo, con énfasis en la narrativa biográfica y el análisis de las memorias transmitidas de generación en generación. Analiza cómo la escritura constituye un acto de resistencia, especialmente para las mujeres históricamente silenciadas por la historiografía oficial de la guerra, que privilegió las figuras y los logros masculinos. Concluye que las mujeres, al tiempo que apoyaban a sus familias en contextos de guerra, también crearon espacios de fe, afecto e identidad. Así, la investigación vincula el protagonismo femenino con el debate académico, ampliando la comprensión de las mujeres como agentes de transformación social, sujetos históricos y guardianas de memorias y tradiciones.

Palabras clave: Guerra del Paraguay; Invisibilidad; Lucha y Resistencia; Empoderamiento Femenino; Violencia contra las Mujeres.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Marechal Francisco Solano López	18
Figura 2 – Elisa Alicia Lynch.....	27
Figura 3 –Ana Justina Ferreira Néri	29
Figura 4 – Francisca Martinez e família.....	30
Figura 5 – São Miguel Arcanjo	32
Figura 6 – Maria Candelária Vallejos Lugo e família	34
Figura 7 – Grupo de dança paraguaia Patchouli.....	34
Figura 8 – Francisca Martinez e família.....	39
Figura 9 – Maria Candelária Vallejos Lugo e Maria Elódia Lugo Marin	39
Figura 10 – Joana Natividad Lugo Cáceres e Francisco Cáceres.....	40
Figura 11 – Recorte jornal Correio do Estado.....	41
Figura 12 – Ramona Cayetana Lugo Samúdio.....	41
Figura 13 – Maria Cristina Lugo Samúdio.....	42
Figura 14 – Pancha Garmendia	48
Figura 15 - Senhorinha Barbosa com familiares	60

LISTA DE MAPAS

Mapa 1	Mapa do Femicídio - 2021	77
Mapa 2	Onde morrem as mulheres? Local dos Crimes em MS– 2021	78
Mapa 3	Como? Meios utilizados para os Crimes Mato Grosso do Sul - 2021.....	78
Mapa 4	Quando ocorreram os feminicídios no Mato Grosso do Sul - 2021	78
Mapa 5	Por quem as mulheres são mortas? 2021.....	79
Mapa 6	Por que as mulheres as mulheres são mortas? 2021	79

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
1. GUERRA GUASU/GUERRA DO PARAGUAI	18
1.1 A presença e a invisibilidade das Mulheres na Guerra do Paraguai.....	21
a) Elisa Alicia Lynch (esposa Solano López).....	25
b) Ana Justina Ferreira Néri	28
c) Francisca Martinez	29
1.2 A Travessia de São Miguel Arcanjo - Paraguai/Brasil: identidade, cultura e hibridismo.....	31
1.3 O legado das Mulheres da família Lugo.....	37
2. AS VIOLÊNCIAS DOS CORPOS SUBALTERNIZADOS, VIOLADOS, VIOLENTADOS NA GUERRA DO PARAGUAI.....	44
2.1 A violência contra as mulheres paraguaias na Guerra do Paraguai.....	45
a) A Destinada Pancha Garmendia	48
b) A Destinada Dorothea Duprat de Lassere.....	49
c) As Residentas.....	51
d) Uma breve narrativa das violências contra as descendentes de Francisca Martinez.....	52
2.2 A violência contra as mulheres brasileiras na Guerra do Paraguai	54
a) Preta Ana.....	56
b) Mariz Fuzil e Aninha Cangalha	57
c) Jovita Alves Feitosa	57
d) Dona Raphaela Senhorinha Maria da Conceição Barbosa de Lopes	57
2.3 A mulher Invisibilizada	62
2.4 Conceitos de Violências	65
2.4.1 Tipos de Violência contra a Mulher e suas legislações.....	68
a) Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006).....	69
b) Lei Carolina Dieckmann (Lei 12.737/2012).....	71
c) Lei do feminicídio (Lei nº 14.994/2024)	73
2.4.1.1 Mapa de Feminicídios em Mato Grosso do Sul.....	76
a) A violência contra as Mulheres de Mato Grosso do Sul.....	77
3. A INFINITA GUERRA FEMININA.....	81
3.1 Mulheres da religiosidade à Guerra	82
3.2 O sujeito feminino: narrativas, lutas e resistência.....	91
3.3 O sujeito feminino e o Campo dos Estudos Culturais	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS	108
REFERÊNCIAS	113

INTRODUÇÃO

É sabido que a Guerra do Paraguai¹ de Solano Lopez (1864-1870) é um acontecimento histórico que atravessa gerações nas famílias sul-mato-grossenses, onde a partir desse conflito, muitos paraguaios saíram de seu país Paraguai e imigraram para o Brasil nessa região (que na época era Mato Grosso), em busca de novas oportunidades para refazerem suas vidas. Em suas bagagens carregaram memórias, tradições e relatos dos seus antepassados que viveram a guerra da tríplice aliança, tal história que será contada por meio da narrativa biográfica.

Entre essas memórias destaca-se a trajetória de Francisca Martinez, mulher paraguaia que atuou como sargenta na Grande Guerra. Durante sua passagem nos campos de batalha, de longe avistou um baú, a mesma foi em sua direção e ao abri-lo se deparou com uma imagem do Arcanjo São Miguel de 50 cm de altura. Relatou que o encontrou “em meio a uma área rechaçada e devastada pelos morteiros”², fez um *Apyterao*³ e carregou a imagem, fazendo um especial pedido que se sobrevivesse à guerra, honraria o santo e transmitiria a devoção a seus descendentes. Essa narrativa foi preservada por meio da oralidade, tornou-se parte indispensável na memória familiar, expressando o sentido religioso com a experiência traumática da guerra.

Essa história foi relatada das gerações mais antigas para as mais novas, contadas em rodas de conversas, relembrando a pátria que um dia foi morada dos seus antepassados. Nesse processo, em sua travessia Paraguai/Brasil trouxeram consigo costumes culturais paraguaios, como as danças típicas, a culinária tradicional e o Arcanjo São Miguel. A novena dedicada ao santo, preservada há mais de 150 anos, permanece como um dos principais símbolos desse legado: é entoada em castelhano, enquanto a celebração da missa ocorre em português.

A neta de Francisca, Maria Candelária Martinez Vallejo Lugo migrou com a família de Assunção/PY para Ponta Porã/MT, residindo lá por alguns anos. Foi no ano de 1939 que se mudaram para Campo Grande/MT. Desde então, fixaram residência na cidade e seus descendentes permanecem lá até hoje. Maria Candelária manteve viva a devoção ao Arcanjo São Miguel, abrindo as portas de sua casa para os companheiros de pátria, os vizinhos e os simpatizantes poderem se juntar a família para homenagear o Arcanjo São Miguel. Essas

¹ Oficialmente denominada no Brasil de Guerra do Paraguai, o conflito ocorrido entre os anos de 1864-1870 e que envolveu Brasil, Paraguai, Argentina e Uruguai, no Paraguai é conhecido por Guerra Guasu, Guerra Grande, Guerra da Tríplice Aliança e, ainda, Guerra da Tríplice Aliança contra o Paraguai. (SQUINELO, 2021. p.154).

² ARCA [revista], n. 4. Campo Grande - MS, dez. 1993. BR_SPAPESP_HEMAPESP_S002_B000123_D000004.

³ *Apyterao* (guarani) – pano que enrolavam como uma roda, como se fosse uma almofada e colocavam na cabeça. 2013.

tradições demonstram um legado cultural e religioso transmitido predominantemente pelas mulheres da família.

Nasci inserida nesse contexto cultural híbrido, atravessado por identidades paraguaias e brasileiras, aprendendo a falar o português e o espanhol. Desde a minha infância fui introduzida as práticas religiosas, com as primas fazia apresentações de danças tradicionais com as músicas paraguaias: Galopera e Pájaro Campana, éramos conhecidas pela alegria que estas polcas proporcionavam e o nome do grupo de dança era Patchouli. As comidas tradicionais sempre estavam presentes em nossas mesas, como os pratos: sopa paraguaia e chipa (estes que até hoje são representatividades da culinária paraguaia no estado). A espiritualidade herdada de minhas ancestrais influenciou diretamente minha trajetória religiosa e na devoção à São Miguel. Tal ensinamento que me fez ansiar por praticar a fé através da terapia holística, atendendo pessoas que buscam ajuda nas curas energéticas e alternativas, tais práticas como: reiki, cura prânica, constelação familiar, entre outros. Nesse campo, desenvolvi um olhar sensível para as dores e demandas dos semelhantes, inspirado pela postura de cuidado e resistência observada em minha bisavó Maria, ela era aquela que cuidava de todos os seus, se tornando figura central na coesão familiar e exemplo de fé.

O ingresso no Programa de Pós-Graduação em Estudos Culturais da UFMS – Campus Aquidauana ampliou meu olhar sobre sujeitos historicamente marginalizados, com ênfase na atuação feminina, que ganha destaque em minhas pesquisas. Minha própria história familiar revela mulheres que enfrentaram guerra, perdas, violência e desigualdades estruturais. Francisca sobreviveu ao conflito e transformou sua devoção em legado. Sua filha foi assassinada num crime brutal, evidenciando a permanência da violência de gênero ao longo das gerações. Outra descendente, vítima de um casamento marcado pelo alcoolismo, pela perda de bens familiares, exerceu resistência ao se divorciar e criar sozinha seus sete filhos e era um exemplo de devoção e fé. Assim se iniciou a minha narrativa biográfica

A Violência contra as mulheres está presente em todas as estações do ano, desde o calor do verão, as cores da primavera, as ressignificações das folhas no outono e o momento do recolhimento gélido e cortante do inverno, expressando a constância e a profundidade desse fenômeno. Ela protagoniza guerras, traumas, perdas, dores, inseguranças, julgamentos, exposição, falta de respeito e violência, onde não tem descanso e por muitas vezes se encontra desamparada, onde rede de apoio existe para os papéis, para o corpo e alma, só a certeza da fé, força e resistência.

As palavras: luta e resistência são as protagonistas dessa escrita, onde vemos as mulheres aqui pronunciadas superarem os seus limites, conduziram suas trajetórias e de seus

filhos para que tivessem uma vida digna. Fatos e relatos que nos inspiram a pelejar contra a perseguição da sociedade patriarcal, misógina, machista e sexista contra a mulher. Esta que nessa Grande Guerra foi apagada, silenciada, não sendo vista como atuantes na luta pelo seu país, esta que recebeu carinhosamente uma classificação e em meio as desgraças e a morte, permaneceu em pé por ela e por sua pátria.

Destarte, o objetivo é descrever a presença historicamente invisibilizada das mulheres na Guerra do Paraguai, reconhecendo seus feitos e sua prática religiosa nessa sangrenta batalha. A partir, apresentar as mulheres em suas variadas performances ao longo da história: a mulher da guerra; a mulher que sofre violência; a mulher que luta pelos seus direitos e a mulher que escreve como um ato de resistência. Além disso, aborda legislações de combate a violência contra a mulher, que busca desconstruir estereótipos de gênero e revelar os índices elevados de feminicídio no período de dois mil e vinte e um.

Logo, é conhecido de que vivemos em uma sociedade patriarcal, no qual o homem é soberano perante as mulheres, esta é inferiorizada, perseguida e invisibilizada. Diante de tal premissa se faz necessário elevarmos nossas vozes: faladas ou escritas para que saibam que somos iguais perante a lei. Dessa forma, deixar evidente que a mulher é a protagonista, essa história começa com uma mulher, que foi a pessoa que trouxe para sua família a experiência de uma Guerra, a força da sua fé que a fez permanecer viva e continuar sua história, deixando um legado religioso e também cultural para os seus descendentes, que preservaram os conhecimentos e aprendizados dos seus antepassados, no qual até os dias atuais é contemplado com honra. Destacando que as mulheres dessa família presenciaram e vivenciaram: a guerra, a violência, a travessia, entre outros. Permaneceram firmes, sendo o pilar que sustentou a família. Onde nasce uma vida, ali se encontra a presença feminina, ou seja, nós mulheres somos o portal da vida humana. Com isso estabelecer que enquanto nos rebaixarem, estaremos em pé em prol de uma vida digna e sem violência. Em suma, aqui apenas uns traços, que junto as composições das escritas femininas, vão reafirmando que somos potência, nós mulheres somos a resistência.

A estrutura da dissertação organiza-se em três capítulos. No primeiro capítulo, apresentarei a Guerra do Paraguai de forma sucinta como ela se desenvolveu e terminou e a hegemonia masculina na historiografia. No entanto, a ênfase será dada para as mulheres que participaram da Guerra do Paraguai, aquelas que ficaram conhecidas como residentes e destinadas, assim como a primeira-dama paraguaia Elisa Alicia Lynch (esposa de Francisco Solano López), a baiana e enfermeira Ana Justina Ferreira Néri que seguiu seus três filhos para lutar pela nação brasileira e a sargenta Francisca Martinez que encontrou São Miguel nos campos de batalha. Essas e milhares de mulheres que compuseram o exército, “como mães,

esposas, costureiras, enfermeiras, prostitutas, comerciantes, soldadas”, (Colling, 2014, p.8). Em continuidade, narrar a vida da neta de Francisca e sua família que junto com a imagem de São Miguel Arcanjo atravessaram Paraguai/Brasil, trouxeram em suas bagagens as tradições paraguaias e em sua nova moradia no ‘Brasil’ se depararam com outros costumes, valores, conhecimentos e crenças. Onde essa junção de culturas paraguaias e brasileiras permitiu a existência de um novo, constituindo um “terceiro espaço” (Bhabha, 1996) de hibridização cultural. E ressaltando como se deu o legado do Arcanjo São Miguel na família Lugo, que desde que entrou para a família, apenas as mulheres são as representantes do ícone. De mãe para a filha, a devoção permanece viva.

O segundo capítulo, por si só, já fomenta a importância de falarmos sobre as violências cometidas contra o corpo da mulher, a subalternização recorrente do gênero feminino séculos após séculos. Mostrando as atrocidades que aconteceram com as mulheres durante a Guerra do Paraguai e que ainda está presente na humanidade. Todavia, na atualidade é notório o quão aumentou o índice dessas agressividades contra as mulheres no século XXI. Portanto, uma abordagem dos fatos violentos ocorridos com as mulheres paraguaias, destacando algumas destinadas que pertenceram a elite, o trágico destino das residentes, como também as violências sofridas pelas descendentes de Francisca Martinez. Em seguida, a violência sofrida pelas brasileiras, o anonimato de guerreiras que contribuíram com a guerra, trazendo pequenas histórias de mulheres corajosas. Consequentemente, versar a invisibilidade das mulheres no decorrer da história humana, em seus momentos sombras diante desse palco chamado planeta Terra. Finalizando, com os conceitos de violências, assim como os tipos de crueldades contra o gênero feminino e os mapas estatísticos do feminicídio no Estado do Mato Grosso do Sul.

No terceiro capítulo, apresentar as histórias não contadas, das grandiosas mulheres que foram destemidas perante os infortúnios, desde a maçã (mulher religiosa) a espada (mulher da guerra), estas que permaneceram em pé com perseverança, apesar de saber que ainda vivemos em uma sociedade que é machista e misógina. Mostrar as cores e dores dos seus corpos estigmatizado desde a sua primeira existência, sabendo que para a mulher não existe lugar seguro e não importa onde reside. O sujeito feminino e o campo dos Estudos Culturais, evidenciando a importância de falarmos sobre as mulheres, salientando essa pauta para a esfera pública, trazendo a consciência para a sociedade que o “feminismo é para todo mundo”. (hooks, 2018, p.10). Assim, deixar claro que a luta feminina é constante e continua, não importa sua cor, a mulher sofre preconceito por ser mulher. E como um ato de revolução feminina, continuarmos nossas batalhas através das palavras, pois "escrever é uma maneira

de sangrar" e " acrescento: e de muito sangrar, muito e muito..." (Evaristo, 2017, p.109), ou seja, que possamos com as nossas elaborações e colaborações representar nosso suor, sangue e lágrima, afinal somos resistência.

Assim, visualizarmos a mulher como a protagonista, analisando sua capacidade de ressignificação. Onde ela está floresce, ela e o todo ao seu redor se desenvolve por sua fé e força. A narrativa deste trabalho procura mostrar que a mulher que foi para a guerra, conseguiu sair viva e reconstruir seu país, que foi destruído e massacrado. Temos da mesma forma a mulher que foi perseguida, violentada e assediada, ela também trava suas duras batalhas emocionais para continuar viva com as duras marcas da violência contra ela. Como também, aqui apresentamos as mulheres que dão vozes às outras, com amorosidade e generosidade, para que suas dores e cores alcancem todos os cantos do planeta, seja por ela mesma ou por outras que as representam.

Utilizamos a metodologia da narrativa biográfica e o uso de pesquisa bibliográfica a partir de teóricos dos Estudos Culturais, assim como pesquisas realizadas na internet referente as temáticas abordadas no trabalho. Respaldados em Bhabha (1996), Hall (2016), Cevasco (2003), Butler (2019), hooks (2018), entre outros. A abordagem da pesquisa é qualitativa descritiva, que delineia as narrativas vivenciadas pelas mulheres, em que há mapas de demonstram a voracidade sobre a violência contra as mulheres e finaliza com o aprofundamento do ser mulher. A partir das leituras realizadas organizar um diálogo entre os capítulos, no qual a mulher da guerra é a protagonista deste trabalho, recebeu classificação, as penúrias de uma guerra e ainda assim sobreviveu, com seu corpo marcado pelas dores e perdas, mas permaneceu em pé e com fé. Assim como, o penoso fardo da violência contra a mulher, que tem seu corpo invadido, desrespeitado, julgado pelo simples fato de ser mulher. No qual muitas vidas são ceifadas vorazmente e diariamente. Tal qual ressaltar as mulheres que lutam pelos seus espaços através dos séculos, ultrapassam seus limites e representam as vozes de todas aquelas que foram invisibilizadas, silenciadas e apagadas. Portanto, elencar as representações do sujeito mulher em uma sociedade que ainda se mantém patriarcal, machista e sexista.

1. GUERRA GUASU/GUERRA DO PARAGUAI

“Galopeira, pra matar minha saudade
Pra minha felicidade, Paraguai, eu voltarei
Pra minha felicidade, Paraguai, eu voltarei”
(Mauricio Cardoso Ocampo)

Guerra Gasu/Guerra do Paraguai, foi liderada pelo presidente constitucional Marechal Francisco Solano López (sucessor de Carlos Antonio López, primeiro presidente do Paraguai), que rivalizou contra a aliança militar de três países, sendo eles: Brasil, Argentina e Uruguai (Tríplice Aliança). Tal acontecimento ficou marcado drasticamente na história da América do Sul, por se tratar de uma sangrenta batalha, que destruiu o Paraguai. Os objetivos iniciais se deram as disputas de territórios terrestres e fluviais, benefícios econômicos, como também o antagonismo político entre os países da região. Esse evento começou em 13 de dezembro de 1864 e finalizou em 01 de março de 1870 com a morte do presidente paraguaio.

Figura 1: Francisco Solano López.



Fonte: Francisco Doratioto.⁴

Marechal Francisco Solano López na tentativa de expandir seu país e torna-lo uma potência perante as demais nações vizinhas, tentou possuir o direito de transitar no rio até chegar ao mar através do porto Montevideú/Uruguai, onde ansiava por amplificar suas rotas comerciais e obter a livre navegação. Isto posto, ficou evidente que “Francisco Solano López foi menos prudente que seu pai ao tentar posicionar seu país como um árbitro da região, exigindo por meio

⁴ Fonte: DORATIOTO, Francisco. **Maldita Guerra:** Nova história da Guerra do Paraguai. 2ª ed. São Paulo, Companhia das Letras, 2002. p. 450.

do ultimatum a não intervenção militar do Brasil no Uruguai”, pois essa a intervenção seria um grande obstáculo para seus ideais. (Capdevila apud Dockhorn, 2020, p.50).

Logo, a invasão do Brasil no Uruguai para bloquear essa via fluvial, resultou no “aprisionamento do navio brasileiro, Marquês de Olinda, que trafegava pelo rio Paraguai rumo ao Mato Grosso, levando a bordo o novo presidente daquela província, Frederico Carneiro de Campos” (Squino e Dockhorn, 2024, p.43) que foi ordenado pelo presidente paraguaio. Com isso, explodiu a Grande Guerra. Em continuidade, a Argentina se tornou aliada ao Brasil e Uruguai, onde essa moção foi uma medida que repercutiu negativamente para o Paraguai, onde foi frustrante para as ambições de Solano López que viu como “[...] uma ameaça crescente ao equilíbrio de poderes existente no Rio da Prata, que, em sua opinião, garantia a segurança, a integridade territorial e a independência do Paraguai”. (Bethel apud Dockhorn, 2020, p.50).

De acordo com Doratioto (2002):

[...] A guerra era vista por diferentes ópticas: para Solano López era a oportunidade de colocar seu país como potência regional e ter acesso ao mar pelo porto de Montevideu, graças a uma aliança com os *blancos* uruguaios e os federalistas argentinos, representados por Urquiza; para Bartolomé Mitre era a forma de consolidar o Estado centralizado argentino, eliminando os apoios externos aos federalistas, proporcionado pelos *blancos* e por Solano López; para os *blancos*, o apoio militar paraguaio contra argentinos e brasileiros viabilizaria impedir que seus dois vizinhos continuassem a intervir no Uruguai; para o Império, a guerra contra o Paraguai não era esperada, nem desejada, mas, iniciada, pensou-se que a vitória brasileira seria rápida e poria fim ao litígio fronteiriço entre os dois países e às ameaças à livre navegação, e permitiria depor Solano López. (Doratioto, 2002, p.93-96).

Com isso, a Grande Guerra se deu devido a desacordos entre esses países, portanto “o gatilho para o conflito internacional foi a resposta imediata de Assunção à intervenção militar brasileira no Uruguai em outubro de 1864.”⁵ (tradução da autora). Sendo assim, “em resposta às sucessivas declarações de guerra e às já efetuadas ocupações por parte do Paraguai, Brasil, Argentina e Uruguai uniram-se, em primeiro de maio de 1865, para firmar uma aliança que resultou na assinatura do Tratado da Tríplice Aliança”. (Capdevila apud Squino e Dockhorn, 2024, p. 43).

Dessa forma, a Tríplice Aliança colidiu contra o Paraguai, ressaltando que “esse acordo explicitava que o objetivo da aliança era lutar contra o regime autoritário de Solano López; logo, não seria uma guerra contra o povo paraguaio, e sim contra seu governante”. Mas, essa guerra deixou consequências avassaladoras para o país, onde este perdeu grande parte da sua

⁵ “El detonante del conflicto internacional consistió en la inmediata respuesta de Asunción a la intervención militar brasileira en el Uruguay en octubre de 1864.” (CAPDEVILA apud SQUINO, 2024, p. 43).

população, como também viu seu território ser desmembrado, tornando um evento caótico, que teve sérios danos e ficou devastado após esse conflito. Restando para aqueles que sobreviveram, cicatrizes permanentes na história. (Squinelo e Dockhorn, 2024, p.43).

Essa Grande Guerra tomou proporções inimagináveis, onde começou numa pequena ação e se tornou grandiosa, junto com as perdas e movimentos que foram causados pela guerra. “A guerra foi mais total para o Paraguai do que para seus inimigos, que a apresentaram como uma guerra ideológica contra “o tirano López” e culminou em uma hecatombe demográfica (morte de 60% de seus habitantes, incluindo 80% dos homens com mais de dez anos) e um amplo redesenho de fronteiras (perda de 40% do território nacional) que estabilizou a geopolítica regional até hoje”. (Capdevila, 2010, s/p). ⁶. (tradução da autora).

Souchaud (2011) enfatiza:

A guerra mobilizou o conjunto dos recursos disponíveis do Estado paraguaio: sua população – inclusive as mulheres e as crianças, que combateram –, sua economia, seu território. Rapidamente, para os beligerantes, a guerra foi um objetivo em si e tanto a coalizão quanto a sociedade paraguaia, liderada pelo presidente-marechal Francisco Solano López, entraram em um processo de aniquilamento da sociedade paraguaia. (Souchaud, 2011, p.134).

Posto isso, o Paraguai precisou passar por um processo de reconstrução de sua nacionalidade. A partir da ruínas da guerra, juntar seus restos e tentar se recuperar economicamente, politicamente e socialmente. Como incentivo de continuar em pé e se refazer foram construídos alguns monumentos que pudesse falar por si e incentivar a população que restou a não permitir que seus mortos sacrificados nessa guerra fossem esquecidos e que diante de tal realidade eles resistissem bravamente e reerguessem o país, ou seja, na memória do povo paraguaio e de seus descendentes até a atualidade são anunciados esse evento fatídico.

Portanto, ainda há muitas memórias que permaneceram e perpassaram o tempo, mesmo que terminado essa guerra catastrófica, ficaram enraizados os traumas que o Paraguai sofreu nesse período. Assim, o que restou foi o legado que a cada nova geração é renovada, onde ficou o convite que os descendentes continuassem homenageando os seus ancestrais que estiveram presentes nessa guerra, que somente teve seu “término em 1º de março de 1870, quando a última resistência paraguaia foi encerrada e o presidente Francisco Solano López foi morto em Cerro Corá”. (Squinelo e Dockhorn, 2024, p.26).

⁶ La guerra fue más total para el Paraguay que para sus enemigos, que la plantearon como una guerra ideológica contra «el tirano López» y la culminaron con una hecatombe demográfica (muerte del 60% de sus habitantes, entre ellos el 80% de los hombres de más de diez años) y un amplio rediseño fronterizo (pérdida del 40% del territorio nacional) que estabilizó la geopolítica regional hasta nuestros días. Disponible em: <https://doi.org/10.4000/mcv.4167>. Acesso em julho de 2025.

1.1 A presença e a invisibilidade das Mulheres na Guerra do Paraguai

É sabido que “quando se fala em guerras dos séculos passados, imaginamos sempre homens marchando a pé ou a cavalo, em situação de combate. Esquecemos que as mulheres, muitas vezes com filhos, acompanhavam seus maridos soldados”. Sempre a primeira imagem que vem em mente é a de homens, pois na história em geral o homem que foi citado no decorrer do desenvolvimento da humanidade, estes que tiveram suas conquistas anunciadas. Contudo, muitas mulheres participaram ativamente e contribuíram bastante, como ocorreu na Guerra do Paraguai, elas persistiram e lutaram para que seu país continuasse existindo. Mas, na historiografia, foram esquecidas, apagadas, invisibilizadas diante dos relatos históricos desse acontecimento, onde “as dificuldades de penetrar no passado feminino têm levado os historiadores a lançar mão da criatividade, em buscas de pistas que lhes permitam transpor o silêncio e a invisibilidade que perdurou por tão longo tempo nesse terreno”. (Dourado, 2005, p.11-10).

As mulheres não têm permissão de aparecerem na sociedade patriarcal em que vivemos, pois, “numa sociedade como a nossa, em que as desigualdades permanecem perenes, a mulher, a criança, o velho, entre outros, diluem-se nas classes detentoras de poder” (Dourado, 2005, p.10). Embora essas mulheres atuando na guerra tenham feito história, o machismo não autorizou a elas o protagonismo, foram citadas algumas vezes, mas nunca foram reconhecidas. Mesmo que “a guerra é a opção de um grupo contra o outro porque ela é tão antiga quanto a história e tão universal quanto a humanidade, mas é uma atividade da qual as mulheres, com exceções insignificantes, sempre e em todos os lugares, ficaram excluídas, nunca figurando como atores principais”. (Dourado, 2005, p.10).

Conforme aponta Dourado (2005):

A atuação feminina, sempre na retaguarda, não aparece como elemento que teve sua importância nas batalhas. Mas as mulheres lá estiveram, e pouco sabemos sobre elas. Presença extra-oficial, testemunhas silenciadas no tempo, exército sem nome. (...). Afinal, se a Guerra do Paraguai contra a Tríplice Aliança ainda é pouco conhecida, a presença feminina o é muito mais. Incluída entre índios, velhos e crianças, formava um exército “invisível”, que se tornou imprescindível por ocasião do desenrolar da guerra. (...) Na história da Guerra do Paraguai, muitas vezes, a mulher foi omitida, discriminada e ironizada. (Dourado, 2005, p.11-12).

E Colling (2014):

As mulheres são as eternas esquecidas na história das guerras e são também as maiores vítimas destes eventos. Segundo Claude Quétel, em tempos de paz as mulheres veem sua história dissolvida na história dos homens. E isto é muito mais verdade em tempos

de guerra, nos quais os homens ocupam mais ainda o centro da cena e escrevem a história, a história deles”. (...). Mas sabemos que elas participaram da Guerra do Paraguai, como mães, esposas, costureiras, enfermeiras, prostitutas, comerciantes, soldadas, prisioneiras ao serem tratadas como traidoras, enfrentando junto com os homens a fome e os horrores da maior guerra da América do Sul. (Colling, 2014, p.1-8).

Ao pesquisarmos sobre a presença das mulheres da Guerra do Paraguai, sabemos que elas foram de grande importância no decorrer da trajetória desse evento, por meio de narrativas em jornais e revistas brasileiras, ficou evidente que muitas estiveram nos campos de batalha, nem sempre era uma escolha estar nessa briga, pois se tratava da necessidade para compor o exército paraguaio, no qual “as mulheres paraguaias como tradicionalmente camponesas, ligadas aos cuidados e cultivos do solo. Mas também são tecelãs e costureiras que se dedicaram arduamente na confecção dos uniformes dos soldados paraguaios”. Elas eram multitarefas, em que também “destacaram-se os cuidados femininos com feridos e doentes nos hospitais da guerra, onde muitas vezes colocavam em prática seus conhecimentos medicinais tradicionais”. (Squinelo e Dockhorn, 2024, p.82).

Conforme, Ortolan (2011, p.87) “A presença feminina na Guerra do Paraguai foi estimulada e aceita tanto por paraguaios quanto pelos países aliados”. Essas mulheres estavam sempre dando suporte ao exército paraguaio, exercendo funções ditas femininas e preenchendo lacunas pertinentes para que o país continuasse nessa contenda. “É evidente que, para o governo paraguaio, as manifestações de apoio à guerra e os atos de patriotismo eram importantes, uma vez que o recrutamento de mulheres seria uma alternativa caso se esgotassem outras fontes de recrutamento”. (p.88).

Referente as mulheres da Guerra do Paraguai, elas ficaram conhecidas por sua classificação ‘residentas ou destinadas’, no qual ela representava um posicionamento e qual era a sua contribuição. Com grande responsabilidade ou pouca, essa mulher era subalternizada, no qual estava ligada a algum homem, alguma farda ou posicionamento. Sendo assim, ela era a esposa deste ou daquele. Onde, estavam a favor do presidente Solano López ou estavam contra, não existia meio termo. Não existia nome ou patente, elas eram rotuladas nesse exército invisível, do qual fazia parte e as “as notícias sobre as experiências das mulheres paraguaias durante o conflito sofreram grandes modificações devido às supostas conspirações contra Solano López e os chamados “Tribunais de Sangue”, que julgaram e puniram os possíveis conspiradores”. (Micotti, 2022, p.77).

Para Micotti (2022):

Com os desdobramentos da evacuação de Assunção e os processos de San Fernando, diversas mulheres foram também acusadas de traição e sofreram as consequências das desconfianças vindas de López. A suposta conspiração e seus desdobramentos mudaram a configuração social do país e, especialmente, as condições vivenciadas pelas mulheres. Antes destes processos e julgamentos, poderíamos identificar, como argumentou Moby, dois principais grupos sociais femininos: as agraciadas e as kygua véra. (...). As agraciadas eram as mulheres que compunham uma elite militar e econômica no Paraguai, enquanto as kygua véra eram aquelas das camadas populares. Ambos os grupos agiram ativamente durante o conflito. As mulheres da elite, por exemplo, doavam suas joias enquanto as kygua véra, muitas vezes, trabalhavam como cozinheiras, enfermeiras e no transporte. (...). Em decorrência destes julgamentos, de uma nova configuração social se originou a seguinte composição: muitas das agraciadas transformaram-se em destinadas, e as kygua véra, em geral, correspondiam às residentes. (...). As residentes tiveram de abandonar suas casas, seguir as tropas paraguaias cruzando o país e viver nas zonas que fossem controladas pelos paraguaios. Já o grupo chamado de destinadas era composto por mulheres condenadas por algum delito político ou por serem parte de famílias, amigas ou conhecidas de supostos conspiradores. Muitas das destinadas tinham origem na elite paraguaia e, como indicou Potthast, eram as organizadoras das reuniões do belo sexo e das demonstrações patrióticas como as doações de joias. Elas foram destinadas a lugares que alguns historiadores chamam de campos de concentração, primeiramente em Yhú e depois em Espadín, lugares praticamente inacessíveis porque estavam localizadas em zonas de selva e cordilheiras. (Micotti, 2022, p.79-80).

Esses foram dois grupos sociais de mulheres que participaram da Guerra do Paraguai, que sofreram violência dos inimigos, como também do próprio Solano López. Saíram de suas casas, muitas com seus filhos para se juntarem ao exército. Mesmo que tinham diferenças entre esses grupos, nenhum deles foi poupado das dores dessa batalha.

O grupo das ‘Destinadas’ era composto por mulheres que eram “parentes de réus políticos, desertores e traidores da pátria, que, por isso, eram castigadas e obrigadas a marchar pelo interior do país por pertencerem a famílias de conspiradores, (...) tendo que seguir uma escolta que sempre as levava para regiões mais difíceis de serem alcançadas pelos aliados e obrigadas a cultivar os campos”. (Dourado, 2005, p.22-23). Algumas mulheres da elite paraguaia ficaram conhecidas por fazerem parte das destinadas, uma delas foi Carmelita Gill de Cordal:

Al investir-se su suerte en la guerra y volver-se en su contra – a más tardar desde la caída de Humaitá – López se volvió cada vez más desconfiado y sufocó toda sobre las mujeres de la clase alta, cuyos maridos pertenecían al círculo de los potenciales ‘traidores’. Ya Carmelita Gill de Cordal, cuyo esposo, gravemente herido, había caído prisionero de los argentinos en 1866 y por ello fue tildado de desertor en el Paraguai, se había visto obligada a renegar públicamente de su esposo. (Potthast-Jutkeit apud Dourado, 2005, p. 23).

Essas mulheres sofreram as consequências por ou junto aos seus companheiros, sendo castigadas severamente por Solano López. Uma boa parte delas pertenciam a sociedade paraguaia, mas nem todas eram da elite. “No quartel geral provisório, em São Fernando (...)

eram feitos julgamentos sumários contra os suspeitos e suas famílias, inclusive as mulheres, que eram interrogadas e torturadas até confessarem a existência de uma conspiração”. (Dourado, 2005, p.23).

Uma das destinadas mais citadas que a “historiografia paraguaia registrou foi Pancha Garmendia, conhecida, também, como “heroína del honor”, “doncella del Paraguay”, “doncella de Orleans” e “doncella do martyrio”, esta que teve sua morte registrada como uma das mais lamentáveis, pois assolou a história. (Dourado, 2005, p.23).

Era o carinho, a jóia, o orgulho de Assumpção, que nella via o esplendor da sua raça e talvez a imagem da sua belleza moral. Apareceram-lhe pretendentes á mão de esposa como era natural. Não contavam, porém com o Generalito, que a destinava para si, como tinha feito com tantas outras. O primeiro dos seus admiradores, D. Pedro Egusquiza, foi recrutado para o exercito e mandado para o deserto. Os outros retrahiram-se. O bravo Generalito, que, para o Sr. O Leary, é o typo das perfeições, redobrou de insistência. Panchita nunca lhe deu uma esperança. Não era da massa de que se fazem as barregãs, mesmo de déspotas. A sua resistência cresceu á proporção da audácia do monstro, que só recuou ao vê-la prestes a despenhar-se no tumulto para fugir-lhe. (Pereira apud Dourado, 2005, p.23).

Já o grupo das ‘Residentas’, elas abandonaram suas casas e seguiram os soldados paraguaios, cruzando com essa tropa o país. Ficaram conhecidas como “heróicas mulheres cujos parentes estavam em bons termos com Lopes e que seguiam o exército pela convicção de que nele se corporificava a “nação”, tal como um rei que arrastava seus súditos fiéis em seu êxodo”. Essas mulheres eram responsáveis em diversos serviços, no qual cozinhavam, costuravam, cuidavam dos feridos, além de realizar trabalhos na retaguarda e ajudando nos arranjos das munições, foram uma mão de obra preciosa em tempo de guerra. (Dourado, 2005, p.26),

Apesar de que elas foram classificadas em grupos, é notório que “a participação feminina na “Grande Guerra” foi intensa, dramática e bastante registrada”. (Dourado, 2005, p.27). Em alguns momentos caminharam juntas, dividiram perdas, passaram fome, angústias, sofrimentos e por vezes tentaram serem compassivas entre elas. Dessa forma, aqui expressamos que essa mulher:

Esa mujer estuvo al lado del hombre en los combates; alentó al guerrero; asistió a los heridos en los hospitales, curándoles sus heridas; tomó al arado y labró la tierra; tejió y fabricó el uniforme de nuestros ejércitos; organozó comisiones encargadas de recaudar fondos para la guerra; se convirtió en obrera de todos los talleres, y en gesto heroico se despojó de sus joyas y alharas para ofrecerlas en aras de la patria. Esa mujer es digna del bronce que perpetúe su memoria. A los cien años del sacrificio de todo su pueblo, creemos justo reconocimiento que la patria agradecida erija un monumento que inmortalice su nombre, simbolice la imagen de la mujer em la Historia del Paraguay. (Anuario Del Instituto Feminino De Investigaciones Historicas apud Dourado, 2005, p. 27).

Em continuidade, sobre esses grupos, se pode dizer que no fim da Grande Guerra “o Paraguai estava arrasado e reduzido a escombros, com imensa parte da população masculina morta ou desaparecida. Era chegada a hora da reconstrução nacional, e coube às residentes esse papel”. (Dourado, 2005, p.28). Essas grandiosas mulheres sem nomes, resistiram o quanto puderam para que pudessem posteriormente reerguer a nação paraguaia.

Em contrapartida, algumas figuras femininas foram mencionadas na Grande Guerra, aquelas que tiveram seus nomes em maior destaque foram: “Elisa Alicia Lynch, a irlandesa, tida como francesa. Madame Lynch, mulher e mãe de 5 filhos de Solano López, que sonhava em ser a Imperatriz do Prata (...) a enfermeira baiana Ana Néri (...) figuras simbólicas e emblemáticas. (...) as outras, resta o silêncio da historiografia”. (Colling, 2014, p.3). O que não é garantida estarem presentes na historiografia, pois estamos abordando uma temática dominada pelos homens, mesmo que “asseguram alguns historiadores que a presença da mulher na Guerra do Paraguai foi a maior nos conflitos que envolveram países da América Latina, mas sua ausência histórica permanece”. (Colling, 2014, p.5).

Estas mulheres foram essenciais na participação da Grande Guerra, no qual suas realizações ganharam destaque. Dessa forma, ficaram conhecidas pelo que cada uma representou ao seu país. Com isso, aqui relato uma singela biografia dessas figuras femininas elencadas acima.

a) Elisa Alicia Lynch (esposa Solano López)

Madame Lynch, assim que era conhecida pelos companheiros de farda no exército do Paraguai. Estrangeira, europeia, que se casou com Francisco Solano López e veio morar com ele na América do Sul e ao lado do marido participou ativamente nessa Grande Guerra. Ela foi uma personalidade com diversas faces, relatadas com diferentes olhares, “ao longo dos séculos XIX e XX, biógrafos, memorialistas e historiadores traçaram, com propósitos diferentes, perfis de Elisa Lynch, dando a ela um lugar de destaque no confronto conhecido como Guerra do Paraguai”, ou seja, independentemente de como ela atuou, “foi a mulher mais famosa da história paraguaia e até hoje, historiadores e romancistas do mundo inteiro procuram avaliá-la, escrevendo sobre ela, constantemente, em todo tipo de literatura”. (Dourado, 2005, p.30/31).

Lynch nas palavras de Micotti (2022):

Irlandesa, chamada de dama de luxo, Lynch segue para o Paraguai acompanhada por López conhecido por ser boêmio e viver vários romances. A vida de Lynch, como analisou a historiadora a partir de biografias feitas sobre a irlandesa, era marcada pelo luxo que não sofria oposição por parte de López. Após o assassinato de López no episódio de Cerro Corá, Lynch retornou para a Europa, onde viveu em situação de

pobreza. (...) Elisa Lynch foi representada como uma espécie de cúmplice política de Solano López. E, em alguns momentos, foi descrita como mais influente e poderosa do que seu companheiro. Desde o princípio do conflito, seu nome já era mencionado, mas foi especialmente nos anos finais do conflito que Lynch recebeu maior destaque. (...). “batalhões de mulheres paraguaias” circulavam nos jornais brasileiros, e Lynch, comumente, foi apresentada como a idealizadora e pioneira na suposta organização destes grupos femininos. A primeira-dama foi constantemente apresentada como “cúmplice em todas as crueldades e espoliações cometidas por López” ou como “mulher depravada”, que estava ao lado do tirano. (Micotti, 2022, p.90-91).

Ela foi anunciada muitas vezes nos jornais brasileiros da época, por ser uma estrangeira que teve grande poder na política e nas decisões militares do Paraguai. Influenciou Solano López em suas escolhas referentes a guerra. Ficando evidente que foi uma mulher que vivia com luxo e sempre teve apoio do marido em suas decisões. Mesmo que o povo paraguaio estivesse passando por duras penas e presenciasse destinos trágicos, nada atingia o modo de vida da madame Lynch, suas exigências era sempre realizada pelo presidente Solano Lopez.

Segundo Micotti (2022), um dos jornais da época escreveu:

O Despertador, por exemplo, publicou uma descrição da primeira-dama do Paraguai: “A irlandesa Lynch é uma mulher de espírito que muito tem ajudado diretamente o ditador nos seus planos. Ela é o guia que no Paraguai parece-se um pouco com a opinião pública. Assim, inventou meios pelos quais López pode roubar as senhoras paraguaias, primeiramente com dinheiro de seus maridos, e, depois, suas joias. Esse meio foram contribuições patrióticas, as quais ninguém ousava não contribuir. Foi ela que originou a ideia de empregarem-se mulheres no exército: muitas foram então obrigadas a servir nas ambulâncias e uma ou outra chegou a tomar armas. (Micotti, 2022, p.91).

“Lynch foi lembrada por ter uma vida totalmente oposta às das demais paraguaias, repleta de luxo, poder e influência”. A sua preocupação era como ela iria adquirir riqueza e obter vantagens durante a guerra, pois ela não pensava na população do país do seu marido, tanto que sacrificou as mulheres sem pestanejar. Eles eram destaques nos jornais que relatará que “López e Lynch não haviam mudado seus supostos hábitos. O líder paraguaio “fumava e brincava com os filhos, comia bem e bebia muito”, e Lynch, por sua vez, “sempre se mostrava de vestido de seda e em grande toilette”. Nas notícias ditas sobre a esposa do presidente, mostrava que “a imagem de Lynch muitas vezes, principalmente nos momentos finais do conflito, vem associada à uma vida com variados bens materiais e de luxo”. (Micotti, 2022, p.92-93).

Figura 2: Elisa Alicia Lynch.



Fonte: Maria Teresa Garritano Dourado.⁷

Conforme Dourado (2005, p.33) “Elisa Alicia Lynch, girou por muitos anos “...a política do Paraguai. Inteligente, relativamente culta, ambiciosa, astuta, a sua vontade habilmente dissimulada conseguira impor-se sem violências ao homem que não admitia que ninguém o contrariasse”, ou seja, uma doce mulher manipuladora que estava junto a Solano López. Ficou conhecida por ser uma figura emblemática na Guerra.

As atitudes dos governantes do Paraguai chamavam bastante a atenção, enquanto o país se encontrava assolado, em crise, jornais e revistas brasileiros, como O Diário de São Paulo publicava os feitos da madame Lynch que estava “encaixotando todas as joias que as patriotas paraguaias haviam entregado a López para continuar a guerra - que aquele era o “último”, porém o “mais infame” roubo do “tirano”. (Micotti, 2022, p.93). Estas eram joias das mulheres da elite paraguaia, que foram insufladas a colaborar com a guerra, doando os seus pertences pessoais. Onde a população sofria com a miséria, fome e perdas e a primeira-dama estrangeira se fartava com as riquezas daquele povo.

Após a Morte de Solano López (findando a guerra), madame “Elisa Lynch teve que enfrentar, sozinha, uma acusação criminal, ordenada pelo governo provisório, em 23 de fevereiro de 1870, e publicada no *El Pueblo*, um diário político, comercial e literário em Assunção”, onde foi convocada a responder pelas barbáries cometidas durante os anos da

⁷ Fonte: DOURADO, Maria Teresa Garritano. **Mulheres comuns, senhoras respeitáveis**: a presença feminina na Guerra do Paraguai. Dissertação de Mestrado. Campo Grande, MS, UFMS, 2005. p.42.

Grande Guerra, onde roubou os filhos da nação e eliminou aquelas que julgou trair os ideais do presidente.

Acusacion Criminal de Elisa Alicia Lynch

Edicto

Por disposicion del Sr. Juiz de primera Instancia en lo criminal y encargado interinamente del de lo Civil y Comercial D. Bernardino B. Wamosy, se cita, llama y emplaza á Elisa Alicia Lynch, de nacion inglesa, ausente, para que en el termino de cuatro meses a contar de la fecha compareza ante el juzgado de S.S. y escribanía a mi cargo, à contestar a la acusación criminal, que en cumplimiento de sancionado por el Congreso Nacional, promueve D. Jose Garcia Picos nombrado Abogado ad hoc, por haber robado dineros del Tesoro Nacional, felonía despojada y estorguida la fortuna, dinero y alharas de los hijos de la Nación y extranjeros y como complice adulteria em los asesinato y torturas, praticados por el finado Ex Presidente Francisco Solano Lopez; bajo apercibimiento de no comparecer en el termino designado, se procederá en su rebeldía, y se pasará los perjuicios à que hubiere lugar por derecho.

Asuncion, Noviembre 24 de 1871

Hilario Amarilla

Escribano de lo Criminal

(Arquivo Histórico Do Itamarati. Ofícios Recebidos. Assunção. 1855-1881 apud Dourado (2005, p.37).

Por fim, fica evidente que muitas foram as faces da madame Lynch, onde houve quem a achava uma mulher ‘empoderada’, ‘exemplo a ser seguido’ como uma nobre mulher, pois esta acontecia no cenário político e militar do Paraguai e aqueles que foram vítimas de suas atrocidades, crueldade com aqueles que ‘os traíam’, como também aqui relatamos que foi ela a mulher que colocou as outras mulheres da nação do seu marido para lutarem na guerra, tendo direito de suas vidas ou mortes.

b) Ana Justina Ferreira Néri

Ana Néri “precursora da enfermagem no Brasil, casada com o oficial de marinha capitão-de-fragata Isidoro Antônio Néri, só foi lembrada em razão de seus vínculos com a elite monárquica e por ser casada com um oficial graduado”. (Dourado, 2005, p.14). Ela foi uma distinta mulher que foi para a Guerra do Paraguai, ficando conhecida nacionalmente no Brasil. “Ela acompanhou e cuidou dos três filhos combatentes até o Paraguai, seguindo com o 40º Batalhão de Voluntários da Pátria, comandado por seu irmão, Joaquim Maurício Ferreira. Em sua estadia no Paraguai morou “em Corrientes, Humaitá e Assunção, tratou de doentes em hospitais, perdendo um filho e um sobrinho nesse período”. (Dourado, 2005, p.77).

Segundo Dourado, a enfermeira Ana Néri foi lembrada “nas cartas de Benjamin Constant à sua mulher” (2005):

Com Tibúrcio, comemorou o aniversário de Maria Joaquina, na casa de Ana Néri, mãe de três oficiais brasileiros e uma das pioneiras da enfermagem no Brasil, que fixou residência perto do campo de operações para atender aos feridos, o que lhe valeu

o apelido de ‘mãe dos brasileiros’. Muitos anos após sua morte, teria seu nome dado à escola de enfermagem instalada no Brasil. Benjamin Constant referiu-se a ela como ‘uma respeitável senhora brasileira’ e ‘muito minha amiga’. (Lemos apud Dourado, 2005, p.77)

Para não ficar longe dos seus filhos pediu autorização para ir à guerra, no qual teve permissão e em seguida partiu para acompanhar os seus. Foi uma personagem fundamental na Grande Guerra, enfermeira que se dedicou aos feridos em batalha, era eficiente em seu ofício e cuidados com os soldados brasileiros, onde ficou conhecida e reconhecida como ‘mãe dos brasileiros’.

Figura 3: Ana Justina Ferreira Néri.



Fonte: https://www.ebiografia.com/ana_neri/

c) **Francisca Martinez**

Sargenta do exército paraguaio, na Guerra de Solana López. Relatara aos seus descendentes que durante a guerra, muitas perdas ocorreram para as mulheres paraguaias e ela teve muita sorte ao conseguir escapar daquele cruel destino, pois ao comando de Elisa Lynch (esposa Solano López) seus companheiros de farda receberam a ordem que ela e as outras daquela equipe seriam mortas, com isso as mulheres entraram num caminhão e seguiram viagem. Ante ao ocorrido um soldado amigo de Francisca a avisou o que aconteceria com elas nessa viagem. A orientou que na primeira parada que fizessem, ele daria a oportunidade dela pedir para fazer suas necessidades (como desculpas), quando na verdade era para ela fugir sem olhar para trás, pois se esta voltasse ao caminhão, teria o mesmo destino das demais, que era ser assassinada pelo próprio povo paraguaio.

Caminhando sem rumo, sem parar, Francisca ficou muito tempo andando pelos campos de batalha, cuidando sempre para não ser vista ou encontrada pelos companheiros. Durante sua jornada viu um objeto que lhe chamou atenção, ao ir ao seu encontro, viu que se tratava de um baú, que tinha pertences religiosos, sendo um desses objetos, uma imagem esculpida de 50cm de São Miguel, desde esse momento prometeu que se saísse com vida desta tenebrosa guerra, ela prestaria homenagens e como gratidão passaria esse legado aos seus descendentes.

Após essa longa caminhada, avistou uma pequena casa, onde morava um casal idoso. Francisca pediu abrigo para descansar, para que pudesse continuar sua fuga no outro dia. Ela relatou que de madrugada acordou cedo e foi embora, deixando para trás alguns objetos (que estavam no baú) como agradecimento pela ajuda obtida. Continuou andando, até chegar em sua cidade e "quando ela chegou na fazenda, só tinha uma irmã, pai e mãe tinham morrido. Elas ficaram e um bispo as trouxe para Assunção, ele quem explicou que São Miguel era um arcanjo." (campograndenews, 2015, s/p).⁸ A partir de então, começou seu compromisso de fazer todos os anos a novena em honra ao Arcanjo São Miguel.

Figura 4: Francisca Martinez e família.



Fonte: Acervo da família.

Este foi um evento que teve uma incontestável participação de mulheres, sejam elas paraguaias ou brasileiras, elas atuaram ao lado dos homens em prol de sua nação, crendo que podiam fazer a diferença e assim o fizeram. Elas foram suporte e acalento em meio ao caos de

⁸ CAMPOGRANDENEWS, 2015. Casa de Madeira esconde santo de 140 anos, achada por bisavó em guerra paraguaia. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/lado-b/comportamento-23-08-2011-08/casa-de-madeira-esconde-santo-de-140-anos-achado-por-bisavo-em-guerra-paraguaia>. Acesso em julho de 2025.

uma guerra e nesta em especial que foi a mais cruel e violenta da América do Sul. Teve repercussão em todos os cantos do Brasil que noticiava a presença delas em jornais e revistas. Contudo, a historiografia não as menciona, onde “a ausência das mulheres nos relatos sobre a Guerra do Paraguai, transforma-se em questão de gênero, a ser resolvida”. (Colling, 2014, p.5).

Para Colling (2014):

A história das mulheres e das relações de gênero, revisita um conjunto de problemas – o poder, as representações, as imagens e o real, o social e o político, o pensamento simbólico, a fixação de identidades, enfim a marginalização, o esquecimento de sujeitos na história do ocidente. A falta de informações contrasta com a abundância dos discursos e das imagens, especialmente de musas e deusas – a mulher real e a mulher imaginária, da representação. Fazer a história das mulheres é chocar-se contra este bloco de representações que as cobre. A presença feminina na Guerra do Paraguai segue estes mesmos ditames, marginalizada, desqualificada, esquecida. (Colling, 2014, p.8).

No fim das contas, as mulheres foram presentes e ao mesmo tempo invisibilizadas, em que ela deu sua história e sua vida pela causa, lutou pela sociedade que vivia e pertencia os seus antepassados. Se desfez de suas riquezas materiais e familiares em prol de uma luta do poder e soberania masculina. Em muitos momentos desta Grande Guerra/Guerra da Tríplice Aliança, elas foram brinquedos, chacotas, tratadas de formas vil, passaram fome, perderam seus entes queridos, mesmo diante de tal martírio, foram apagadas. “A história é produtora e um reflexo das discriminações, desigualdades e preconceitos instalados na sociedade, poderá também ser um espaço de mudanças. As relações de poder que atravessam a historiografia e os currículos de história vão continuar existindo, com certeza”. (Colling, 2014, p.8). Sem embargo, devemos saber que por trás das narrativas contadas pelos homens, há grandes mulheres e devemos nos atentar a coloca-las em evidencia diante de suas construções e contribuições com a humanidade, pois sempre elas fizeram parte.

1.2 A Travessia de São Miguel Arcanjo - Paraguai/Brasil: identidade, cultura e hibridismo

Em uma narrativa religiosa, São Miguel⁹ Arcanjo é visto como um dos principais arcanjos na espiritualidade, pois se trata de um líder entre os anjos. Ele é mencionado cinco vezes na Bíblia. Em Daniel 10:13; Daniel 10:22; Daniel 12:1; Judas 1:9 e Apocalipse 12:9, sempre como aquele que defende o povo de Deus e príncipe do exército celestial. Dito isso, se

⁹ “MIKHAEL” (adaptado como Miguel) significa “Aquele que é como Deus” em uma tradução literal (em hebraico: מִיכָאֵל, transl. Mikhā’ēl). Disponível em: <https://www.brasilparalelo.com.br/artigos/sao-miguel-arcanjo-historia-e-curiosidades-do-anjo-guerreiro-de-deus-que-derrotou-sata>. Acesso em julho de 2025.

pode afirmar que existe uma quantia expressiva de seguidores religiosos do arcanjo, no qual existem igrejas, capelas, comunidades intituladas com o nome de São Miguel, uma forma de homenageá-lo e pedir sua assistência diante as adversidades. Em Mato Grosso do Sul, encontramos algumas entidades religiosas com seu nome, como na cidade de Campo Grande, Jaraguari e Rio Brilhante/MS.

Em continuidade, seus devotos sempre fazem novenas, invocações, orações pessoais, missas, buscando seu auxílio e pedindo proteção. Além das verbalizações e pedidos de intercessão a São Miguel, temos muitos objetos com sua representatividade e simbologia, dando ao fiel algo palpável para sentir sua presença. Materiais usados para aprimorar sua crença que com ele tudo é possível. Com esse rol de possibilidade para professar a fé, ainda temos os muitos testemunhos dos devotos, que através de seus milagres propagam seu milagre, no qual esses se espalham em um bate papo, nas comunidades e até mesmo em redes sociais devocionais.

Figura 5: São Miguel Arcanjo (encontrado na Guerra do Paraguai).



Fonte: Acervo da família.

A Devoção a São Miguel na família Lugo, “essa história começa há um século e meio atrás, no fim da Guerra do Paraguai, em 1870, quando um milagre foi concedido a então Sargenta do Exército Paraguaio, Francisca Martinez”. Quando ela saiu viva dessa guerra, um padre amigo da família a ensinou a rezar a novena, como deveria ser sua pratica devocional e que ela deveria ter gratidão por ser uma “sobrevivente da guerra, retratada como genocídio,

Francisca sobreviveu aos campos de batalha e com toda sua fé, deu início à devoção a São Miguel, com a realização da Novena, uma tradição que dura até hoje”. (Midiamax, 2020, s/p).¹⁰

Décadas após a Guerra do Paraguai, o casal oriundo de Assunção/PY, Maria Candelária Vallejo Lugo e João da Mata Nicanor Lugo, junto a seus filhos, com o restante de posses que ainda tinham, resolveram fazer a travessia Paraguai/Brasil e se mudar de sua cidade natal rumo à fronteira, precisamente para a cidade de Ponta Porã/MT. Ali permaneceram por apenas alguns anos. E, foi somente no ano de 1939 que mudaram e se instalaram na cidade de Campo Grande/MT em busca de uma mudança para sua família, pois o Paraguai estava em crise.

Segundo Bois (2005):

Pode-se atribuir tal fato à crise econômica e política que se desencadeou no Paraguai após a guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), além Guerra do Chaco Boreal nos anos de 30, a Guerra Civil de 1947 e a instalação da ditadura do governo Stroessner em 1954 que permaneceu no poder por 35 anos e governou o país com “mãos de ferro” até a década de 1980 quando uma série de lideranças políticas retorna ao Paraguai e juntamente com organizações da sociedade civil, exigiam a instalação de eleições livres e de um governo democrático. (Bois, 2005, p.3).

Além da crise instalada no Paraguai, o casal perdeu consideravelmente o patrimônio que Maria Candelária tinha. Quando fixou residência em Campo Grande/MT, ela trabalhou como lavadeira e João Nicanor como marceneiro, em prol do sustendo de sua família, uma vez que nesse período já não tinham mais a riqueza. Eles tiveram no total sete filhos.

No Paraguai tiveram quatro filhos: Joana Natividad Lugo Cáceres, Maria Elódia Lugo Marin, Julio Lugo e Flaviano Lugo. Na fronteira, em Ponta Porã/MT, o casal teve mais dois filhos: Ramona Cayetana Lugo Samudio e João de Deus Lugo. Já em Campo Grande/MT, tiveram seu filho mais novo: Felipe Santiago Lugo. Estes viveram no bairro Vila Carvalho, após muitos anos Maria Candelária foi morar com sua filha Ramona e família na vila Valparaíso, onde seus descendentes tem residência fixa até os dias atuais.

Figura 6: Maria Candelária Vallejos Lugo e João Nicanor da Mata Lugo e filhos.

¹⁰ MIDIAMAX: Devoção a São Miguel completa 150 anos e família mantém tradição, mesmo on-line. 29/09/2020. Disponível em: <<https://midiamax.uol.com.br/midiamais/2020/devocao-a-sao-miguel-completa-150-anos-e-familia-mantem-tradicao-mesmo-on-line/>>. Acesso em julho de 2025.



Fonte: Acervo da família.

A neta de Francisca fez sua trajetória junto a sua família sempre em companhia do Arcanjo São Miguel. Desde sua saída de Assunção/PY o carregou consigo em sinal de respeito, fé e devoção. Em sua bagagem nessa travessia, trouxe a prática religiosa, as receitas típicas paraguaias, tal como: sopa Paraguai, chipa, bori-bori e as tradicionais músicas paraguaias. Em que as mulheres mais velhas da família ensinavam as mais jovens a dançarem com o cântaro na cabeça, ao som de ‘Galopera’ e embalar suas saias nas batidas de ‘Pajaro Campana’, formando na década de 90 o grupo de dança paraguaia brasileira ‘Patchouli’ (formado por primas da família Lugo), fazendo apresentações em Campo Grande, em algumas cidades do interior do Mato Grosso do Sul e em Cuiabá no Mato Grosso, buscando representar a cultura paraguaia através de apresentações de dança. A família se juntava também a outras famílias paraguaias da região sempre quando podiam, para viverem as suas tradições culturais.

Figura 7: Grupo de dança paraguaia Patchouli (formado pelas primas Lugo).



Fonte: Acervo da família.

De acordo com Willians (2015):

[...] A ideia de uma cultura comum não é, em nenhum sentido, a de uma sociedade simplesmente aquiescente e certamente muito menos meramente conformista. Voltamos, uma vez mais, a um foco original de uma determinação comum de significados feita por todo o povo, agindo às vezes como indivíduos, às vezes como grupos, em um processo no qual não há um termino especificado, que não se pode imaginar nenhum momento que tenha finalmente se consumado, que tenha se completado. Nesse processo comum, só tem valor absoluto preservação de canais instituições de comunicação transparentes de modo que todos contribuam e sejam ajudados a contribuir. Se for assim então não parece cabível o desvario que alguns críticos tiveram de uma cultura comum será uma cultura uniforme e conformista. (Williams, 2015, p.57).

Diante dessas mudanças, criou-se uma nova identidade cultural, no qual trouxeram consigo muitas memórias e tradições do seu país de origem. Nessa travessia, tiveram que aprender uma nova língua, novos costumes, outras culturas e também diferentes tipos de comidas. Com isso, abrindo espaço para uma nova identidade. Colocando em pauta a importância da identidade, da cultura e do hibridismo diante do contexto de uma família e sua história familiar e de sua devoção.

Dessa forma, averiguar que através dessa prática religiosa, oportunizou pessoas a se reunirem para professarem sua fé em São Miguel Arcanjo, tornando esse um local de encontro de paraguaios, brasileiros, no qual expressam sua devoção. A novena é entoada em espanhol e a missa é realizada em português. Assim, a identidade de um indivíduo é analisada, pelo que ela gera em suas crenças, vivências e culturas que se misturaram, pelas tradições que passaram de geração em geração e seu entendimento nas expressões religiosas e suas simbologias. Analisando dessa forma as vivências significativas para a construção da identidade:

É ao narrarmos a nós mesmos nas situações pelas quais passamos, ao construir a personalidade (o personagem) que somos, que nós construímos como indivíduos particulares, como um quem. Por outro lado, somente compreendemos quem é outra pessoa ao compreender as narrações de si que ela mesma ou outras pessoas nos fazem, ou a nós mesmos narrarmos alguma parte significativa de sua história. (Larrosa, 1996 apud Lebkuchen, 2019, p.3).

Sendo assim, o contexto em geral que permite a construção da identidade, não apenas por nossas experiências, como também pelos fatores que a envolvem. “Para esse processo, Larrosa (1996, p.471-474) faz uma analogia do sujeito da autoconsciência como autor de si mesmo, que se cria como personagem e constrói seu próprio enredo partindo de outros textos, utilizando-se de intertextualidade”. (Larrosa, 1996 apud Lebkuchen, 2019, p.3).

E esse novo se deu através da prática da fé, no dizer de Martino (2016):

A religião como parte das crenças, discursos e práticas de inúmeros sujeitos torna-se, dessa maneira, um foco de atenção para perguntas relativas à formação das identidades, suas representações e possibilidades de (co) existência no espaço público. Parte da identidade cultural, a religião é ponto tanto de consensos e atribuição de sentidos à vida do indivíduo quanto um local de conflitos ligados às questões econômicas, políticas e, muitas vezes, étnicas. (Martino, 2016. p.146).

Por conseguinte, as identidades são interpretadas e construídas no decorrer da história. Elas são delineadas conforme se dão ao longo do tempo, seja socialmente e culturalmente. Em uma comunidade há diferentes etnias, nada é único e isolado, ou seja, nesta sociedade existem povos originários de diversos lugares. A terra não pode ser “sagrada” pois foi “violada” – não vazia, mas esvaziada. Toda essa gente que aqui está, inicialmente já pertenciam a outro lugar. (Hall, 2003).

Desse modo, em todo esse movimento de identidade e cultura, nessa junção de elementos, resulta num hibridismo, seja pela mistura da língua (português, espanhol e guarani), nas partilhas de pratos brasileiros e paraguaios, músicas e tradições reunidos no dia que se homenageia o Arcanjo. Tendo como ponto central que nesse evento da família existe o meu, o seu e o nosso. É plausível dizer que independe da etnia para firmar-se como cultura, porque partilham de um mesmo pensamento e sentimento.

Para Hall (2016):

[...] A cultura não é tanto um conjunto de coisas – romances e pinturas ou programas de tv e histórias em quadrinhos –, mas sim um conjunto de práticas. Basicamente, a cultura diz respeito à produção e ao intercâmbio de sentidos – o “compartilhamento de significados” – entre os membros de um grupo ou sociedade. Afirmar que dois indivíduos pertencem à mesma cultura equivale a dizer que eles interpretam o mundo de maneira semelhante e podem expressar seus pensamentos e sentimentos de forma que um compreenda o outro. Assim, a cultura depende de que seus participantes interpretem o que acontece ao seu redor e “deem sentido” às coisas de forma semelhante. (Hall, 2016. p.19-20).

Logo, (Hall, 2016) é notório que a cultura não é somente ‘unitária e cognitiva’, ela é dimensional, que retrata uma grande diversidade. A cultura reflete sentimentos e emoções, de algo que pertence. Ela está imersa no cotidiano, plena de valores que carregamos. Para Bhabha (1996, p.37) “culturas são construções e as tradições, invenções”. Por isso, o híbrido sempre esteve presente, desde quando as culturas entrelaçam, pois onde existe trocas de elementos um pelo outro, criando dessa junção o terceiro, “gera algo diferente, algo novo e irreconhecível, uma nova área de negociação de sentido e representação”.

[...] o terceiro espaço que permite as outras posições emergirem. Esse terceiro espaço desloca as histórias que constituem e gera novas estruturas de autoridade, novas iniciativas políticas que são inadequadamente compreendidas através do saber recebido. (Bhabha, 1996, p. 36-37).

Bhabha (2001) relata que existe um terceiro espaço, mesmo que oculto, “constitui as condições discursivas da enunciação que garantem que o significado e os símbolos da cultura não tenham unidade ou fixidez primordial e que até os mesmos signos possam ser apropriados, traduzidos, re-historizados e lidos de outro modo” (p 68). As diferenças e a multiplicidade, no qual “esse processo de complementaridade como suplemento agonístico é a semente do intraduzível – o elemento estrangeiro em meio à performance da tradução cultural”. Perante a análise pós-colonial, fica seguro que uma cultura não se apropria da outra por inteiro, uma vez que nesse transcurso de encontro cultural é contraditório, inflamado, onde há marcas habituais um no outro. (p.312).

1.3 O legado das Mulheres da família Lugo

O legado da família Lugo começou na Guerra do Paraguai (1870), através de uma jovem mulher paraguaia, que foi sargenta desse exército, nesse fatídico evento. Francisca Martinez que em meio ao campo dessa sangrenta batalha, num local desafortunado devido a guerra, destruído pelos morteiros, de longe enxergou um baú, como se tratava de um objeto que lhe chamou a atenção, a mesma foi em sua direção e ao abri-lo se deparou com a imagem de um santo católico, que era São Miguel Arcanjo (com altura de 50 cm). No qual dá um direcionamento dos anos de sua existência pelo fato de ter “a data de 1875, gravada no chapéu do arcanjo, é o que a família se baseia para contar desde quando o dia de São Miguel é comemorado”. (campograndenews, 2015, s/p) ¹¹.

Num dos massacres promovidos pelas forças da Tríplice Aliança, uma das poucas sobreviventes, a então sargenta do Exército Paraguaio, Francisca Martinez, com apenas 18 anos alcançou, em sua fuga, área totalmente abandonada e destruída pelos morteiros. Ao abrigar-se no local onde haviam enormes fendas provocadas pelos tiros de canhão, a sargenta Francisca deparou-se com uma espécie de baú, então descoberto no buraco. Ao abri-lo, encontrou uma imagem de São Miguel, esculpida em madeira e com 50 cm de altura. Pelas características da imagem, presume-se que fora obras dos Jesuítas que, enterraram seus objetos para não serem saqueados. (Arca, 1993, p.20).¹²

¹¹ CAMPOGRANDENEWS, 2015. Casa de Madeira esconde santo de 140 anos, achada por bisavó em guerra paraguaia. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/lado-b/comportamento-23-08-2011-08/casa-de-madeira-esconde-santo-de-140-anos-achado-por-bisavo-em-guerra-paraguaia>. Acesso em julho de 2025.

¹² ARCA [revista], n. 4. Campo Grande - MS, dez. 1993. BR_SPAPESP_HEMAPESP_S002_B000123_D000004.

Sendo assim, Francisca Martinez o pegou e seguiu sua trajetória na presença do Arcanjo, por muitos quilômetros, ela estava indo a caminho de sua casa e família. Ao avistar uma pequena casinha naquele local, pediu pouso aos moradores, que a acolheram. No outro dia, necessitando seguir viagem, logo de madrugada, pronta para continuar, fez um *apyterao*¹³. Com fé prometerá que se saísse com vida, passaria adiante a homenagem para São Miguel. “A devoção a São Miguel na família começou com a imagem encontrada no fim da Guerra do Paraguai, no ano de 1870. “Minha bisavó foi sargenta na guerra de Solano Lopez, quando terminou, cada um foi para a sua casa. Ela veio dos campos de batalha, andando, em meio aos corpos”. (campograndenews, 2015, s/p).

Assim, começou o legado do Arcanjo São Miguel na família. A devoção começou com Francisca Martinez e Carlos Canabesi (seu esposo). Após, foi passada para Agostinha Canabesi Vallejo que junto com seu marido Apolinário Vallejo continuou a tradição. Agostinha faleceu (numa trágica morte) e São Miguel ficou aos cuidados de sua filha Maria Candelária Vallejo Lugo e João Nicanor Lugo, que deram continuidade. A filha mais velha do casal, Joana Natividad Lugo Cáceres e João Cáceres estiveram à frente da novena por anos. Anos depois, quando Maria Candelária foi morar com sua filha mais nova Ramona Cayetana Lugo Samúdio e Francisco Samúdio estes “assumiram o compromisso de seus antepassados em dar continuidade ao culto a São Miguel”. Com o falecimento de Ramona em 2022, sua filha Maria Cristina Lugo Samúdio, junto ao seu filho e irmãos se incubiram de prosseguir com a novena e a missa.

Quando ela chegou na fazenda, só tinha uma irmã, pai e mãe tinham morrido. Elas ficaram e um bispo as trouxe para Assunção, ele quem explicou que São Miguel era um arcanjo. Ninguém sabia o que fazer, conta Ramona. A bisneta não conheceu Francisca pessoalmente, só pelas histórias que assim como a fé, são passadas entre as mulheres da família. “O arcanjo que desde 1875 é passado de mãe para filha. “Da bisavó Francisca Martinez Canavessi, São Miguel passou para a avó Agostina Canavessi, até chegar à mãe de Ramona, Maria Candelária Canavessi Valejo de Lugo. Há duas décadas alcançou a bisneta Ramona”. Entre a família, eles brincam que é São Miguel quem escolhe com quem vai ficar. “A gente não entende porquê, mas sempre tem que ser uma mulher, não sei se tem que ser, ou se por um acaso fica. Ele foi encontrado por uma mulher e nunca passou para os homens. (Campograndenews, 2015, s/p).¹⁴

¹³ Apyterao (guarani) – pano que enrolavam como uma roda, como se fosse uma almofada e colocavam na cabeça. 2013.

¹⁴ CAMPOGRANDENEWS, 2015. Casa de Madeira esconde santo de 140 anos, achada por bisavó em guerra paraguaia. Disponível em: <https://www.campograndenews.com.br/lado-b/comportamento-23-08-2011-08/casa-de-madeira-esconde-santo-de-140-anos-achado-por-bisavo-em-guerra-paraguaia>. Acesso em julho de 2025.

Figura 8: Francisca Martinez e família (encontrou São Miguel na Grande Guerra).



Fonte: Acervo da família.

Desde que passou São Miguel para a sua neta (que trouxe São Miguel para o Brasil), está se tornou inseparável da imagem e onde ia, o levava consigo. Era praticante assídua e devota de São Miguel, por muitos anos rezou todos os dias às 04 horas da madrugada, sempre intercedendo por sua família. Segundo seus netos, ela não esquecia de uma só pessoa, pois sabia que diante de suas orações, seus descendentes estariam sobre a proteção de São Miguel. Todos os seus ao chegar em sua casa deveriam primeiramente cumprimentar o Arcanjo, para após receber sua benção.

Figura 9: Maria Candelária Vallejos Lugo e sua filha Maria Elódia Lugo Marin.



Fonte: Acervo da família.

Joana (conhecida como tia China), filha mais velha de Maria Candelária. Desde os seus 13 anos de idade fazia a novena em honra a São Miguel. Casou cedo com João Cáceres, eles por muitos anos deram guarita e apoio a mãe e aos irmãos de Joana. Um dos seus filhos se tornou padre e desde que ordenou, ele quem está à frente as missas no dia de São Miguel. “Francisco Cáceres, sacerdote e sobrinho de D. Ramona, é o religioso responsável pela celebração anual das Missas, a mais de 30 anos”.¹⁵ Atualmente é conhecido como padre Chico e mora em Aquidauana/MS, onde celebra suas missas.

Figura 10: Joana Natividad Lugo Cáceres e seu filho Padre Francisco Cáceres.



Fonte: Acervo da família.

Ramona, filha mais nova de Maria Candelária (mais conhecida como Tia Morocha). Casou-se com Francisco Samúdio e tiveram cinco filhos. Quando sua mãe Maria foi morar com eles, levou consigo o Arcanjo São Miguel e dali em diante as novenas foram realizadas na casa de Ramona. O casal construiu uma capela para que São Miguel tivesse um oratório, desde então ele permanece ali. Há muitos anos o casal abriu as portas de sua casa para a família, amigos, simpatizantes e devotos que queiram participar da novena e da Missa. Várias reportagens já foram feitas em Campo Grande/MS sobre o ícone sagrado da família, no qual sempre é conhecido por fazer milagre e socorrer aqueles que pedem por sua proteção. Como veremos na foto a seguir, uma reportagem referente a São Miguel Arcanjo.

¹⁵ MIDIAMAX: Devoção a São Miguel completa 150 anos e família mantém tradição, mesmo on-line. 29/09/2020. Disponível em: <<https://midiamax.uol.com.br/midiamais/2020/devocao-a-sao-miguel-completa-150-anos-e-familia-mantem-tradicao-mesmo-on-line/>>. Acesso em julho de 2025.

Figura 11: Intitulado ‘fé reúne os devotos de São Miguel’.



Fonte: Jornal impresso Correio do Estado/ mato Grosso do Sul (2009).

Em seguida, uma foto de Ramona professando sua fé na companhia de São Miguel Arcanjo. A sua casa era ponto de encontro da família. Todos que precisavam corriam para a sua residência ou pediam para ela fazer oração, pedindo a ajuda do Arcanjo.

Figura 12: Ramona Cayetana Lugo Samúdio.



Fonte: Acervo da família.

Após o falecimento de Ramona (2022), sua filha Maria Cristina que começou a cuidar do oratório e de São Miguel, onde seu filho Vinícius e seus irmão a ajudam e dão suporte, pois de acordo com a tradição da família, as homenagens em honra a São Miguel tem que continuar.

Figura 13: Maria Cristina Lugo Samúdio.



Fonte: Acervo da família.

Essa tradição existe há mais de cento e cinquenta anos e a imagem ainda permanece na família. Como prometera Francisca Martinez em seu embate para sair viva da Guerra do Paraguai, tal legado continua latente entre os seus descendentes. Com isso, a família invoca o Arcanjo nas horas de adversidades, perdas, entre outros. O bisavô João Nicanor Lugo, durante a Guerra do Chaco, ao se preparar para a batalha, mediu o tamanho da imagem de São Miguel numa fita azul, onde levou consigo aquela fita com a medida de São Miguel e a espada do Arcanjo. Sendo o comandante da tropa, este deu para cada soldado uma fita azul com as medidas do Arcanjo. Juntos foram até a imagem e pediram proteção, ele e seus soldados retornaram a salvo da guerra.

Para os religiosos, São Miguel tem muita importância, devido a sua representatividade. Ele é o Arcanjo guerreiro, que combate o mal, ele é o defensor e protetor da alma humana. Nas horas de angústia é para ele que seus devotos pedem amparo e socorro, pois sabemos que “não é contra homens de carne e sangue que temos de lutar, mas contra os principados e tempestades,

contra os príncipes deste mundo tenebroso, contra as forças espirituais do mal (espalhadas) nos ares”¹⁶.

Sendo assim, toda a família, amigos, conhecidos e agregados, sempre recorrem a essas destemidas mulheres que cuidam de São Miguel, para que elas acendam uma vela para o Arcanjo e peça intervenção divina dele. Muitos casos já foram relatados, como questões de problemas de saúde, profissionais e pessoais. Esta é uma missão que requer muita dedicação e amor, pois se trata de um ícone que representa toda uma família.

Desde o início dessa jornada, a família começa com a novena dia 21 de setembro e segue assim por 9 dias, está novena é entoada em espanhol. No dia 29 de setembro é realizado um missa em português. Esse evento tem a participação de familiares, amigos, devotos da comunidade e é aberto para todos aqueles que quiserem participar. Nesse mesmo dia a família oferece um deguste após as orações. Esse evento é muito importante, pois homenageia o Arcanjo e ainda reuni toda a família. Nessa caminhada de fé há pessoas de todas as etnias, religiões, crenças, com uma certeza em mente, buscar a proteção e auxílio de São Miguel Arcanjo. Uma junção de vários grupos sociais. Segundo Louro (1999):

Os diferentes grupos sociais utilizam a representação para forjar a sua identidade e as identidades dos outros grupos sociais. Ela não é, entretanto, um campo equilibrado de jogo. Através da representação se travam batalhas decisivas de criação e imposição de significados particulares: esse é um campo atravessado por relações de poder. (...) O poder define a forma como se processa a representação; a representação, por sua vez, tem efeitos específicos, ligados, sobretudo, à produção de identidades culturais e sociais, reforçando, assim, as relações de poder. (Louro, 1999, p.9).

Por fim, nessa mistura de raças e etnias os devotos professam a sua fé, partilham de uma boa companhia, regada as histórias dos antepassados, relatos pertinentes para a família e para a fé daqueles que seguem essa tradição, o imaterial faz parte desse manifesto. Por longos anos, presenciamos o impossível sendo possível, assegurados nessa proteção divina que vem desde a Grande Guerra. Apesar das perdas irreparáveis, como o caso da filha de Francisca, a Agostinha, que teve sua vida ceifada num brutal assassinato, esta não perdeu a fé e destinou que a neta Maria Candelária continuasse esse legado. As mulheres da família sentem o peso dessa responsabilidade, mas também as benesses de ver ela e os seus vivendo com dignidade, proteção e fé.

¹⁶ Bíblia Sagrada Ave-Maria, 141. ed. São Paulo: Editora Ave-Maria, 1959, (impressão 2001). 1632.p. Efésios 6:12. Disponível em: < <https://www.fatima.org.br/biblia-online/?book=efesios&chapter=6>>. Acesso em julho de 2025.

2. As violências dos corpos subalternizados, violados, violentados na Guerra do Paraguai

“Da História, muitas vezes a mulher é excluída”
(Perrot, 2017, p. 197).

Ao dialogarmos sobre a violência contra a mulher, observa-se que falamos de um assunto desalmado, no qual a sociedade ainda dificulta o aparecimento dos muitos casos dos cotidianos acometidos contra a mulher. Apesar de ser um tema conhecido, ainda continuam sendo escondidos, ignorados ou silenciados, para que não seja visível aos olhos da humanidade, pois o que não enxergamos, não precisa ser resolvido, colocado em evidência e isso dificulta a compreensão da gravidade dessa situação. Esse silenciamento ocorre por diversos motivos, como medo, vergonha, falta de apoio ou até mesmo a crença de que denunciar “não fará diferença”. Assim, numerosos episódios de agressão permanecem invisíveis.

E é de conhecimento público que a violência contra a mulher está na humanidade desde seus primórdios, repetindo-se durante séculos como resultado de uma sociedade que coloca o corpo feminino em posição de inferioridade. Independentemente do lugar em que ela se encontra, seja em situações de guerra, nas ruas, em ambientes de trabalho, em instituições de ensino ou até mesmo em espaços considerados seguros, a mulher continua sendo exposta a diversas formas de agressão.

Ao longo do tempo, essa estrutura sustentou a subalternização dos corpos femininos, tratando-os como objetos que podem ser controlados, julgados ou violados, limitando a autonomia das mulheres. Sendo assim, a violência não é um evento isolado, ele está enraizado em práticas culturais que naturalizam a desigualdade de gênero. Com a chegada da era digital, observou-se um aumento significativo das agressões contra as mulheres, uma vez que o ambiente virtual ampliou os espaços disponíveis para a prática dessas violências. A expansão das redes sociais, dos aplicativos de comunicação e de outras plataformas digitais criou novos meios para a disseminação de ataques, exposição indevida, perseguições e outras formas de brutalidade que, antes, tinham alcance mais limitado.

Dito isso, a luta contra esse tipo de agressão vem ganhando cada vez mais espaço, seja por meio de legislações específicas, seja por autoras e pesquisadores que se dedicam ao estudo da temática. É importante destacar que surgem constantemente novas abordagens que reforçam a relevância do assunto e evidenciam a necessidade de mantê-lo presente em nosso cotidiano. Falar sobre violência contra a mulher é fundamental para que possamos reconhecer sua gravidade, compreender seus impactos e perceber o quanto esse fenômeno é nocivo para toda a sociedade.

2.1 A violência contra as mulheres paraguaias na Guerra do Paraguai

Iniciaremos relatando as violências sofridas pelas mulheres que foram invisibilizadas durante a Guerra do Paraguai. Conforme mencionado no capítulo anterior, tornou-se evidente que a presença feminina foi apagada ao longo da historiografia, o que dificultou o reconhecimento de seu sofrimento e de sua participação nesse conflito. A violência contra as mulheres paraguaias começou ainda nos primeiros sinais da guerra. Logo no início, o primeiro impacto violento foi presenciar a partida de seus familiares: maridos, irmãos, pais e filhos rumo ao combate, cientes de que aquele era, muitas vezes, um caminho ‘sem volta’. Esse afastamento forçado, marcado pela incerteza e pelo medo, já configurava um processo de sofrimento profundo, que se somaria às outras formas de violência enfrentadas ao longo do conflito.

De acordo com Colling (2014):

A Guerra do Paraguai, a mais longa guerra internacional da América Latina, evento trágico que ainda causa perplexidade, se desenvolveu de dezembro de 1864 a março de 1870, e quase varreu o Paraguai do mapa. Contam os relatos, que além das operações bélicas, saques, fome e epidemias, muitas atrocidades foram cometidas contra as mulheres, tanto pelos aliados da Tríplice Aliança (Brasil, Argentina e Uruguai) como pelo Paraguai. (Colling, 2014, p.1).

No começo da Grande Guerra, muitas mulheres tiveram de assumir a responsabilidade pela manutenção e sobrevivência de suas famílias, tornando-se, simultaneamente, protetoras e provedoras de seus lares — algo especialmente significativo em uma sociedade que atribuía funções rígidas e distintas a cada gênero. Outras mulheres, desde o começo do conflito, acompanharam seus maridos, dividindo com eles o pesar da guerra. Houve também aquelas que passaram a desempenhar funções diretamente ligadas ao exército, atuando nos cuidados dos acampamentos, no tratamento de feridos ou, ainda, oferecendo serviços sexuais, ocupações que, embora pouco reconhecidas pela historiografia, tiveram papel crucial na sobrevivência das tropas e na dinâmica da batalha.

À medida que a guerra avançava de forma voraz, muitos homens paraguaios ceifados, e, como consequência, um número crescente de mulheres precisou deixar seus lares para atuar diretamente nos campos de batalha. Tornaram-se soldadas, sargentas, enfermeiras, e desempenharam outras funções essenciais ao esforço de guerra, expondo-se diariamente a perigos físicos e sexuais. Nessa fase do conflito, não havia idade mínima para a participação feminina, tinha mulheres indo lutar pelo seu país. A violência não parou, elas perderam sua infância, sua mocidade e aquelas que sobreviveram carregaram traumas que ficaram enraizados em seus corpos violentados pela frieza desse evento.

Alguns jornais brasileiros falavam sobre o sofrimento dessas mulheres, como relata Micotti (2022):

O Correio Mercantil, por exemplo, compartilhou uma correspondência vinda do periódico Nación Argentina que comentava sobre a situação de Assunção ao fim do ano de 1866: “Em toda a república do Paraguai reina uma miséria espantosa, de quem nem aproximadamente se pode fazer uma ideia. Como não há em Assunção um só homem, as mulheres têm sido obrigadas por Lopez a fazer a maior parte dos serviços que estes faziam. Todos os hospitais estão a seu cargo, aqui fazem elas todos os serviços desde receitar até curar os feridos e cuidar deles” (Micotti, 2022, p.44).

O relato evidencia como a guerra sobrecarregou as mulheres e as expôs a grandes responsabilidades e sofrimentos. O jornal Correio Mercantil trouxe uma carta relatando que, sem homens na cidade, as mulheres foram obrigadas por López a assumir tarefas antes realizadas por eles. (Micotti, 2022).

Nesse sentido, a miséria era consequência direta da ausência de homens em Assunção. Enviados para o front da guerra, eles deixaram a capital e tiveram que largar suas atividades, essas que passaram a ser assumidas pelas mulheres. Assim, a relação entre a falta masculina e a miséria articula-se à noção de hierarquização apontada por Kergoat: para o jornal, uma sociedade em que a maioria das funções é desempenhada por mulheres seria menos valorizada. Além disso, a presença feminina nessas tarefas é apresentada não apenas como resultado das decisões políticas de López, mas como uma necessidade imposta pela própria escassez de homens para realizá-las. “Com a ida dos homens paraguaios para os campos de batalha, os trabalhos envolvendo o abastecimento da população, bem como das tropas recaíram sob os ombros das mulheres”. (Micotti, 2022, p. 45).

As mulheres paraguaias expressaram seu patriotismo por meio de doações. Aquelas de classes mais altas ofereciam joias, as mulheres das camadas populares contribuíam com roupas, alimentos e objetos pessoais. Solano as convocava para que demonstrassem orgulho ao país e ao governo paraguaio, atingia homens, mulheres e crianças. No começo, essas ações de apoio surgiram espontaneamente. Ao organizar reuniões e festas e oferecer presentes a Solano López, as mulheres da elite reforçavam seu prestígio, e as *kygua vera*¹⁷ também mostravam seu patriotismo. “As doações e os recibos do ato eram registrados no então chamado “Livro do Ouro”, forma está de manter o controle, ou seja, quem doava e o quanto era doado ao Governo paraguaio. “Algumas edições de jornais encontradas citaram direta e indiretamente este

¹⁷ *kygua vera* = mulheres populares, termo que significa em guarani “penteados dourados”, adereço utilizado pelas mulheres de cabelos longos.

movimento das mulheres paraguaias da elite envolvendo as doações de joias e peças valiosas. (Micotti, 2022, p.47).

Para Micotti (2022) o jornal retratava o país adversário como uma nação miserável, composta por um povo submisso e incapaz de reagir. As mulheres que entregavam joias, como anéis e braceletes, seriam, segundo o periódico, manipuladas por López, apresentado como um governante autoritário que conduziria o Paraguai à pobreza. O trecho também destaca a imagem de um povo totalmente dominado pelo regime lopista, como se vivesse em condições de escravidão. Desse modo, os paraguaios são descritos como uma população desprovida de quaisquer direitos.

Como também, temos os relatos daquelas mulheres que foram mortas por serem consideradas traidoras por Solano López. Micotti (2020):

Trecho do periódico O Publicador, da província da Paraíba, que nos aponta mulheres que foram degoladas porque foram consideradas como traidoras pelo governo paraguaio. (O PUBLICADOR, “Paraguay”, Paraíba, 14 out. 1868, p.2.): “As próprias mulheres não têm sido poupadas ao furor do extermínio, de que se acha o dominado o ditador López. Dois prisioneiros feitos pela nossa vanguarda indicam o lugar em que ainda se podem encontrar os cadáveres de mulheres de todas as idades, mandadas degolar por meras suspeitas. Uma coisa chamou minha atenção e foi que em roda dos cadáveres encontrei pedaços de cambraia fina. Apanhei alguns pedaços ensanguentados para ver se encontrava alguma marca, porém felizmente não encontrei; deduza da qualidade das roupas que, se eram de paraguaias, pertenciam a pessoas muito notáveis; tenha se bem presente isto, porque paraguaios com camisas daquela ordem não há. (Micotti, 2020, p.252)

Mulheres paraguaias também foram executadas sob suspeita de traição ao governo de López. Entre os cadáveres encontrados estavam mulheres de diferentes idades, incluindo algumas de destaque social, identificadas pela qualidade de suas vestimentas, o que evidencia que a violência não poupou nem mesmo pessoas notáveis da sociedade (Micotti, 2020).

A violência esteve presente em todos os momentos da Guerra da Tríplice Aliança, não apenas pelo impacto que destróçou o país, mas também pelo sofrimento enfrentado pelas mulheres paraguaias ao longo do conflito, como foi o caso das conhecidas destinadas e residentes. Resultando num povo falido, com perdas inestimáveis. Muitas delas, de diferentes origens e condições sociais desempenharam papéis fundamentais, mesmo diante de dificuldades, contribuindo para a sobrevivência de suas famílias e de sua comunidade. Apesar de toda a sua participação e coragem, essas mulheres foram em grande parte invisibilizadas na narrativa histórica contada pelos homens. Apenas com as retratações atuais que vemos o quanto elas foram guerreiras, bravas mulheres lutando pelo seu povo.

a) A Destinada Pancha Garmendia

Uma das destinadas mais conhecidas, era dona de uma beleza incomparável, foi uma mulher de presença marcante na sociedade paraguaia. Descrita como possuindo pele clara, cabelos pretos, rosto oval, corpo esguio e excelente educação, características que, somadas à sua postura e inteligência, a tornaram uma figura admirada e reconhecida por muitos. Ao longo de sua vida, recebeu diversos títulos que refletiam sua importância e prestígio, como “heroína del honor”, “doncella del Paraguay”, “doncella de Orleans” e “doncella do martírio” (Dourado, 2005, p. 23). Sua trajetória, no entanto, começou marcada por dificuldades, onde perdeu os pais ainda jovem, ficando órfã junto com seus dois irmãos. Sendo adotados por um casal amigo da família, que decidiu criá-los como se fossem seus próprios filhos.

Francisca Manuela Garmendia nasceu em algum momento entre 1827 e 1829; os historiadores divergem quanto à data exata. [...] conhecida como Pancha Garmendia. [...] Francisca, como em grandes tragédias, foi agraciada com inúmeros dons físicos e intelectuais. Ela floresceu e se tornou uma jovem deslumbrante que, aos 15 anos, era considerada a mais bela do Paraguai. E é essa beleza que marca o início de sua trágica história, pois ela cativou o filho do presidente Carlos Antonio López: Francisco Solano López, o futuro líder do Paraguai na Grande Guerra. Ele começou a cortejá-la, tentando torná-la sua amante, nunca sua esposa. [...] Solano López não perdoou a rejeição e confinou um de seus irmãos e o homem que ela amava em regiões remotas do país. Mas como Pancha era tudo menos desprovida de força de caráter, ela seguiu com sua vida e perdeu contato com Francisco até que, durante a Guerra da Tríplice Aliança, foi acusada de participar de uma conspiração para assassiná-lo. [...] Solano López teria reencontrado Pancha enquanto ela vivia como uma e a convidado para jantar com Elisa Lynch. Ele a tratou bem e a alimentou naquele dia, e astutamente sugeriu que a perdoaria se ela confessasse o que havia acontecido e denunciasses outros supostos conspiradores. Ela negou seu envolvimento e se recusou a incriminar inocentes. Mas, aparentemente ainda guardando ressentimento pelo passado, Solano López ordenou que ela continuasse a ser pressionada e torturada até que Pancha admitisse que tudo de que era acusada era verdade. (La Nueva mirada, 2024, s/p).¹⁸

Figura 14: Pancha Garmendia.



Fonte: La Nueva Mirada.CL¹⁹

¹⁸ La Nueva Mirada. Cl. **Pancha Garmendia**, Residente E Destinada. 2024. Disponível Em: <https://lanuevimirada.cl/Pancha-Garmendia-Residenta-Y-Destinada/>. Acesso em 01 De novembro De 2025.

¹⁹ Fonte: La Nueva Mirada. Cl. **Pancha Garmendia**, Residente E Destinada. 2024. Disponível Em: <https://lanuevimirada.cl/Pancha-Garmendia-Residenta-Y-Destinada/>. Acesso em 01 De novembro De 2025.

A historiografia registra que a morte de Pancha Garmendia é um dos capítulos mais tristes e obscuros da história do Paraguai, evidenciando como a violência contra mulheres pode se manifestar de formas extremas. Pancha foi uma mulher cobiçada, de grande visibilidade entre a elite paraguaia, conhecida por sua beleza e caráter. Recebeu poemas em sua homenagem e elogios que destacavam suas qualidades físicas e intelectuais.

Ela foi alvo de avanços indesejados e propostas abusivas de alguns homens da sociedade da época, deixando claro que sua posição social nem sempre garantiam proteção ou respeito. Esses desejos exagerados deram a ela um destino trágico, no qual no decorrer dessa guerra foi agredida de inúmeras formas, sofreu violência física, violência psicológica, maus tratos, passou fome, viveu de forma desumana. Cada um desses fatores refletia não apenas o contexto brutal da guerra, mas também a vulnerabilidade histórica das mulheres diante do poder masculino. Sua morte, foi uma tentativa de apagá-la da história, para que sua presença desaparecesse.

Portanto, esse episódio, além de demonstrar a crueldade da guerra, traz reflexões sobre os efeitos do desejo masculino não correspondido e a maneira como a rejeição pode gerar consequências violentas para a mulher. Pancha Garmendia se tornou um exemplo extremo de como, mesmo mulheres admiradas e de prestígio, nunca estiveram totalmente livres do controle, da violência e do ego masculino.

b) A Destinada Dorothea Duprat de Lassere

Dorothea Duprat de Lassere, francesa, residia com a sua família em Assunção. Quando a guerra começou eles achavam que em breve tudo voltaria normal e não havia necessidade de sair do país, os estrangeiros não imaginavam que López acabaria com sua nação. Lassere fez parte do grupo das destinadas, como inimiga de Solano Lopes.

Com 25 anos, foi enviada primeiro à localidade de Yhú e, posteriormente, a Espadín, um tipo de campo de trabalhos forçados situado atualmente em território brasileiro, próximo à convergência das cordilheiras de Amambay e Mbaracayú, em razão da execução de seu pai, irmão e esposo, considerados réus políticos no processo de São Fernando. Durante seu cativeiro, Dorothea registrou um relato impressionante, no qual expressou com veemência sua profunda indignação:

Em 25 de dezembro de 1868, as mulheres banidas para morrer de fome por ordem de López foram resgatadas pelo exército brasileiro. Eu sou uma delas; vivo, escrevo, mas ainda não consigo compreender como posso falar das crueldades e sofrimentos que suportamos. Uma chuva terrível caía: eu tinha uma dor de dente insuportável, estávamos encharcadas, acordamos sem um único mate para beber, nem um pedaço de comida; já era meio-dia, ainda chovia, estávamos realmente famintas, a criada de

Madame da Leite estava em um estado deplorável de languidez, quando de repente uma das burras de Madame abortou; eu lhes disse que na França comiam burra e que deveriam comer o feto imediatamente. Elas se animaram e, sob uma chuva contínua, cozinham a carne.... Fechei os olhos, pois havia jurado viver, e comi aquela comida. (Dourado, 2005, p.26). (Minha tradução).²⁰

“Senhoras de status social mais elevado do que as simples burguesas, ministras, generais, oficiais superiores, subalternos, funcionários públicos de todos os graus, artistas, comerciantes, lavradores, operários foram arrastadas para ou acampamento de São Fernando, submetidas ao conselho de guerra”²¹ (Lassere, 1983, p.12), foram acusados de traição pelo governo paraguaio, sendo julgados ‘por conspirar’ contra Solano López.

Dessa forma, muitos foram torturados e tiveram suas vidas ceifadas de maneira cruel, sem que ninguém conseguisse escapar do tirano. Os estrangeiros que viviam no Paraguai também não foram poupados; todos estavam sujeitos a julgamentos e condenações, sendo punidos de acordo com as determinações do governo. “Enquanto os cidadãos também eram arrastados para o abastecimento, suas famílias marcharam para as cordilheiras, onde encontraram uma morte mil vezes mais horrível: uma fome”. (Lassere, 1983, p.13).²² (minha tradução).

Para Dourado (2005). As mulheres que eram parentes de presos políticos, desertores ou indivíduos acusados de traição eram submetidas a punições e forçadas a atravessar o interior do país. Isso ocorria pelo simples fato de pertencerem a famílias consideradas conspiradoras, essa temível punição se estendia até mesmo a vínculos de amizade ou proximidade. Sobre constante vigia e escolta, eram conduzidas para áreas cada vez mais isoladas, distantes do alcance dos aliados, onde também eram obrigadas a trabalhar no cultivo da terra. Assim, centenas de pessoas inocentes, sobretudo mulheres, foram perseguidas e acabaram sofrendo pelas ações atribuídas a seus filhos, maridos ou irmãos.

²⁰ El 25 de diciembre de 1868 las señoras desterradas á morir de hambre por órden de López, han sidos salvadas por el ejército brasileiro. Yo soy una de ellas; vivo, escribo, pero aun non cabe en mi mente como es que puedo hablar de las crueldades y sufrimientos de que hemos sido víctimas. Cayó una lluvia espantosa: estaba con un dolor terrible de muelas, nos mojamos en grande, amanecemos sin un mate de yerba que tomar, ni un bocado de algo que comer; eran ya las doce, llovía siempre, ya teníamos verdadera hambre, la sirvienta de la señora da Leite estaba en un estado deplorable de languidez, cuando de repente abortó una burra de la señora; yo les dije que en Francia se comía burro, y que comiesen el aborto al momento. Se animaron y bajo una continua lluvia cocinaron esa carne ...yo cerré los ojos, pues había jurado vivir y comí ese alimento. (Dourado, 2005, p.26).

²¹ Senhoras da mais alta cathegoria social a par de simples burguezas, ministros, generaes, officiaes superiores, subal ternos, funcccionarios civis de todas as graduacões, artistas, negociantes, lavradores, operários — foram arrastados ao acampamento de S. Fernando, submettidôs a conselho de guerra,sob pretexto de urdirem conspirações contra o governo e fuzilados pelas costas como réos de alta traição ou mortos nos cepos de laço e na tortura a mais cruelmente selvagem. (Lassere,1983, p.12).

²² Enquanto os cidadãos eram assim arrastados para o supplicio, suas famílias marchavam para as cordilheiras onde de viam encontrar uma morte mil vezes mais horrorosa: a fome. (Lassere,1983, p.13).

c) As Residentas

Mulheres que seguiam os exércitos paraguaios, lutando por sua nação. Estas acompanhavam maridos, filhos, pais, irmãos, entre outros, servindo o exército, assim como também teve aquelas que se voluntariaram ou foram ‘convidadas pelo governo a se juntarem na Guerra’. Elas compartilharam sofrimentos, desfizeram de seus pertences, trabalhavam arduamente, costuravam e confeccionavam fardas para os soldados, eram responsáveis pelo funcionamento destes, assim como foram aquelas que pegaram em armas quando começaram a diminuir os homens na batalha. Essas mulheres eram “o braço frágil que lavra a terra para fazer os túmulos para os mortos! [...] caminhou léguas e léguas para levar os despachos do tirano! [...] no porto de Assunção têm sido carregados e descarregados pela mão trêmula das mulheres daquela capital”. (Micotti, 2020, 246).

De acordo com Dourado (2005):

Aquela mulher lutou ao lado dos homens na batalha; encorajou o guerreiro; cuidou dos feridos nos hospitais, curando seus ferimentos; pegou no arado e lavrou a terra; teceu e fez os uniformes de nossos exércitos; organizou comissões encarregadas de arrecadar fundos para a guerra; tornou-se operária em todas as oficinas e, em um gesto heroico, abdicou de suas joias e adornos para oferecê-los em prol da pátria. (Dourado, 2005, p.27).²³ (Minha tradução).

O papel dado a elas foi de renunciar a si mesmo em prol da guerra, pois sua pátria necessitada de ajudas físicas, financeira e mão-de-obra gratuita, tudo que fizeram foi para o bem da nação. Elas viveram a violência dos campos de batalhas, viram seus companheiros de guerra perderem a vida e quando “terminada a guerra [...], o Paraguai estava arrasado e reduzido a escombros. [...] a reconstrução nacional coube às residentas”. Tiveram que aprender os ofícios tidos como masculinos para substituírem “o homem, nas mais diversas atividades”, com o intuito de reconstruírem o país. (Dourado, 2005, p.28). Já no momento trágico da Grande Guerra, passaram fome, desnutrição e devido as invasões das tropas inimigas muitas dessas mulheres sofreram torturas e violência sexual. Apesar do Paraguai reconhecer a participação feminina na guerra, poucas foram ressaltadas, ficando reconhecidas por destinadas ou residentas.

²³ Esa mujer estuvo al lado del hombre en los combates; alentó al guerrero; asistió a los heridos en los hospitales, curándoles sus heridas; tomó al arado y labró la tierra; tejió y fabricó el uniforme de nuestros ejércitos; organozó comisiones encargadas de recaudar fondos para la guerra; se convirtió en obrera de todos los talleres, y en gesto heroico se despojó de sus joyas y alharas para ofrecerlas en aras de la pátria. (Dourado, 2005, p.27).

d) Uma breve narrativa das violências contra as descendentes de Francisca Martinez

Em continuidade, aqui relato as violências sofridas por Francisca Martinez, que foi para batalha com quatorze anos de idade, designada sargenta no exército paraguaio, sobreviveu e viveu em acampamentos, trabalhava para ajudar seus companheiros de farda, se dedicou por sua pátria. Como relatará aos seus descendentes, ela e suas companheiras foram levadas para serem mortas, a mando da madame Lynch (esposa de Solano) que não queria que elas fossem violadas sexualmente pelo exército brasileiro que se aproximavam deles.

Francisca conseguiu fugir desse infortúnio destino, andou sozinha, desamparada em meio a campos rechaçados, foram dias em busca de sua sobrevivência, ela estava voltando para o seio familiar em Coronel Oviedo/PY. Já em seu lar, somente sua irmã estava viva e com o auxílio de um padre foram morar em Assunção/PY, que seria um local mais seguro naquele momento. Mesmo antes de completar dezoito anos se casou com Carlos Canabesi, segundo relatos, ainda brincava de boneca casada. Quantas violências sofridas em seu pequeno corpo de mulher, ela perdeu sua mãe e seu pai, foi à guerra pelo Paraguai, voltou sozinha (fugida), teve que se mudar de cidade, casou-se novinha e depois de tudo isso perdeu sua única filha mulher num brutal assassinato.

Agostinha (filha de Francisca) casou-se nova, a contragosto com um marido escolhido por seus pais, o casal teve três filhos. Com poucos anos de casada apanhava do seu marido, este a torturava psicologicamente e fisicamente. Quando sua mãe soube, buscou sua filha com seus netos e os levou para morar com eles. Divorciada e sem vida social, com sugestão dos seus saiu com suas primas e amigas para um baile local, ao retornarem para a casa foi abordada por um dos homens que estavam com seus conhecidos. As amigas achando que era um ato de paquera, a deixaram sozinha com ele. Este a violentou cruelmente e a matou, deixando seu corpo num matagal. Ele cometeu atrocidades contra ela. No amanhecer foi encontrada por um homem que entregava leite na região. Este ato foi tão violento que saiu nos jornais da época, mas sua família, para preservar os filhos, comprou todas as edições e queimou, restando apenas o relato que foi narrado para os seus filhos por sua avó. A filha de Agostinha e neta de Francisca, Maria Candelária Vallejo Lugo, carregou essa tragédia em seu coração desde pequena, o sofrimento de sua mãe e a angústia de sua avó, ela disse para quem a queria ouvir, que contaria esse fato apenas uma vez e nunca mais repetiria, pois doía demais essa tragédia.

Maria Candelária (neta de Francisca, filha de Agostinha) se casou com João Nicanor Lugo, eles fizeram a travessia Paraguai/Brasil, tiveram sete filhos, ela perdeu toda a sua herança por causa do vício de bebida e jogos do seu marido. Sendo está também uma mulher com o

corpo violentado pelas dores de ter em sua lembrança a violência contra sua mãe, sua avó ter ido numa guerra e ainda ter em seu destino um casamento arruinado por causa de vício. Virou lavadeira para sustentar seus filhos, ela foi uma mulher separada numa década que era absurdo uma mulher viver sem o marido, se tornando mãe solo (como dizem atualmente).

Maria Elódia (filha de Maria Candelária, neta de Agostinha e bisneta de Francisca), aos quarenta e oito anos sofreu um dramático acidente de carro no bairro em que morava, no qual foi arremessada para fora devido a violenta batida. Conseguiu ainda segurar sua neta Patrícia para que a mesma não tivesse o mesmo destino dela. Foi uma perda de uma pessoa preciosa para a família. Fato esse que os homens que bateram no carro não foram sentenciados.

Elza Zoé (filha de Maria Elódia, neta de Maria Candelária, bisneta de Agostinha e trineta de Francisca) viu seu marido se suicidar, deixando ela e dois filhos pequenos, foi tratada com desrespeito por suspeitarem que ela cometeu o crime. Apenas conseguiu ‘se salvar’ porque uma vizinha viu o ocorrido. A violência que essa viúva sentiu, os julgamentos, o sofrimento dessa situação. A mulher sempre é culpada quando tentam justificar algo que é inaceitável. Perdeu o marido e quase foi punida por um ato que ele cometeu.

Laura (sobrinha da Zoé, neta da Maria Elódia, bisneta de Maria Candelária, trineta de Agostinha e tetraneta/tataraneta de Francisca), aos oito anos de idade, num dia ensolarado, quando brincava com seus irmãos no Parque Rogério Pithon Farias (renomeado para Parque Dona Sarah Kubitschek) um homem com mais de trinta anos os observou durante um tempo, mas crianças não percebem e brincam distraídas, num descuido conseguiu pegá-la no colo, molestou seu pequeno corpo e tentou a sequestrar. No desespero, a irmã mais velha gritou, o que assustou o homem, que rapidamente largou a menina e foi nesse instante que ela correu desesperadamente até onde se encontravam seus pais. Marcas que o tempo não apaga, a violência é algo que não conseguimos desfazer depois de tê-la sofrido, apenas aprendemos a sobreviver com ela.

Quantas gerações aqui citadas que sofreram violentas dores, quanta discriminação sofremos por sermos mulheres numa sociedade patriarcal. Esta que nos criou para servirmos, trabalharmos diariamente e satisfazermos o ego masculino que necessita se sentir no poder. Assim, nós mulheres vivemos por séculos, sofrendo violências silenciosas, estampadas nos dolorosos olhares, subalternizadas na supremacia masculina. E, mesmo com os avanços tecnológicos, ainda há violência contra o gênero feminino, são décadas vivendo, lutando por nossos direitos, pelo respeito ao corpo feminino, buscando nos tornar visíveis na sociedade e em leis nos amparamos, nos protegemos contra a perversidade da violência contra a mulher.

2.2 A violência contra as mulheres brasileiras na Guerra do Paraguai

As mulheres são personagens de grande valor, estima e relevância para a sociedade brasileira, nos dias atuais podemos observar que muitas são protagonistas de suas famílias, uma grande parte delas são responsáveis por suas instituições particulares, fazendo com que tudo funcione da melhor forma possível, sendo muitas famílias sem a presença masculina. Contudo o que vemos são relatos contados sem a presença delas, quando escutamos algo sobre a mulher, geralmente é pejorativo, culposos e desqualificados. Num passado não muito distante, as mulheres também foram cruciais em eventos históricos brasileiros, foi grande a presença feminina e como nos dias atuais, não foram vistas.

Sendo assim, percebe-se que desde sempre os silêncios são destinados às mulheres das guerras, o que nos leva a pensar que elas não tiveram participação, onde “as mulheres são as eternas esquecidas na história das guerras e são também as maiores vítimas destes eventos” (Colling, 2014, p.1). Afinal estamos falando de um campo que pertencem aos homens (segundo eles), seja político, econômico, militar e diplomático. Isso foi o que pensamos durante anos com as histórias delineadas pelos olhos masculinos, “escrevem a história, a história deles” (Colling, 2014, p.1), pois quando vivemos “numa sociedade dominada pelo poder masculino, os vestígios femininos desaparecem intencionalmente e com grande facilidade”. (Dourado, 2005, p.10).

Nesta Grande Guerra apenas dois nomes femininos tiveram destaques: pelo Paraguai madame Lynch (esposa de Solano López) e pelo Brasil Ana Néri (enfermeira). Quantas as demais mulheres brasileiras que participaram restaram apenas o apagamento historiográfico, mas sabemos que elas estavam presentes nessa tragédia ocorrida na América Latina, “como enfermeiras, esposas, amantes, costureiras, andarilhas, vivandeiras²⁴ e chinas gaúchas”, ocuparam diversas funções que passaram despercebidas durante a guerra, porém “, segundo memorialistas, elas eram muitas e os comandantes brasileiros tinham conhecimento disso, mas reconheciam que o Exército brasileiro não marchava, não lutava, não avançava sem a presença feminina”, ou seja, um simples detalhe que não precisa ser explanado nas narrativas masculinas que lutaram na Guerra da Tríplice Aliança.

De acordo com Colling (2014):

Quantas mulheres participaram deste conflito? Elas estavam lá, contam alguns relatos vagos e esparsos, muitas vezes preconceituosos, da literatura sobre o conflito. Alfredo Taunay, reconhecido e reverenciado como participante e relator da guerra, especialmente com “A Retirada da Laguna” onde enaltece as tropas brasileiras, não

²⁴ Vivandeiras - mulheres conhecidas, de maneira geral, no contexto da guerra, pelo fato de comercializarem ou levarem mantimentos, acompanhando tropas em marcha, providenciando o que os soldados necessitavam. (Castilho e Garcia, 2020, p.7).

cansa de fazer comentários preconceituosos e desqualificadores sobre as mulheres. Segundo Pernidji ao tratar das jovens adolescentes que serviam aos oficiais, Taunay diz que elas, precocemente envelhecidas, eram muito feias, mas dada a necessidade do sexo, a soldadesca as usava sexualmente. [...]. Mas, esquecidas pela memória nacional, desprezadas pelos observadores e historiadores ao tempo dos acontecimentos, essas mulheres constituem uma nobre parte de nossa história, difícil de reconstituir por falta quase total de testemunho. O antifeminismo e o desprezo que o povo tinha pelas mulheres, consequência dos costumes e da erudição da época, concorrem para que se produzisse essa lacuna em nossa história. (Colling, 2014, p.4).

O exército sabia que a ajuda delas era importante para o funcionamento dos acampamentos, pois eram elas que assumiam as tarefas das quais eles não faziam, eram mulheres diferentes, com justificativas diversas, “mulheres que durante toda a campanha acompanhavam o exército. Prostitutas [...], esposas e amantes [...], mães [...]. Elas cuidavam das roupas e da comida de seus companheiros, muitas vezes atendiam-nos quando doentes; acudiam os feridos em combates; expunham-se ao fogo e algumas vezes pegavam em armas. Muitas levavam consigo seus filhos pequenos”. (Colling, 2014, p.7)

Para Dourado (2005) A participação feminina, quase sempre relegada ao segundo plano, raramente é reconhecida como elemento importante nas batalhas. Contudo, as mulheres estiveram lá ainda que pouco saibamos sobre elas. Sua presença, extraoficial e frequentemente esquecida pelo tempo, formava um verdadeiro exército sem nome. Afinal, se a própria Guerra do Paraguai, travada contra a Tríplice Aliança, permanece pouco conhecida, a atuação das mulheres nesse conflito é ainda mais invisibilizada. Misturadas a índios, idosos e crianças, compunham um exército “invisível” que se tornou indispensável ao longo da guerra.

(Palhano et al, 2016) O desempenho delas no contexto da guerra era frequentemente mobilizada como recurso simbólico para incentivar o alistamento voluntário. Entretanto, em contraste com a narrativa veiculada pela imprensa paraguaia, a possibilidade de as mulheres empunharem armas em defesa da pátria suscitava posições divergentes. De um lado, havia aqueles que legitimavam a figura da “mulher soldado”, interpretando-a como um rompimento com os modelos normativos de gênero. De outro, persistia a defesa de que a contribuição feminina deveria restringir-se às atividades tradicionalmente associadas ao espaço doméstico, mantendo-as em funções auxiliares e subordinadas aos homens. Tal debate revela a forte inscrição das estruturas patriarcais que moldavam as representações sociais e os papéis de gênero à época.

Para Colling (2014):

O silêncio da historiografia brasileira sobre a participação feminina na Guerra do Paraguai é compensado pela literatura. Todos os relatos de viajantes, obras militares

e demais produções, em poucas linhas relatam a presença de mulheres brasileiras, em especial as chinas gaúchas. Descobrir estas mulheres, trazê-las à superfície, é resgatar uma dívida historiográfica brasileira com o passado. [...]. Refazer a trajetória da memória rumo à história é buscar na memória as raízes de nossa demanda de história. Se historicamente o feminino é entendido como subalterno e analisado fora da história, porque sua presença não é registrada, libertar a história é falar de homens e mulheres numa relação igualitária, é resgatar a dívida com a memória. Falar de mulheres não é somente relatar os fatos em que esteve presente, mas reconhecer o processo histórico de exclusão de sujeitos. (Colling, 2014, p.10).

Os papéis das mulheres eram subalternizados, elas exerceram ações que foram desprezadas, como costurar os uniformes dos membros das tropas do Exército. Estamos falando que a maior parte das mulheres eram humildes, aceitavam o baixo salário e ainda tinham a habilidade de conseguir confeccionar com o escasso material nos períodos críticos da guerra.

Sendo assim, vê-se que elas participaram e aceitaram as funções designadas, com desigualdades explícitas, sendo tratada como invisíveis. “As mulheres que acompanhavam seus Exércitos acabaram caindo na bruma do esquecimento, com raras exceções às que praticaram alguma atitude considerada heroica naquele determinado contexto bélico histórico”, ou seja, “as demais mulheres restaram o silêncio da historiografia, sem nomes, sem rostos, idades, quantidades, origens”. (Castilho e Garcia, 2020, p.4-8). Apesar de todo esse contexto de invisibilidade, seguimos adiante com alguns nomes de brasileiras que darão luz aquelas que não serão citadas, mas serão representadas através delas.

a) Preta Ana

Destaca-se também a figura da preta Ana, identificada apenas pelo primeiro nome, já que sua cor foi ressaltada por Taunay (1952, p. 85) de forma carregada de preconceito racial. Sua participação é mencionada em um episódio ocorrido em 11 de maio de 1867, quando os integrantes da Retirada da Laguna haviam atravessado o Rio Apa e alcançado o território que hoje corresponde ao município de Bela Vista. Taunay (1952) diferencia Ana das demais mulheres pela coragem e pela disposição em cuidar dos feridos, mesmo em meio às batalhas mais violentas do conflito.

Foi uma autêntica heroína essa mulher de um soldado que se chamava Ana e cognominada Ana Mamuda, cujo gesto digno e humano, se fixou na admiração e na gratidão de todos. Era uma humilde negra de coração branco, mas, antes de tudo, mulher. Sublime mulher, cuja glória a história tem o dever de registrar e consagrar (Souza, 1970 apud Castilho e Garcia, 2020).

Por ser negra e de origem humilde, supõe-se que tenha acompanhado o marido para evitar dificuldades financeiras. Durante a campanha, tornou-se uma das principais enfermeiras,

orientando outras mulheres no atendimento aos doentes e coordenando também os soldados levemente feridos que passaram a auxiliar nos cuidados aos casos mais graves.

b) Mariz Fuzil e Aninha Cangalha

Mulheres comuns só passaram a ser mencionadas nas narrativas do período quando realizavam ações consideradas extraordinárias, servindo como exemplos de coragem e determinação, poucas “ficaram conhecidas também, por ato de bravura, Maria Fuzil e Aninha Cangalha. Ambas na calada da noite, apesar da presença do inimigo, desceram a barranca do rio Paraguai, trazendo água para os soldados sedentos”. Esse fato ocorreu no caso do Forte Coimbra, em 1864, onde aproximadamente setenta mulheres estavam presentes durante o ataque paraguaio, a maioria delas eram esposas de soldados e tiveram participação decisiva. Foram responsáveis pela produção de cerca de 3.500 munições de fuzil, improvisando os cartuchos menores com pedaços de suas próprias roupas.

c) Jovita Alves Feitosa

Jovita, uma jovem de 17 anos do Piauí, cortou o cabelo e se alistou como Voluntária da Pátria, disfarçada de homem. Quando sua identidade feminina foi descoberta, ela passou a trabalhar em um hospital militar. Sua história chamou atenção na imprensa, pois, segundo Dourado (2005), ela desafiou os padrões da época, que esperavam que as mulheres ficassem apenas com tarefas domésticas e subordinadas às regras da sociedade patriarcal. (Castilho e Garcia, 2020). “Entre as invisíveis, encontramos menção a Maria Curupaiti e Jovita Alves Feitosa. Ambas conquistaram admiração e respeito, ao se disfarçarem de homem para se alistarem, tomarem armas para enfrentar o inimigo”. No Exército Imperial de D. Pedro II, as mulheres eram fundamentais na retaguarda, atuando na logística (organização de munições e vendas), na alimentação e na assistência aos feridos. (Palhano et al, 2016, p. 9).

d) Dona Raphaela Senhorinha Maria da Conceição Barbosa de Lopes

Rafaela Senhorinha Maria da Conceição Barbosa era filha de Antônio Gonçalves Barbosa, natural de Sabará, em Minas Gerais, que havia servido como furriel e como guarda do ouro da Coroa. Ela se casou pela primeira vez com Gabriel Francisco Lopes e suas terras ficavam no caminho da Retirada da Laguna. A fazenda situava-se em uma região reivindicada pelo governo paraguaio, em área de disputa territorial entre Brasil e Paraguai.

(Castilho e Garcia, 2020) Gabriel Lopes e Senhorinha, ocuparam uma área de terra no sul da Província de Mato Grosso, a cerca de três quilômetros do rio Apa, na região que hoje

corresponde ao município de Bela Vista (MS). Essas terras receberam os nomes de Fazenda Monjolinho e Retiro (Dourado, 2005). Gabriel tratava os escravos de maneira rigorosa: não os insultava, mas exercia grande disciplina, exigia dos escravos trabalho, respeito e obediência, afirmando ter controle sobre suas vidas dentro dos limites da lei. Dois dos seus escravos, já tendo ouvido falar sobre os movimentos abolicionista e republicano, começaram a questionar, um deles chegou a declarar apoio aos paraguaios, até que a tensão cresceu e durante uma discussão sobre trabalho forçado, foi desarmado e morto com um punhal no coração.

Em seguida, após a morte do marido, foram presos pelo Governo Paraguai, no qual descreveram que “as ordens que recebemos do governo e do capitão-comandante, o segundo Hélio Serejo, eram para prender todos os habitantes da região e transportá-los, para maior segurança, para o interior do Paraguai, juntamente com as fazendas que também confiscamos e os pertences das casas de menor volume e peso”.²⁵. (Minha tradução). (Midiamax, 2025, s/p)²⁶.

De acordo com Dourado (2005), Senhorinha:

Teve que enfrentar sozinha, logo após a morte do marido, a captura e prisão por uma patrulha militar paraguaia, em 18 de outubro de 1849, sob o comando do Capitão Ramos, que a levou, juntamente com seus três filhos menores, dois escravos e mais um grupo de pessoas, para o interior da República, e que tinha ordens de aprisionar todos os brasileiros que se estabelecessem em propriedades agrícolas nas zonas que o Paraguai pretendia incorporar a seu domínio. (Dourado, 2005, p.47).

Em continuidade sobre a prisão de Senhorinha, Castilho e Garcia (2020) relata:

Permaneceu como prisioneira por cerca de um ano, em um cárcere nas cercanias de Assunção, em condições sub-humanas, devido ao alto grau de insalubridade que assolava o local; o presidente, à época, era Don Carlos Antônio López, pai de Solano. O pai de D. Senhorinha, Antônio Gonçalves Barbosa, era inspetor do Distrito de Vacaria (atual município de Rio Brillante); usando da prerrogativa do cargo, buscou formas de libertar a filha por meio da Diplomacia e da intervenção do responsável pelos negócios brasileiros, Pedro Alcântara Bellegarde. (Dourado, 2017 apud Castilho e Garcia, 2020, p.9).

Como suas terras foram usurpadas, Senhorinha seguiu para a fazenda Jardim (fundada por seu pai), tendo como vizinho seu cunhado José Francisco Lopes, este também viúvo. Embora não soubesse ler nem escrever, ela tinha grande experiência no meio rural.

²⁵ As ordens ‘que tenían del gobierno e del señor capitan comandante’, segundo Hélio Serejo, era de prender todos os moradores da região e conduzi-los, pelo meio mais seguro, para o interior do [Paraguai](#), juntamente com os estancieiros levaram também o gado e os pertences caseiros de menos volume e peso. (Midiamax, 2025, s/p).

²⁶ MIDIAMAX: 1849 – Paraguaio sequestram Senhoria Barbosa. Disponível em: <<https://midiamax.com.br/colunas/sergio-cruz/2025/1849-paraguaio-sequestram-senhorinha-barbosa/>>. Acesso em 30 de novembro de 2025.

Acompanhava as atividades da Fazenda, não deixando que os empregados fizessem tudo sozinhos. Estava à frente de tudo, desde o cultivo da terra até a criação do gado, assumindo o controle total das tarefas da propriedade. Após ficar viúva “Dona Senhorinha se casou, segundo o costume generalizado naquela época, com seu cunhado, José Francisco Lopes”. (Dourado, 2005, p. 48), futuro Guia Lopes da Laguna (retratado por Taunay), “a cerimônia religiosa foi celebrada pelo famoso Frei Mariano de Bagnaia, que se encontrava na Vila Militar de Nioaque, na época”. (Castilho e Garcia, 2020, p.10).

Com o início da Guerra do Paraguai, Dona Senhorinha, seus filhos e escravos, junto com outros prisioneiros brasileiros e estrangeiros da região de Corumbá, foram levados para o interior do Paraguai, onde permaneceram por cinco anos. A sobrevivência provavelmente se deu graças ao cultivo de alimentos para subsistência. Em 1869, as tropas brasileiras os resgataram, encontrando-os sem alimentos, roupas ou calçados. Seu marido, José Francisco estava em Miranda e conseguiu escapar da prisão, repetindo uma situação semelhante à da primeira detenção, quando ela também estava sozinha. A constante ausência masculina que ansiavam por novas terras, deixavam as mulheres sem proteção. (Dourado, 2005).

Segundo Castilho e Garcia (2020):

Nessa segunda vez que esteve em poder dos paraguaios, D. Senhorinha foi designada a trabalhar com um padre chamado Justo Román, e, segundo aponta Medeiros (2012, p.102), ela teria se apresentado ao religioso “[...] pronta para qualquer trabalho, acostumada que estava às mais duras lides. Não se recusava a cozinhar, lavar roupas e latrinas, costurar, lavrar, o que fosse”. Entretanto, o pároco a afastou dos filhos e a açoitava, com frequência, por motivos fúteis; foram cinco anos de tortura e solidão no Paraguai como prisioneira de guerra. (Castilho e Garcia, 2020, p.11)

A alimentação no território paraguaio era muito limitada, baseada principalmente em raízes de coqueiro, palmitos, folhas de laranjeira e, ocasionalmente, uma farinha obtida do palmito da macaúba. As dificuldades e sofrimentos vividos no Paraguai despertaram em D. Senhorinha um forte sentimento de pertencimento e identidade nacional. (Dourado, 2005 / Castilho e Garcia, 2020).

Quando retornou ao Brasil, Senhorinha à frente da Fazenda Jardim, começou a reconstruir e reformar a propriedade, incluindo o curral, o paiol, o galpão, a moenda e outras estruturas. Antes disso, visitou o túmulo de seu segundo marido. O governo brasileiro indenizou pelo gado que José Francisco Lopes (o Guia Lopes) havia doado às tropas prestes a invadir o Paraguai, sob comando do coronel Camisão, graças à intervenção do Visconde de Taunay, que conhecia o Guia Lopes desde 1867.

Conforme Medeiros (2007):

Senhorinha firma que veio para essa área da vida no interior do país, região de Fronteira, numa época em que a violência era coisa comum, não sendo contida como nenhum tipo de expressão por parte de autoridade, e a vida humana que estava pouco essa afirmação me fez refletir: que a Província de Mato Grosso é, hoje, um lugar longínquo e afastado, mesmo com as esforçadas tentativas de colonização brasileira expandindo-se ao sul de Cuiabá, Imagine- se no passado a situação dos que viviam nesses confins de fronteira . (Medeiros, 2007, p.38).

No final de suas trajetórias, José Francisco Lopes, o Guia Lopes foi reconhecido pelo Exército Brasileiro como herói militar e recebeu a patente de coronel (depois de falecido). Dona Senhorinha faleceu em Bela Vista em 26 de janeiro de 1913 e foi enterrada no cemitério municipal da Água Doce. Com sua morte, calou-se a voz da matriarca das famílias Barbosa e Lopes, uma mulher notável cuja força durante a Guerra do Paraguai marcou um momento importante da história do Brasil.

Figura 14: Senhorinha Barbosa com familiares.



Fonte: Midiamax.²⁷

No caso específico de Dona Senhorinha, é interessante ressaltar os atributos que lhe foram concedidos pelos memorialistas. Ela foi uma brasileira que enfrentou a Guerra do Paraguai com resistência, sendo capturada pelos paraguaios duas vezes, juntamente com seus filhos, em meio à violência da região de fronteira. Sua trajetória foi marcada pela força diante

²⁷ MIDIAMAX: 1849 – Paraguaio sequestram Senhoria Barbosa. Disponível em: < <https://midiamax.com.br/colunas/sergio-cruz/2025/1849-paraguaio-sequestram-senhorinha-barbosa/>>. Acesso em 30 de novembro de 2025.

das adversidades, sobrevivendo aos sofrimentos do conflito e contribuindo para a ocupação do sul do Pantanal em um período em que se esperava que as mulheres se mantivessem invisíveis. A trajetória de Senhorinha representa um marco de resistência feminina, pois, além de enfrentar as dificuldades impostas pela guerra, ela assumiu tarefas cotidianas normalmente atribuídas aos homens e participou ativamente da ocupação das terras na região de fronteira. “Dona Senhorinha símbolo das Agruras das mulheres em tempos heroicos de Mato Grosso do Sul”. (Medeiros, 2007, p.9).

Tal foi sua importância que virou novena na França, como descreve Medeiros (2007):

Uma novela, em francês, escrita por Um Engenheiro Militar de nome Alfredo d’Escragnolle quem acompanhou a guerra como correspondente e memorialista ponto o título da obra, em francês é *La Retraite de la Laguna*, (A retirada da Laguna) e, este volume, chegado por misteriosas mãos até esses confins, já é de uma 3ª edição feita em Paris no início de maio tem 1879, há pouco mais de 20 anos, nele constando que a primeira edição sairá no ano de 1872. Na certa que já estamos temos traduções, mas por aqui não tive como saber. (Medeiros, 2007, p.31).

Como também no livro de Taunay, Medeiros (2007):

Depois de mencionada no livro de Taunay, não tive dúvidas de que Dona Senhorinha Barbosa Lopes passou a integrar os personagens da história Nacional brasileira e merece ser conhecida com detalhe. na novela aparece, primeiramente, como uma mulher respeitada do qual autor gaba a hospitalidade na fazenda Jardim, quando passou por lá. Quando a conheci, pude constatar que além da observação de Taunay ser verdadeira, ela possuía outras raras qualidades, como a empatia natural com o interlocutor, naturalidade e segurança e suas palavras e sabia dirigir uma cozinha como poucas. Já um pouco trôpega, sabia se expressar eu podia se notar nela um brilho nos olhos e uma intensidade e paixão a falar da sua família, de seu País e de suas desventuras na guerra. (Medeiros, 2007, p.37).

Para Medeiros (2007) a participação das mulheres na guerra representou uma das formas mais duras de violência contra o gênero feminino. Essa violência não ficou restrita somente ao conflito, ela continua presente até os dias atuais, apresentando-se por meio da discriminação, da desvalorização e da invisibilidade das mulheres. Ainda hoje, a sociedade muitas vezes ignora a trajetória de mulheres exaustas, que realizam tarefas domésticas como: um dia inteiro de trabalho na cozinha, lavando roupas, costurando, além disso, cuidando dos filhos que cria ano após ano. Essas responsabilidades continuam sendo tratadas como funções exclusivamente femininas, cobrando delas a capacidade de “dar conta” de múltiplos afazeres, muitas vezes sem reconhecimento ou apoio.

2.3 A mulher Invisibilizada

Desde a infância, somos expostos a histórias sobre as mulheres. Escutamos relatos sobre a experiência do gênero feminino, muitas vezes carregados de culpa, nos quais se afirmam que “ela é a culpada”. Na tradição religiosa, essas narrativas frequentemente começam com: “e da costela que tinha tomado do homem, o Senhor Deus fez uma mulher, e levou-a para junto do homem”, assim como: “a mulher, vendo que o fruto da árvore era bom para comer, de agradável aspecto e mui apropriado para abrir a inteligência, tomou dele, comeu, e o apresentou também ao seu marido, que comeu igualmente”.²⁸

Dessa forma, pode-se evidenciar que a mulher provoca a desordem e a ira dos homens. A pecadora, que sofre represália porque merece, precisa ser vigiada, logo punida, pois é sedutora, não sabe se comportar, portanto, ela que conduz o homem ao erro, entre outros. Onde a mulher é aquela que não tem permissão de ser notada, séculos após séculos é apagada. Assim é a sociedade patriarcal na qual vivemos, pois, “o mundo econômico e político, as histórias também são definidas pelo princípio do nkali: como elas são contadas, quem as conta, quando são contadas e quantas são contadas depende muito de poder. O poder é a habilidade não apenas de contar a história de outra pessoa, mas de fazer que ela seja sua história definitiva”. (Adichie, 2009, p. 9).

Onde, o debate acerca das desigualdades entre as mulheres e os homens não é recente, pois ouvimos essas histórias contadas desde a Pré História, Idade Antiga, Idade Média, Idade Moderna e até os dias atuais na Idade Contemporânea o papel da mulher é silenciado e invisibilizado, pois a crença é que esta mulher na escala que divide a superioridade dos seres humanos é considerada inferior à identidade masculina, em que o homem era o: caçador, o filósofo, o santificado, o rei, o padre, o cientista, o pintor, o escultor, o general e por fim o macho alfa. Que não precisa justificar seus atos desumanos contra o gênero feminino, pois “a mulher foi socializada para conduzir-se como caça, que espera o “ataque” do caçador”. (Saffioti, 2015, p.29).

Como relata Lerner (2019):

Até o passado mais recente, esses historiadores eram homens, e o que registravam era o que homens haviam feito, vivenciado e considerado significativo. Chamaram isso de História e afirmaram ser ela universal. O que as mulheres fizeram e vivenciaram ficou sem registro, tendo sido negligenciado, bem como a interpretação delas, que foi ignorada. O conhecimento histórico, até pouco tempo atrás, considerava as mulheres

²⁸ Bíblia Sagrada Ave-Maria, 141. Gênesis, 2: 22 e Gênesis, 3: 6. ed. São Paulo: Editora Ave- Maria, 1959, (impressão 2001). 1632.p. Disponível em: < <https://www.fatima.org.br/biblia-online/?book=genesis&chapter=2>>. Acesso em 04 de dezembro de 2024

irrelevantes para a criação da civilização e secundárias para atividades definidas como importantes em termos históricos. (Lerner, 2019, p.24).

Até recentemente, a história era praticamente escrita por homens, que registravam apenas o que eles fizeram ou o que consideravam importante. Onde, o que as mulheres viveram, fizeram ficou sem registro e foi ignorado. Por muito tempo, a história tratou as mulheres como invisíveis, seja na construção da civilização e nas atividades consideradas relevantes. Justificando, nessa sociedade a mulher não precisava sobressair nas narrativas históricas. Ela é somente um corpo, com modelos variados e quilometragens diferentes, que estão numa vitrine para que seja fonte de desejo e ao mesmo tempo que esse corpo seja desprezado. A sua criação se deu para que o homem pudesse usufruir da forma que quisesse, na medida em que fosse útil para os mesmos. Assim, por muitos anos, a mulher foi vista, desde os primórdios tempos. A começar desde pequena, nascendo mulher, ela é olhada como um objeto, que pode ser usado e descartado, ou seja, tem tempo de validade.

Segundo Spivak (2010), a mulher é colocada em posição subalterna, sofrendo perseguições por seu gênero, com seu corpo desvalorizado e sua capacidade intelectual diminuída. Trata-se, portanto, de alguém sem voz política nesse espaço de poder, cuja participação não é reconhecida, pois a sociedade não oferece espaço para sua expressão. Essa condição reflete a violência epistêmica imposta pelo imperialismo, na qual a dominação masculina se mantém por meio das construções sociais de gênero.

Além do que, ainda temos muitos problemas relacionados ao racismo da mulher negra, como afirma Lugones (2008, p.75) que muitos homens eram visivelmente indiferentes às violências sofridas pelas mulheres negras, não brancas, era preocupante, pois eram agressões cometidas no cotidiano. “Mulheres vítimas da colonialidade do poder e, inseparavelmente, da colonialidade do gênero; mulheres que criaram análises críticas do feminismo hegemônico precisamente por ignorarem a interseccionalidade de raça/classe/sexualidade/gênero”. (Minha tradução).²⁹

Dessa forma, Wallace (1994) afirma:

É necessário compreender que as vozes do feminismo negro nos Estados Unidos emergem hoje de uma longa tradição de 'silêncio' estrutural das mulheres de cor na esfera da produção de conhecimento em todo o mundo. Raramente abordado pela tendência dominante do feminismo, ou pela tendência radical ou por qualquer uma, esse silêncio tem condenado ao fracasso a maioria dos esforços para mudar o status e a condição da mulher negra dentro da sociedade. Existe atualmente outro perigo, de que na proliferação de imagens negras na televisão, vídeos de música e, em menor

²⁹ ... mujeres que han creado análisis críticos del feminismo hegemónico precisamente por el ignorar la interseccionalidad de raza/clase/sexualidad/genero. (Lugones, 2008. p.75).

extensão, no cinema, estejamos apenas assistindo a uma variação pós-moderna desse fenômeno de silêncio da mulher negra. (Wallace. 1994. p.3).

As vozes do feminismo negro nos Estados Unidos surgem depois de uma longa história de silêncio das mulheres negras na produção de conhecimento no mundo todo. Esse silêncio, pouco abordado pelo feminismo dominante ou radical, dificultou muitas tentativas de melhorar a situação das mulheres negras na sociedade. Hoje, existe outro risco: a presença de imagens de pessoas negras na TV, na música e no cinema pode ser apenas uma nova forma desse mesmo silenciamento, ou seja, a busca pela igualdade em uma sociedade desigual exige coragem e resistência. Muito já foi percorrido, várias vitórias adquiridas nas lutas pelos direitos da Mulher. Mas, as mulheres ainda têm muitas ressignificações para fazer, muitas modificações na sociedade, onde a mulher continue resistente, batalhando para ter seu direito preservado, amparado, assegurado e viver sem medo do preconceito e discriminação. (Wallace, 1994).

A hegemonia masculina quer permanecer no poder, para tal não é permitido que a mulher sobressaia ou que ela se torne alguém que possa ser vista, ela necessita continuar invisibilizada, tal a fragilidade do gênero masculino. Um mundo onde ‘o direito é para todos’, mas o poder só pode continuar na mão do homem, que por serem homens são considerados superiores.

Oyèwùmí (2021) afirma:

Desde as pessoas da antiguidade até as da modernidade, o gênero tem sido uma categoria fundamental sobre a qual as categorias sociais foram erguidas. Assim, o gênero foi ontologicamente conceituado. A categoria cidadão, que tem sido a pedra angular de grande parte da teoria política ocidental, era masculina, apesar das muito aclamadas tradições democráticas ocidentais. Elucidando a categorização dos sexos feita por Aristóteles, Elizabeth Spelman escreve: “Uma mulher é uma fêmea que é livre; um homem é um macho que é um cidadão”. As mulheres foram excluídas da categoria de cidadãos porque “a posse do pênis” era uma das qualificações para a cidadania. Londa Schiebinger observa, em um estudo sobre as origens da ciência moderna e a exclusão das mulheres das instituições científicas europeias, que “as diferenças entre os dois sexos eram reflexos de um conjunto de princípios dualistas que penetravam o cosmos e os corpos de homens e mulheres”. Diferenças e hierarquias, portanto, estão consagradas nos corpos; e os corpos consagram as diferenças e a hierarquia. Assim, dualismos como natureza/cultura, público/privado e visível/invisível são variações sobre o tema dos corpos masculinos/femininos hierarquicamente ordenados, diferencialmente colocados em relação ao poder, e espacialmente distanciados um do outro. (Oyèwùmí. 2021, p.52).

Desde a Antiguidade, a cidadania, base da teoria política ocidental, sempre foi considerada masculina, mesmo em tradições que se diziam democráticas. Como observa Elizabeth Spelman, “uma mulher é uma fêmea que é livre; um homem é um macho que é um cidadão”, mostrando que as mulheres eram excluídas da cidadania por não terem pênis.

Deixando evidente a diferença entre os gêneros. Dessa forma, Londa Schiebinger aponta que as diferenças entre homens e mulheres refletiam dualismos presentes nos corpos e na sociedade. Assim, diferenças e hierarquias são reforçadas pelos corpos, e dualismos como natureza/cultura, público/privado e visível/invisível refletem a organização desigual dos gêneros em relação ao poder.

Em suma, o que vemos é a relação de poder do gênero masculino diante do gênero feminino, onde o poder está focado e centralizado na supremacia masculina, que por sua vez, a usa para promover domínio, controle, posse e manipulação. Ser o opressor dentro de suas relações: sociais, políticas, econômicas, culturais e sexuais perante as mulheres, mais conhecidas como: o ‘sexo frágil’, “desde que a questão seja a diferença e a hierarquia social, o corpo é constantemente colocado, posicionado, exposto e reexposto como sua causa”. (Oyěwùmí. 2021, p.53).

A diferença entre os sexos femininos e masculino perpassam décadas, que mesmo depois de conflitos ou guerras, as mulheres continuam sofrendo violência de gênero de forma intensa e persistente. A violência de gênero não é uma questão do passado, tampouco é algo que desapareceu com o fim das guerras, pelo contrário, permanecem até os dias atuais. A persistência da violência revela que o problema não é apenas individual ou pontual, é social e cultural. A naturalização da violência doméstica, o machismo estrutural, o silenciamento das vítimas e a insuficiência de respostas institucionais mantêm a vulnerabilidade das mulheres, onde a invisibilidade dos casos impede que muitos casos sejam denunciados, o que perpetua o ciclo de violência. A luta pela igualdade e contra a violência de gênero continua imprescindível. Décadas depois da guerra a violência permanece como uma realidade concreta para milhões de mulheres.

2.4 Conceitos de Violências

A violência³⁰ É um problema muito grande e complexo, que atinge a população em geral. “As pessoas habituaram-se tanto com atos violentos”. (Saffioti, 2015, p.19). Porém, quando a violência acontece, o transtorno não é somente para a pessoa que sofreu com essa agressividade, junto dela vem problemas sociais, econômicos, familiares, culturais, individuais e coletivos. Englobando também diversos setores que dão respaldo às vítimas, tal qual os setores da saúde, policial e judiciário. A violência é uma prática desumana, que deixa as pessoas sem liberdade, tornando-as reféns do medo e da insegurança.

³⁰ A origem do termo violência, do latim, *violentia*, expressa o ato de violar outrem ou de se violar. (Paviani, 2016, p.9).

De acordo com Paviani (2016):

O conceito de violência é ambíguo, complexo, implica vários elementos e posições teóricas e variadas maneiras de solução ou eliminação. As formas de violência são tão numerosas, que é difícil elenca-las de modo satisfatório. Diversos profissionais, especialmente na mídia, manifestam-se sobre ela, oferecem alternativas de solução; todavia, a violência surge na sociedade sempre de modo novo e ninguém consegue evitá-la por completo. (Paviani, 2016, p.9).

É notório observar que quando falamos sobre a violência, se trata de um assunto desconfortável, seja para quem fala, como para quem escuta. Por se tratar de ações danosas e insalubres para a sociedade, que prefere ter o belo e saudável para desfrutar, ou seja, esse assunto muitas vezes é varrido para debaixo do tapete, onde teremos um ‘objeto’ que será como um obstáculo dificultando nossa visão e por vezes causando cegueira, pois assim pode-se dizer que ‘a comunidade’ não fez nada porque não viu ou percebeu.

Paviani (2016). Como também, “A violência pode ser natural ou artificial. No primeiro caso, ninguém está livre da violência, ela é própria de todos os seres humanos. No segundo caso, a violência é geralmente um excesso de força de uns sobre outros”. Vivemos com diferentes atos de violência no cotidiano, onde a todo momento existem ações de agressividade acontecendo, causando efeitos negativos na sociedade, trazendo consigo impactos psicológicos e danos físicos.

Segundo Saffioti (2015):

o entendimento popular da violência apoia-se num conceito, durante muito tempo, e ainda hoje, aceito como o verdadeiro e o único. Trata-se da violência como ruptura de qualquer forma de integridade da vítima: integridade física, integridade psíquica, integridade sexual, integridade moral. Observa-se que apenas a psíquica e a moral situam-se fora do palpável. Ainda assim, caso a violência psíquica enlouqueça a vítima, como pode ocorrer – e ocorre com certa frequência, como resultado da prática da tortura por razões de ordem política ou de cárcere privado, isolando-se a vítima de qualquer comunicação via rádio ou televisão e de qualquer contato humano –, ela torna-se palpável. (Saffioti, 2015, p.19).

Para Guitarrara (2024, s/p) "A violência é um fenômeno complexo que pode ser entendido como um problema social de natureza histórica que persiste em função das desigualdades socioeconômicas e espaciais, da negligência do Estado." Os problemas de violência ocorrem nas classes sociais mais vulneráveis de forma mais visível à população, onde por vezes é reportada com mais nitidez. Apesar de que não é somente as classes sociais vulneráveis que convivem com a agressividade, como também a dita ‘classe alta’ onde por muitas vezes ocorre de forma velada para manter o status social.

Sendo assim, pode-se dizer que há tipos de violências e classificações, que variam de acordo de como ela sucedeu, podendo afirmar que se trata de um problema social ou de saúde pública. Varia de acordo com a ocorrência e por onde se dará seu desfecho. “Assim sendo, uma das tipologias mais utilizadas é aquela elaborada pela Organização Mundial da Saúde (OMS), que identifica três tipos de violência” (Guitarrara, 2024, s/p), sendo elas:

→ Violência auto infligida: como o nome indica, é a violência que uma pessoa comete contra si própria. Não há a participação de terceiros nos atos. Exemplos: automutilação e suicídio.

→ Violência interpessoal: são os atos de violência cometidos por uma pessoa contra outra. Esse tipo de violência é subdividido em outras três formas: Violência íntima ou familiar: os atos violentos são cometidos entre membros de uma família, entre cônjuges ou entre parceiros que mantêm um relacionamento íntimo ou estável. Classificada também como violência doméstica. Exemplos: violência contra a mulher, feminicídio, maus-tratos contra crianças e idosos.

Violência comunitária: os atos violentos são cometidos contra ou entre pessoas desconhecidas, ou seja, que não possuem nenhum grau de parentesco e que não mantêm relação de qualquer natureza. Exemplos: agressão a estranhos na rua, crimes contra a propriedade, violência do trabalho.

Violência coletiva: os atos violentos são cometidos por um grupo organizado de indivíduos por razões específicas, que podem ser de ordem social, política ou econômica. Exemplos: atos terroristas, guerras, genocídio de etnias ou grupos sociais. (Guitarrara, 2024, s/p)

Consequentemente, fica claro que esses tipos de violências desestruturam toda uma comunidade, que se sentem desamparados com o aumento dessas ocorrências. A agressão está presente no cotidiano das mulheres brasileiras, que está cada vez mais crescente no Brasil as demandas de brutalidades ocorridas contra o gênero feminino, onde a mulher sofre ameaça contra sua vida. Tudo isso pautado numa sociedade intolerante e machista. Assim, “Arendt (1985, p. 19) cita Sorel que afirma que os problemas da violência permanecem obscuros e logo acrescenta que existe um consenso entre os estudiosos de que ‘a violência nada mais é do que a mais flagrante manifestação de poder’”. (Paviani, 2016, p.14).

Há, portanto, lutas incansáveis e diárias do gênero feminino, seja de forma individual, que precisa se proteger diariamente no relacionamento, profissional e social. Como também, a coletiva, onde pessoas se unem em prol de causas a favor das mulheres, que buscam proteção, garantias e segurança. Pode-se dizer que essas causas (movimento feminista) ainda são muito novas em relação aos fatos históricos, mas são extremamente necessários para que as mulheres sejam respeitadas, tal como os homens são. O problema é tão grave, que o poder legislativo criou leis para que haja proteção e preservação da integridade das mulheres contra as injustiças, atrocidades, discriminação e desrespeito ao gênero feminino, que estão enraizadas na cultura do Brasil.

Portanto, é preciso estar atento no que diz respeito às leis criadas para as mulheres, que promovem o direito à segurança, zelo por sua vida, permissão para frequentar qualquer espaço da sociedade, receberem auxílio quando necessário, terem salários iguais, entre outros. Tudo fazendo parte dessa supremacia machista, que corrompe essas leis, são preconceituosos e tóxicos, colocando sempre que possível a mulher em posição submissa. Onde, “violência é um pré-requisito do poder” (Paviani, 2016, p.14).

2.4.1 Tipos de Violência contra a Mulher e suas legislações

É sabido que, quando falamos sobre a violência contra o gênero feminino, muitos pensam que se trata apenas de agressões corporais. Porém, há muitos tipos de violências praticadas contra as mulheres, não se resumindo apenas à agressão física, como também aquelas praticadas de diferentes formas: psicológicas, mentais, sexuais, domésticas, patrimoniais e virtuais. Assim como, os crimes hediondos, como o feminicídio, estupro, entre outros.

Ao refletirmos pode-se ver que a realidade vivida pelas mulheres mesmo depois de séculos ainda é uma imagem subalternizada, pois nota-se o quão elas se encontram vulneráveis e desprotegidas diante dos homens, que podem ser seus: parceiros, chefes, pais, padrastos, amigos, irmãos, filhos, professores, religiosos, políticos, como também psicopatas, estupradores, assassinos, serial killers, perseguidores, etc. Tudo isso presente na sociedade patriarcal, misógina, machista estrutural e sexista.

Isto posto, o que visualizamos é a tentativa de dominação, controle e de poder sobre do corpo de uma mulher, que por vezes é fonte de desejo e/ou desprezo. Essas mulheres fazem parte e atuam numa sociedade, que anos após anos vem criando leis para que elas possam estar protegidas e seguras. Referidas leis que são suportes para que as mesmas possam superar a violência vivida e tenham justiça.

Contudo, apesar dessas medidas judiciais, fica manifestado nas mulheres que: “feridas do corpo podem ser tratadas com êxito num grande número de casos. Feridas da alma podem, igualmente, ser tratadas. Todavia, as probabilidades de sucesso, em termos de cura, são muito reduzidas e, em grande parte dos casos, não se obtém nenhum êxito”. (Saffioti, 2015, p.20).

Continuamente, será exposto adiante algumas legislações mais conhecidas de combate aos crimes de violências cometidos contra a mulher, tais como: Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006), Lei Carolina Dieckmann (Lei 12.737/2012), Lei do feminicídio (Lei nº 14.994/2024), com suas deliberações. Passo agora a apresentar:

a) Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006)

A Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006)³¹ foi criada com o intuito de proteger as mulheres das violências cometidas por homens contra as mesmas. Como também, darem ao gênero feminino o direito de ser protegida e se sentir segura, contra seus parceiros e/ou pessoas que tentam contra sua vida. Dessa forma, cada caso seria sentenciado com uma conduta apropriada, conforme fosse o agravante da violência cometida.

Para Meneghel et al (2013) a lei Maria da Penha:

A Lei é um acontecimento que demanda um novo regime de verdade, dizem estudiosos do discurso baseados em Foucault, já que visibiliza o ato violento como uma infração de direitos humanos. Desta forma, a Lei visa transformar a relação entre vítimas e agressores, assim como o processamento desses crimes, o atendimento policial e a assistência do ministério público nos processos judiciais. A Lei enfrenta a violência enraizada em uma cultura sexista secular que mantêm a desigualdade de poder presente nas relações entre os gêneros, cuja origem não está na vida familiar, mas faz parte das estruturas sociais mais amplas. (Meneghel et al, 2013, p.692).

A partir dessas Leis, houve mudanças na Segurança Pública, onde foram criadas delegacias especializadas e aptas para tratarem os delitos contidos nessas legislações, que promovem medidas protetivas para as mulheres, punições aos agressores, assim permitindo que a vítima se sinta segura no decorrer da denúncia. Atualmente as cidades têm as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher, que estão prontas para receberem mulheres que sofrem com a violência.

Dessa forma, as delegacias funcionam como:

Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAMS): São unidades especializadas da Polícia Civil para atendimento às mulheres em situação de violência. As atividades das DEAMS têm caráter preventivo e repressivo, devendo realizar ações de prevenção, apuração, investigação e enquadramento legal, as quais dever ser pautadas no respeito pelos direitos humanos e pelos princípios do Estado Democrático de Direito (Norma Técnica de Padronização das DEAMS, SPM:2006). Com a promulgação da Lei Maria da Penha, as DEAMS passam a desempenhar novas funções que incluem, por exemplo, a expedição de medidas protetivas de urgência ao juiz no prazo máximo de 48 horas. (Não se cale, 2006, s/p).³²

Estas são unidades preparadas para amparar, dar segurança e com o respaldo das Leis protegerem as mulheres, atuarem em prol delas e dar o seguimento cabível conforme a violência ocorrida. Apesar de termos essas unidades de Delegacias Especializadas de Atendimento à

³¹ A Lei Maria da Penha. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm>. Acesso em 04 de dezembro de 2024.

³² Não se cale. 2006. Delegacias da Mulher. Disponível em: <<https://www.naosecale.ms.gov.br/delegacias-da-mulher/>>. Acesso em 04 de dezembro de 2024.

Mulher (DEAMS) à disposição, ainda há muitas mulheres que se calam diante da agressão, como também, aquelas que não tem conhecimento do que abrange e qual o alcance dessas leis.

Sendo assim, para que a população feminina, mulheres dessa sociedade patriarcal e misógina, tenham conhecimento dos tipos de crimes, que são amparados pela Lei Maria da Penha (que foi criada para preservar e prevenir a violência contra a mulher) terá um breve resumo do que contém nela. Logo, “Não há dúvida que a Lei veio para ficar, através dela a violência contra a mulher foi positivada e colocada em pauta como um direito humano fundamental para as mulheres”. (Meneghel et al, 2013, p.695).

Veremos a seguir as cinco formas de violência. São elas (Coordenadoria da Mulher):

Violência física (visual): É aquela entendida como qualquer conduta que ofenda integridade ou saúde corporal da mulher. É praticada com uso de força física do agressor, que machuca a vítima de várias maneiras ou ainda com o uso de armas, exemplos: Bater, chutar, queimar, cortar e mutilar.

Violência psicológica (não-visual, mas muito extensa): Qualquer conduta que cause dano emocional e diminuição da autoestima da mulher, nesse tipo de violência é muito comum a mulher ser proibida de trabalhar, estudar, sair de casa, ou viajar, falar com amigos ou parentes.

Violência sexual (visual): A violência sexual está baseada fundamentalmente na desigualdade entre homens e mulheres. Logo, é caracterizada como qualquer conduta que constranja a mulher a presenciar, a manter ou a participar de relação sexual não desejada; quando a mulher é obrigada a se prostituir, a fazer aborto, a usar anticoncepcionais contra a sua vontade ou quando a mesma sofre assédio sexual, mediante intimidação, ameaça, coação ou uso da força; que a induza a comercializar ou a utilizar, de qualquer modo, a sua sexualidade.

Violência patrimonial (visual-material): importa em qualquer conduta que configure retenção, subtração, destruição parcial ou total de objetos pertencentes à mulher, instrumentos de trabalho, documentos pessoais, bens, valores e direitos ou recursos econômicos, incluindo os destinados a satisfazer suas necessidades.

Violência moral (não-visual): Entende-se por violência moral qualquer conduta que importe em calúnia, quando o agressor ou agressora afirma falsamente que aquela praticou crime que ela não cometeu; difamação; quando o agressor atribui à mulher fatos que maculem a sua reputação, ou injúria, ofende a dignidade da mulher. (Exemplos: Dar opinião contra a reputação moral, críticas mentirosas e xingamentos). Obs: Esse tipo de violência pode ocorrer também pela internet. (Coordenadoria da Mulher, 2024, s/p).

Dessa maneira, a violência contra a mulher tornou-se um crime digno de ser punido pelo teor de seu agravante, que deve ser visto como agressão contra o gênero feminino. “A Lei Maria da Penha trouxe a possibilidade de instaurar medidas mais rigorosas em relação aos agressores, não havendo mais a possibilidade de julgamento das violências de gênero como crimes de

menor potencial ofensivo e as punições corresponderem a cestas básicas ou serviços comunitários como previa a Lei 9099/5. (Meneghel, et al, 2013, p.693).

Portanto, endurecer a Lei foi um ato que trouxe às mulheres um ganho relevante, onde agredir uma mulher não é mais um crime irrisório e impune, com penas leves e perdões pelo ‘ocorrido casual’, mais sim punir com mais severidade o responsável que cometeu esse delito. Onde, esse crime deve ser sentenciado de maneira justa, para que a segurança e a proteção sejam validadas. Com isso, deixar claro para os autores que cometem esses crimes que a violência contra o gênero feminino não passará mais despercebida.

b) Lei Carolina Dieckmann (Lei 12.737/2012)

A tecnologia trouxe para a humanidade mudanças avassaladoras, desde que foi inserida na sociedade, anos após anos há transformações em velocidades inigualáveis. Tornando tudo mais dinâmico, com contínua rapidez. Com esse avanço, se faz necessário viver se atualizando para acompanhar, isso se for possível, tal sua velocidade. Com ela, informações são reveladas em tempo real (público ou privado). Sendo um presente e/ou um infortúnio para a humanidade.

Dito isso, pode-se visualizar que vieram juntos com esses avanços transtornos que ferem o gênero feminino, que estão imersos no cotidiano, tornando-se rotineiros. Onde, através dessas tecnologias se abriu mais uma modalidade de violência contra a Mulher. Esta que vem sofrendo com: exposição, insulto, julgamento, xingamento, perseguição, ameaça, ofensa, discurso de ódio, privação, intolerância, ataque, exploração e transgressão. Atitudes essas que causam danos e transtornos às mulheres, violando sua vida pessoal e pública.

Um caso que ficou conhecido na Mídia foi pelo infortúnio que ocorreu com a atriz brasileira Carolina Dieckmann, vítima que teve sua privacidade atacada, por meio da invasão do seu dispositivo informático (computador). “Após o episódio de vazamento de 36 fotos da atriz em 2011. À época, a atriz teve seu computador invadido por hackers, que o fizeram através do e-mail de Carolina. Antes de ter suas fotos vazadas, ainda, os hackers tentaram extorqui-la, pedindo dinheiro em troca da não publicação das fotos”. (Projuris, 2023, s/p). Diante do ocorrido, houve um alerta na sociedade brasileira, que mais uma vez a mulher se tornou uma vítima de outros tipos de transgressões, agora na internet com o crime cibernético. Local este que esconde faces, personalidades e personagens, que agem com violência contra o gênero feminino. Em busca de legitimar a proteção e inibição desses crimes, foi criada uma Lei em 2012.

A implementação da Lei “Carolina Dieckmann” (Lei nº 12.737/2012)³³ trouxe um novo olhar aos crimes cibernéticos, fazendo com que houvesse mudanças no Código Penal brasileiro, deixando e assegurando às mulheres que sofrem esses crimes nos ambientes virtuais suporte na legislação, pois esses delitos são atos de violência ou abuso, cometidos por meio de tecnologias digitais, como a internet, redes sociais, aplicativos de mensagens e e-mails. Essas infrações podem assumir diversas formas, incluindo: assédio e ameaças online; exposição de imagens íntimas sem consentimento (revenge porn); cyberstalking; discriminação e difamação; fraudes e golpes direcionados. Por isso, devemos frisar essa Lei que visa proteger as mulheres de quaisquer violações realizadas, vejamos:

O art. 154-A dispõe sobre a invasão de dispositivo: Invadir dispositivo informático de uso alheio, conectado ou não à rede de computadores, com o fim de obter, adulterar ou destruir dados ou informações sem autorização expressa ou tácita do usuário do dispositivo ou de instalar vulnerabilidades para obter vantagem ilícita: Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

§ 1º Na mesma pena incorre quem produz, oferece, distribui, vende ou difunde dispositivo ou programa de computador com o intuito de permitir a prática da conduta definida no caput.

§ 2º Aumenta-se a pena de 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços) se da invasão resulta prejuízo econômico.

§ 3º Se da invasão resultar a obtenção de conteúdo de comunicações eletrônicas privadas, segredos comerciais ou industriais, informações sigilosas, assim definidas em lei, ou o controle remoto não autorizado do dispositivo invadido:

Pena – reclusão, de 2 (dois) a 5 (cinco) anos, e multa.

§ 4º Na hipótese do § 3º, aumenta-se a pena de um a dois terços se houver divulgação, comercialização ou transmissão a terceiro, a qualquer título, dos dados ou informações obtidas.

§ 5º Aumenta-se a pena de um terço à metade se o crime for praticado contra:

I - Presidente da República, governadores e prefeitos;

II - Presidente do Supremo Tribunal Federal;

III - Presidente da Câmara dos Deputados, do Senado Federal, de Assembleia Legislativa de Estado, da Câmara Legislativa do Distrito Federal ou de Câmara Municipal; ou

IV - Dirigente máximo da administração direta e indireta federal, estadual, municipal ou do Distrito Federal.

Por sua vez, o art. 154-B dispõe sobre o tipo da ação penal para tais crimes:

Art. 154-B. Nos crimes definidos no art. 154-A, somente se procede mediante representação, salvo se o crime é cometido contra a administração pública direta ou indireta de qualquer dos Poderes da União, Estados, Distrito Federal ou Municípios ou contra empresas concessionárias de serviços públicos. (Franchini, 2023, s/p).

Cabe ressaltar que a promulgação da legislação voltada à tipificação dos crimes cibernéticos possibilitou a emissão de sentenças judiciais contra os infratores desses delitos. Tais infrações são processadas de maneira semelhantes aos crimes físicos, conferindo amparo

³³ A Lei Carolina Dieckmann. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2011-2014/2012/lei/112737.htm>. Acesso em 04 de dezembro de 2024.

legal para que os responsáveis sejam devidamente investigados, responsabilizados e submetidos às sanções previstas na lei, garantindo efetividade e legitimidade ao sistema jurídico.

Dadas as circunstâncias, entende-se que os crimes cibernéticos são danosos e cruéis, interferem ao bem comum da sociedade, trazendo problemas para a segurança pública, uma vez que o sentimento de vulnerabilidade diante de ataques virtuais gera medo e insegurança, impactando a vida cotidiana. Além do que há um aumento significativo em relação às demandas do serviço na saúde pública, especialmente quando se trata da saúde mental e no apoio às vítimas. A disseminação de práticas criminosas em ambientes digitais também prejudica a convivência comunitária, minando a confiança entre os indivíduos e dificultando relações sociais saudáveis. Apesar das dificuldades referentes à identificação dos autores, especialmente diante de se tratar de um crime cometido nos meios digitais, tal obstáculo não deve ser usado como justificativa para a aplicação de penas brandas. Pelo contrário, a legislação deve ser aplicada com rigor, assegurando a responsabilização efetiva dos infratores, a proteção das vítimas e a manutenção da ordem e da justiça social.

Por fim, a sociedade precisa mudar, assegurar as mulheres, para que elas possam ter um convívio pacífico, seja nos locais físicos, assim como nos ambientes virtuais. Onde a sociedade dê um novo sentido aos movimentos das mulheres e pare a invasão aos seus corpos e sua vida. A proteção das mulheres não se limita à agressão, mas envolve a criação de uma cultura de respeito aos seus direitos, educação voltada à igualdade de gênero e mecanismos de prevenção na sociedade. É essencial reconhecer a gravidade da invasão ao corpo, à privacidade e à autonomia das mulheres, promovendo ações concretas que garantam sua integridade física, psicológica e social. Em suma, a transformação social deve visar não apenas a punição de práticas violentas, mas sobretudo a promoção de uma cultura de respeito, igualdade e proteção.

c) Lei do feminicídio (Lei nº 14.994/2024)³⁴

Atualmente temos muitas Leis vigentes que visam a proteção e a segurança da mulher. Contudo, essas Leis não são suficientes para impossibilitar que aconteçam crimes contra o gênero feminino, dando mais ênfase por se tratar de crimes hediondos. Essas Leis não estão impedindo dia após dia que mulheres sejam brutalmente assassinadas. Portanto, o combate a esses tipos de violência de gênero manifesta-se relevante.

A agressividade contra o gênero feminino chegou ao ápice do perigo, tendo diferentes tipos de violências que estão atingindo a mulher, crimes cometidos por homens ou até mesmo

³⁴ Lei do Feminicídio. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2023-2026/2024/lei/14994.htm>. Acesso em 04 de dezembro de 2024.

por mulheres, a vítima é do sexo feminino. No entanto, em nossa sociedade inclusive há o embate contra a desigualdade de poder dos gêneros. Com isso, foi criada uma Lei que tem o intuito de proteger a vida das meninas e mulheres brasileiras. Para que diminuísse a brutalidade do feminicídio no sistema patriarcal.

Na fala de Meneghel e Portella (2017):

O assassinato de mulheres é habitual no regime patriarcal, no qual elas estão submetidas ao controle dos homens, quer sejam maridos, familiares ou desconhecidos. As causas destes crimes não se devem a condições patológicas dos ofensores, mas ao desejo de posse das mulheres, em muitas situações culpabilizadas por não cumprirem os papéis de gênero designados pela cultura. (Meneghel, Portella, 2017, p.3078-79).

Sendo criada a Lei nº 13.104/2015 torna o feminicídio um homicídio qualificado e os homicídios simples. “O homicídio simples pode acarretar penas de 6 a 20 anos de reclusão, enquanto os homicídios qualificados podem levar o condenado a cumprir de 12 a 30 anos de reclusão.” Ampliando a partir dessa Lei o rol de crimes hediondos. (Porfírio, 2024).

De acordo com Porfírio (2024):

Feminicídio é o assassinato de uma mulher resultante de violência doméstica ou discriminação de gênero. Em 2015, foi sancionada, no Brasil, a Lei do Feminicídio. Trata-se da Lei nº 13.104/15, que altera o Código Penal brasileiro instituindo um novo agravante específico de homicídio: o feminicídio, que é, basicamente, o homicídio ocorrido contra uma mulher em decorrência de discriminação de gênero, ou seja, por sua condição social de mulher, podendo também ser motivado ou concomitante com violência doméstica. (Porfírio, 2014, s/p).

E na fala do Instituto Patrícia Galvão (2013):

O feminicídio é a última instância de controle da mulher pelo homem: o controle da vida e da morte. Ele se expressa como afirmação irrestrita de posse, igualando a mulher a um objeto, quando cometido por parceiro ou ex-parceiro; como subjugação da intimidade e da sexualidade da mulher, por meio da violência sexual associada ao assassinato; como destruição da identidade da mulher, pela mutilação ou desfiguração de seu corpo; como aviltamento da dignidade da mulher, submetendo-a a tortura ou a tratamento cruel ou degradante. Comissão Parlamentar Mista de Inquérito sobre Violência contra a Mulher - Relatório Final, CPMI-VCM, 2013. (Instituto Patrícia Galvão, 2013, s/p).

Dessa forma, o gênero feminino precisa sempre estar se amparando na legislação e buscando formas de sobrevivência contra uma sociedade que castram as mulheres. Dito isso, “Na Lei de Feminicídio não é só matar mulher, é matar mulher com motivo. Considera-se que há razões da condição de sexo feminino quando o crime envolve violência doméstica e familiar

e menosprezo ou discriminação à condição de mulher. ” (Associação Nacional das Mulheres Policiais no Brasil, 2024, s/p).

De acordo com De Souza (2019) há três grupos dessa espécie de crime:

Feminicídio íntimo é aquele onde a vítima tem ou já teve algum lance afetivo com o agressor, podendo ser esta relação vivida agora ou que já tenha vivenciado como por exemplo um companheiro namorado noivos e até união estável. Atualmente 66 mil sessenta e seis mil mulheres morrem anualmente conforme pesquisas vítimas de homicídio doloso na maioria dos casos ocorrem dentro de suas próprias casas por seus parceiros e familiares e até amigos das vítimas.

Feminicídio não íntimo já o feminicídio não íntimo este ocorre quando a vítima não possuía qualquer relação familiar ou de convivência com o agressor havendo a agressão sexual ou não. Em regra, isso ocorre por homens que a vítima possuía alguma relação de confiança ou subordinação como por exemplo os colegas de trabalho, amigos ou sendo o agressor um desconhecido.

Feminicídio por conexão, que se refere às mulheres assassinadas por estarem na “linha de fogo” de um homem que pretendia matar outra mulher, ou seja, mulheres que tentam evitar a consumação de um assassinato e acabam morrendo, incidindo a ocorrência da “aberratio ictus”. (De Souza, 2019, p.9).

Porfírio (2024). A Lei do feminicídio trata de crimes contra a vida da mulher, que fez com que esses crimes se tornassem hediondos. Assim, ficou evidente para a sociedade brasileira que o ato de cometer crimes violentos, terá consequências mais rígidas na legislação brasileira, que foram criadas para inibir, coibir e repudiar o índice de violência contra a mulher. Além de aumentar a punição, a Lei do Feminicídio tem um papel preventivo e simbólico, mostrando à sociedade que a violência contra a mulher é inaceitável. Ela também serve para conscientizar sobre a persistência da violência motivada por desigualdades de gênero e pela cultura patriarcal, ajudando a reduzir a naturalização da violência contra as mulheres.

A Lei do Feminicídio como lista Porfírio (2024):

VI – contra a mulher por razões da condição de sexo feminino:

VII – contra autoridade ou agente descrito nos arts. 142 e 144 da Constituição Federal, integrantes do sistema prisional e da Força Nacional de Segurança Pública, no exercício da função ou em decorrência dela, ou contra seu cônjuge, companheiro ou parente consanguíneo até terceiro grau, em razão dessa condição:

Pena - reclusão, de doze a trinta anos.

§ 2º - Considera-se que há razões de condição de sexo feminino quando o crime envolve:

I - violência doméstica e familiar;

II - menosprezo ou discriminação à condição de mulher.

Aumento de pena

§ 7º A pena do feminicídio é aumentada de 1/3 (um terço) até a metade se o crime for praticado:

I - durante a gestação ou nos 3 (três) meses posteriores ao parto;

II - contra pessoa menor de 14 (catorze) anos, maior de 60 (sessenta) anos ou com deficiência;

III - na presença de descendente ou de ascendente da vítima.” (NR)

Art. 2º O art. 1º da Lei no 8.072, de 25 de julho de 1990, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 1º.....

I - homicídio (art. 121), quando praticado em atividade típica de grupo de extermínio, ainda que cometido por um só agente, e homicídio qualificado (art. 121, § 2º, I, II, III, IV, V e VI);

.....” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

(Porfírio, 2024, s/p).

É inquestionável os crimes que estão sendo executados contra o gênero feminino, tal a brutalidade e agressividade presentes neles. Onde a vítima corre o risco de perder sua vida, assim tornando a sociedade muito perigosa para a população. Da mesma maneira, uma reflexão sobre o solo pátrio que vivem essas mulheres, que tem em suas raízes a tradicional supremacia masculina.

Para terminar, uma cultura perpetuada pelo patriarcado, que mantém as vozes femininas apagadas e silenciadas ainda nos dias atuais. Onde o homem aprende que ‘seu crime’ é apenas ‘um erro’, afinal eles são tidos como heróis, a hegemonia masculina na sociedade. Com isso, o resultado é um país que precisou endurecer as Leis para impugnar o nível de violência sofrido pela mulher. É de conhecimento que o feminicídio ocorre em todos os ambientes sociais, ninguém está protegido da violência desumana que as mulheres enfrentam. Além do que, existe outro agravante que ocorre com as mulheres ‘desfavorecidas economicamente’ mais vulneráveis, a luta contra a violência e o contra o racismo.

2.4.1.1 Mapa de Feminicídios em Mato Grosso do Sul

O Brasil é um país de grande diversidade, possui muitas riquezas naturais, possuindo diferentes climas, biomas, faunas e floras, além do que é uma cultura marcada por variadas tradições, dialetos e manifestações artísticas. Apesar dessa riqueza natural e cultural, o país enfrenta um grave problema na sociedade, onde ocupa posições de destaque nas estatísticas mundiais de violência contra a mulher. A violência de gênero manifesta-se de múltiplas formas, incluindo agressões físicas, psicológicas, assédios e, nos casos mais extremos, o feminicídio. No estado de Mato Grosso do Sul, essa realidade é especialmente preocupante. Em 2021, foram registradas diversas mortes violentas de mulheres, tipificadas como feminicídios, evidenciando vulnerabilidade feminina. Esses números refletem não apenas a ação de agressores individuais, mas também a insuficiência de políticas públicas de proteção e prevenção, bem como a persistência de uma cultura que naturaliza a violência contra a mulher.

a) A Violência contra as Mulheres de Mato Grosso do Sul

Em 2021 foram registrados 17.856 Boletins de Ocorrências por violência doméstica e familiar. Dentre os registros de violência doméstica e familiar, 9.824 registros de ameaça e 4.546 registros de lesão corporal. Registrados 94 tentativas de feminicídio no Estado de Mato Grosso do Sul. Dos 34 feminicídios ocorridos em 2021, 32 aconteceram em municípios do interior do Estado, o que corresponde a 94%, já no ano de 2020 foram 60% dos casos cometidos no interior do estado. A maior variação de quantidade de morte de mulheres por questão de gênero, comparando 2020 a 2021 foi em município do interior, em Ponta Porã 5 mulheres foram mortas. Dos 79 municípios sul-mato-grossenses, 62 já registraram ao menos um feminicídio dentro do período de 2015 a 2021. 78% de ocorrência nos 79 Municípios de Mato Grosso do Sul entre 2015 – 2021: (Governo Do Estado De Mato Grosso Do Sul. 2022, p.10).

Em 2021, Mato Grosso do Sul registrou 17.856 Boletins de Ocorrência relacionados à violência doméstica e familiar. Esses dados demonstram que a violência de gênero permanece disseminada por todo o estado, com destaque para as regiões do interior, onde a incidência é mais elevada. A análise evidencia a necessidade de medidas de prevenção e proteção direcionadas, assim como a importância de políticas públicas capazes de enfrentar de forma efetiva essa forma de violência estrutural.

A partir da análise do mapeamento do estado, torna-se evidente que os casos de violência contra a mulher vêm aumentando ao longo dos anos. Apesar da criação de leis específicas, das constantes atualizações legislativas e dos esforços de políticas públicas voltadas à prevenção e ao combate dessa criminalidade, a situação permanece preocupante, indicando que a violência de gênero ainda está profundamente enraizada nas diversas esferas da sociedade.

Mapa 1 – Mapa do Feminicídio - 2021.

FEMINICÍDIOS

34 mulheres foram cruelmente assassinadas.
94 sobreviveram para contar suas histórias.

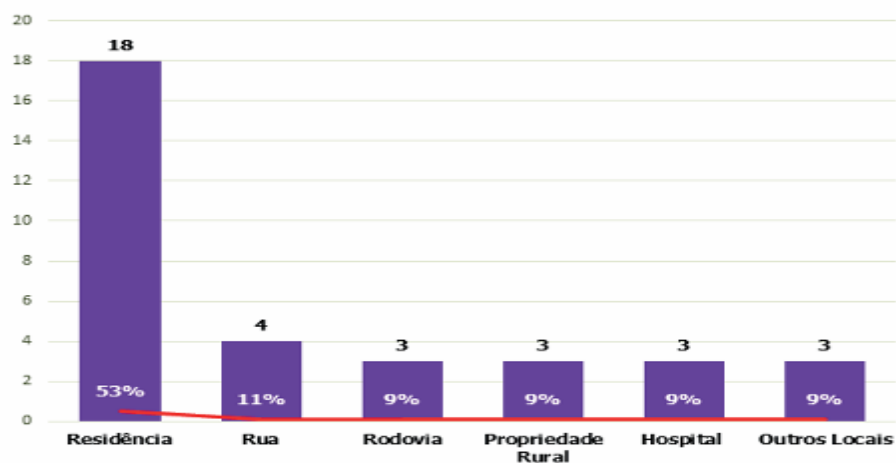
ESTUPROS

1.833 mulheres registraram B.O por estupro.
Uma média superior a 152 B.Os por mês.

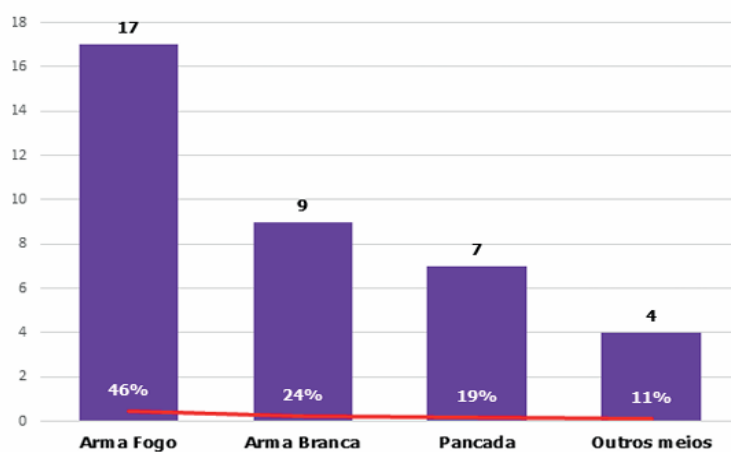
VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

17.856 mulheres registraram B.O por algum tipo de violência doméstica e familiar.
Isso significa que, por dia, mais de 48 mulheres procuraram uma delegacia de Polícia no Estado.

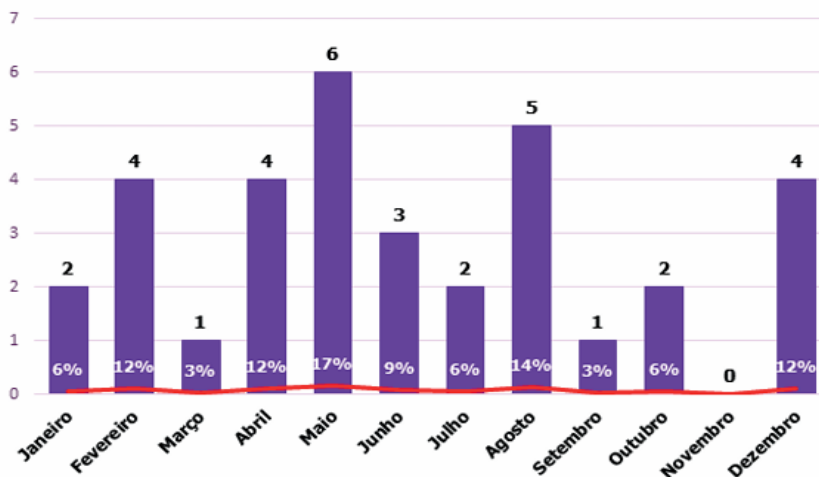
Mapa 2 - Onde morrem as mulheres? Local dos Crimes em MS - 2021.



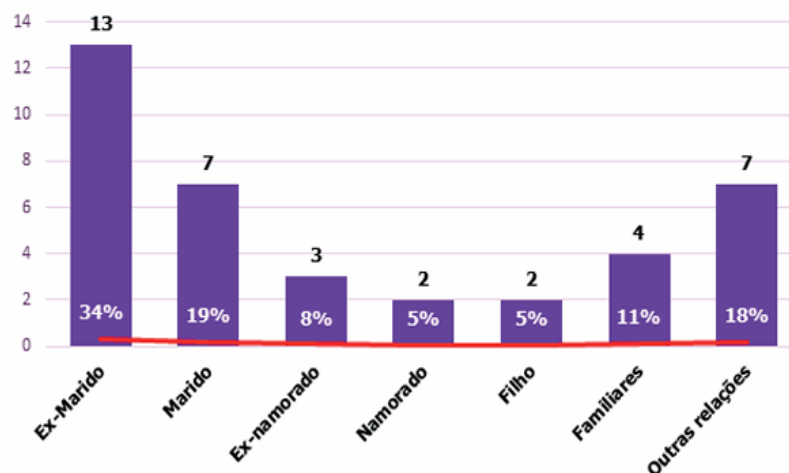
Mapa 3 – Como? Meios utilizados para os Crimes Mato Grosso do Sul - 2021



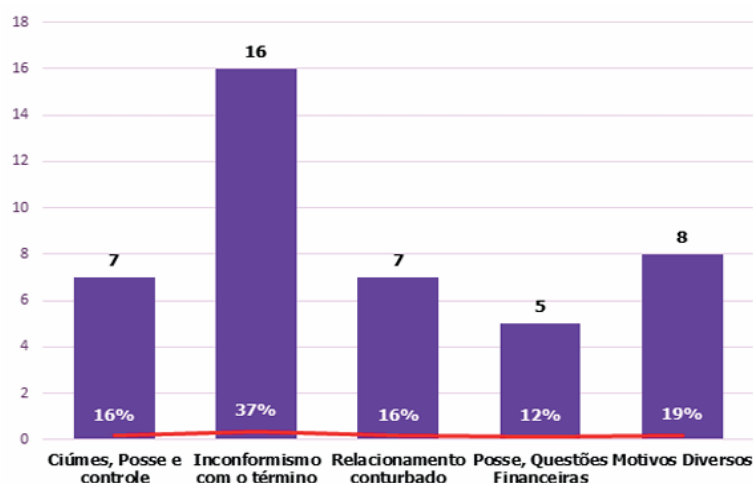
Mapa 4 – Quando ocorreram os feminicídios no Mato Grosso do Sul - 2021



Mapa 5 – Por quem as mulheres são mortas? - 2021



Mapa 6 - Por que as mulheres as mulheres são mortas? - 2021



De acordo com os mapas analisados, o panorama apresentado em 2021 evidencia o crescimento dos registros de violência contra a mulher, vítimas de feminicídio. Contudo, a realidade atual, observada nos noticiários, aponta que a incidência desse tipo de violência continua a aumentar, mesmo com o endurecimento das leis e o avanço de políticas de proteção, indicando que o problema permanece persistente na sociedade.

O mapeamento permitiu compreender melhor a magnitude do problema, identificar padrões de vulnerabilidade e subsidiar medidas de enfrentamento mais eficazes. Além disso, evidencia a necessidade urgente de conscientização social, educação em igualdade de gênero e fortalecimento das redes de apoio às vítimas, para que a violência contra a mulher deixe de ser um fenômeno tão presente e estrutural na sociedade brasileira. A violência contra a mulher é

um problema de saúde pública, devido ao grande número de vítimas e os impactos que refletem na própria pessoa, na família e na sociedade (Rosa, 2014).

Sendo assim, no olhar de Rosa (2014):

Diante do complexo fenômeno da violência, a violência contra a mulher tem ganhado destaque e se tornou um problema de saúde pública devido ao elevado número de vítimas e à magnitude de “marcas” que são produzidas na pessoa que sofre a violência, em sua família e na sociedade como um todo (Rosa, 2014, p.25/26).

Bem como, no dizer de Cerqueira (2024):

A violência contra a mulher é um problema público que afeta diariamente meninas e mulheres de todas as classes sociais, faixas etárias e cores, ainda que em diferentes graus, a depender do recorte que se analisa. É um problema histórico e que segue sem uma solução definitiva, à medida que a sociedade ainda reproduz dinâmicas que subjugam pessoas que se identificam com o gênero feminino. (Cerqueira, 2024, p.35/36).

A violência contra mulheres constitui um problema de abrangência pública, afetando diariamente pessoas do gênero feminino. De diversas idades, classes sociais e etnias, de maneira desigual. Trata-se de uma questão histórica, persistente em função das estruturas sociais que ainda subordinam mulheres (Cerqueira, 2024).

De forma sucinta, ficou claro que o mapeamento realizado pelo Governo do Estado de Mato Grosso do Sul evidencia, de maneira clara e preocupante, o caráter alarmante da violência contra a mulher, revelando índices que apontam para a gravidade desse problema. Esses dados mostram que nenhuma mulher está totalmente livre das diversas formas de agressão e opressão que a sociedade historicamente impõe ao gênero feminino.

Por fim, a mulher desde os primeiros momentos de sua vida, se encontra em situação de vulnerabilidade diante dessas violências, manifestando-se de maneira física, psicológica, econômica e simbólica. Essa exposição constante mostra não apenas a fragilidade individual, mas também as desigualdades que perpetuam e mantêm a dominação masculina em diferentes contextos. E a análise desse panorama demonstra que o problema permanece de grande relevância social e exige atenção contínua da sociedade, sendo esta uma temática urgente para elaboração de estratégias de prevenção e intervenção, na qual exija uma construção de uma cultura que respeite a integridade e os direitos das mulheres.

3. A INFINITA GUERRA FEMININA

"Eu não estou aceitando as coisas que eu não posso mudar,
Estou mudando as coisas que eu não posso aceitar"
Ângela Davis,

A mulher sempre esteve presente na história da raça humana, em cada período histórico, no desenvolvimento da sociedade, na formação do indivíduo, ela participou, com isso, pode-se dizer que sem ela muitos eventos não seriam possíveis. Por vezes não usou força física ou pegou em armas, mas arduamente compactuou na construção social, porém em outras ocasiões pegou armas, fez parte dos guerreiros em batalha, sempre que necessário esteve junto nas lutas e/ou nas guerras. Apesar desses contextos, a historiografia nos conta relatos diferentes, sempre posto uma versão masculina, o homem no poder, sendo destaque central dos episódios contados e isso ocultou e invisibilizou a mulher. Onde, ao longo da história da humanidade, os homens sempre tiveram mais liberdade, mais espaço para crescimento, e, conseqüentemente, maior destaque. Mesmo quando as mulheres desafiavam o contexto de sua época, suas realizações geralmente não tinham (e muitas vezes ainda não tem) o mesmo reconhecimento que as dos homens. (Soares et al, 2024).

Atualmente, muitos historiadores buscam colocar as mulheres em suas narrativas, no qual ‘oportunizam’ que essa mulher seja validada junto as suas contribuições. Dessa forma, temos nomes femininos citados em eventos históricos/sociais, mas o que temos na realidade no mundo contemporâneo é a continua e incansável luta feminina, onde elas ainda enfrentam batalhas para ter seu espaço respeitado, para não serem abafadas, isso independentemente de sua classe social ou profissão. As mulheres continuam diariamente sofrendo com assédio, abuso, violência, julgamento, entre outros, nossa sociedade ainda é patriarcal e hegemônica, no qual os homens exercem poder perante as mulheres, o que deixa evidente a desigualdade de gênero.

Conforme Colling (2014):

O discurso da inferioridade feminina estava tão arraigado na estrutura da vida das mulheres e dos homens que poucos o questionaram. A maioria das mulheres acomodava-se na instituição familiar dominada pelos homens, que lhe garantia subsistência, lhe oferecia um companheiro para toda a vida e fornecia um sentimento de proteção frente ao cotidiano da vida. Vivendo para seus maridos, esquecidas, esqueciam de pensar sobre si mesmas. (Colling, 2014, p.46).

Somente as mulheres sabem o que carregam em seus corpos, em suas mentes, elas sempre se sujeitam as contradições masculinas para conseguirem permanecer no local que conquistaram, o quanto de dedicação e esforço para que no final do dia tudo ocorra da melhor

forma possível. Vivem numa intensa dinâmica entre sua vida pessoal religiosa e profissional, em que se cobram e recebem cobranças da sociedade que exigem que ‘elas precisam dar conta’, onde ocorre muitas vezes o esgotamento físico e mental, trazendo uma série de problemas à essa mulher.

3.1 Mulheres da religiosidade à Guerra

Desde o início da humanidade contada pelos religiosos temos a presença feminina sendo anunciada, no qual é relatada que ela é uma extensão do homem “E da costela que tinha tomado do homem, o Senhor Deus fez uma mulher, e levou-a para junto do homem. Eis agora aqui, disse o homem, o osso de meus ossos e a carne de minha carne ela se chamará mulher, porque foi tomada do homem. ” (Gênesis 2:22 a 23). Dessa forma, segundo as tradições religiosas apareceu no mundo a mulher, sendo feita a partir daquele homem, ambos sem pecado. “O homem e a mulher estavam nus, e não se envergonhavam” (Gênesis 2:25) ³⁵, a vida era plena e não havia julgamentos e diferenças, foram feitos para caminhar lado a lado e desfrutarem das preciosidades do jardim do Éden.

Eram imagem e semelhança a Deus, deviam viver em paz com tudo que lhes era permitido e oferecido para eles naquele paraíso. No entanto, Eva foi desobediente e cometeu algo do qual não era permitido. Ela levou Adão ao erro, foi a culpada por introduzir o pecado e a morte no mundo por ter desobedecido. Por isso, “O Senhor Deus expulsou-o do jardim do Éden, para que ele cultivasse a terra “de onde havia tirado”. (Gênesis 3:23) ³⁶ Após serem expulsos do Éden se tornaram mortais, aprendendo o que era dor, sofrimento e a morte. Tiveram que aprender a viver conforme as novas opções que lhes restaram, onde houve a necessidade de aprender a sobreviver por seus esforços e adquirirem seu sustento continuando sua vida.

Em todos os momentos vemos que a mulher foi criada como o homem, pelo divino, expulsa junto dele, permanecendo ao seu lado em sua nova etapa de vivência. No decorrer dessa narrativa bíblica vemos que ela que deu a vida, procriando a espécie e possibilitando que houvesse continuação dos seres humanos na Terra. Há também, em outros livros bíblicos muitas mulheres que são citadas por sua fé, coragem e influência, ora foram exemplos de força, de apoio e em alguns momentos aquela que direcionaram os seus e outras como exemplos de mal

³⁵ Bíblia Sagrada Ave-Maria, 141. ed. São Paulo: Editora Ave- Maria, 1959, (impressão 2001). 1632.p. Disponível em : < <https://fatima.org.br/biblia-online/?book=genesis&chapter=2>>. Acesso em 21 de agosto de 2025.

³⁶ Bíblia Sagrada Ave-Maria, 141. ed. São Paulo: Editora Ave- Maria, 1959, (impressão 2001). 1632.p. Disponível em: < <https://fatima.org.br/biblia-online/?book=genesis&chapter=2>>. Acesso em 21 de agosto de 2025.

comportamento e vergonha. Independente, a mulher sempre é aquela que é apontada, ela que levou o homem ao erro.

Outra mulher de destaque religioso, a mãe de Cristo que é o Salvador da humanidade, essa que corajosamente deu o seu “Sim”, mulher nova e virgem que foi designada ser aquela que traria ao mundo o filho de Deus, para que pudéssemos continuar vivendo, com o adendo que agora seríamos perdoados pelos pecados cometidos pela humanidade. Sofreu julgamento, perseguição dos seus e dos forasteiros de outras terras, era exemplo de servidão e obediência. Viu seu filho ser crucificado e mesmo diante de tamanha dor continuou sua caminhada as vontades divinas. Atualmente ainda é ressaltada por tamanha fé e generosidade com os filhos de Deus. Receberá muitos títulos e é muito conhecida por interceder por nós a Jesus. Mesmo diante de tal grandiosidade continua sendo perseguida, julgada e condenada, assim são aqueles que não podem admitir que uma “Mulher” tenha poder, mesmo ela sendo uma ponte que nos leva ao céu, diariamente é atacada.

Com a expulsão de Adão e Eva do Paraíso. Essa simbologia retratada no Velho Testamento foi, tem muitas vezes ainda ou é, usada para designar papéis e posições de gênero, assim como para criar representações femininas. A Eva pecadora e a Virgem Maria assexuada, imagem dupla feminina como que desde sempre acompanhando a história corporal das mulheres. Os fundadores dos vários discursos - religioso, médico, filosófico, psicanalítico e outros, são geralmente homens, que representam, numa relação de poder o gênero feminino. Discursos recorrentes, sábios ou populares, enraizam-se numa episteme comum. O sistema de poder contribui para hierarquizar essas relações dualistas, qualificando ou desqualificando um dos seus pais. (Colling, 2014, p.43-44).

A narrativa da expulsão de Adão e Eva do Paraíso, contada no Velho Testamento, tornou-se um acontecimento forte e temeroso na cultura ocidental. Ao longo dos séculos, diferentes instituições como a Igreja, a medicina, a filosofia, o direito e até a psicanálise usaram essa narrativa como um mito. Sabendo que os atuantes dessas áreas sempre foram, em grande parte, comandados por homens. Nesse sentido, temos duas figuras femininas religiosas: Eva, que foi ligada ao pecado, à tentação e a desobediência e Maria, que foi associada à pureza, à castidade e à maternidade idealizada. Esse contraste cria um modelo rígido de modelo feminino, no qual as mulheres são vistas como pecadoras ou santas, desejosas ou totalmente abnegadas, influenciando por muito tempo a forma como a sociedade controlou o corpo e o comportamento das mulheres.

Como os principais discursos sociais foram construídos por homens, o feminino foi definido a partir de uma posição de poder, e não da vivência das próprias mulheres. Assim, criaram-se ideias e regras sobre o que seria ‘correto’ para o corpo e o comportamento feminino,

muitas desigualdades e violências foram tratadas como se fossem naturais. A junção do mito religioso, das “verdades” científicas e das estruturas sociais criou um sistema que coloca o masculino como norma e o feminino como desvio. Isso naturaliza papéis de submissão, cuidado e silêncio para as mulheres, além de reforçar a ideia de que elas são responsáveis por problemas morais, como se carregassem a culpa de Eva. Essa ideia ainda não desapareceu, muitos desses pensamentos continuam presentes hoje em discursos sobre moralidade, sexualidade e papéis sociais.

Diante de tantas opressões, não se pode negar que a mulher sempre esteve presente, destacando-se desde o início, quando Adão e Eva foram criados no paraíso e expulsos juntos. No entanto, nos discursos de poder, sempre há um lado que precisa ganhar e outro que perde. Assim, as mulheres foram desqualificadas, apesar de serem elas que sofreram a dor do parto, foram as responsáveis pela criação e educação das crianças, cuidaram de suas enfermidades, como também estiveram presentes na morte dos seus. Ela é, historicamente, quem cuida. Desde o início dos tempos, a mulher também foi julgada, como aquela que levou o homem a pecar, a viver num submundo, carregando o fardo e a vergonha por ser mulher. Mas, a história não contada é que o homem também deu seu sim, ele quem fez um acordo com Deus para não comer aquele fruto proibido, ou seja, ele teve o poder de escolha, contudo junto dela desobedeceu. Caíram e tiveram que aprender a sobreviver e sofrer as consequências das más escolhas cometidas por ambos. Não construiu nada sozinho e nem carregou por meses em seu ventre aqueles que seriam os seus descendentes.

Também encontramos na Bíblia muitas mulheres que receberam destaque, cuja presença foi decisiva para a construção da fé e da história religiosa. Essas mulheres aparecem como figuras de força, coragem, lealdade e persistência. Elas não apenas acompanharam os acontecimentos, mas muitas vezes foram fundamentais para que eles acontecessem. No Antigo Testamento, por exemplo, temos Sara, esposa de Abraão, lembrada por sua fé, sua paciência e por acreditar na promessa de Deus mesmo em idade avançada. Raquel, esposa de Jacó, admirada por sua beleza, foi mãe de José e Benjamim, dois personagens centrais na história de Israel. Há também Rute, mulher moabita que, mesmo pertencendo a um povo estrangeiro, demonstrou tamanha lealdade e devoção que acabou se tornando bisavó do rei Davi, inserindo-se na linhagem de Jesus. Débora, por sua vez, rompeu todos os padrões de sua época: profetisa e juíza, liderou Israel com sabedoria e comandou a vitória contra os cananeus, mostrando que autoridade e liderança também podem ser exercidas por uma mulher. E não podemos esquecer Ester, cujo ato de coragem arriscou a própria vida para salvar o povo judeu de um massacre

planejado. Cada uma delas deixou marcas profundas na tradição religiosa e contribuiu para a formação da identidade do povo de Deus.

Já no Novo Testamento, encontramos mulheres igualmente significativas. Maria, mãe de Jesus, é o maior exemplo de entrega e confiança divina, símbolo de fé e de coragem ao aceitar uma missão que mudaria a história. Maria Madalena, muitas vezes mal interpretada ao longo dos séculos, foi discípula fiel de Jesus, acompanhou-o até a cruz e foi a primeira testemunha da ressurreição, sendo chamada tradicionalmente de “apóstola dos apóstolos”. As irmãs Maria e Marta, amigas próximas de Jesus, representam duas dimensões importantes da vida espiritual: o serviço e a escuta. Outras mulheres também aparecem ao longo dos Evangelhos e nas cartas apostólicas, ensinando, ajudando, servindo e sustentando as primeiras comunidades cristãs. Todas essas mulheres mostram que, apesar das tentativas históricas de reduzir a importância feminina, elas sempre estiveram presentes, atuantes e essenciais. Sua devoção, coragem e fidelidade contribuíram para moldar a fé que atravessou gerações. Mesmo em um mundo que frequentemente desvalorizava a voz e a ação das mulheres, a Bíblia registra a força delas como parte essencial da caminhada espiritual e da história sagrada.

Em continuidade, é importante lembrar também das santas e mulheres consagradas que dedicaram suas vidas à Igreja e à propagação dos ensinamentos de Cristo, mesmo atuando dentro de uma instituição que “é protagonizada majoritariamente por pessoas do sexo masculino” no qual “a figura feminina é sempre apresentada como coadjuvante e submissa em relação à figura masculina”. (Barboza, 2023, p.153-159) essas mulheres não se limitaram aos papéis que lhes foram impostos. Pelo contrário: muitas delas romperam expectativas, assumiram responsabilidades que ultrapassavam os limites culturais de sua época e se tornaram referências espirituais, sociais e políticas. Apesar das restrições e do pouco espaço concedido às vozes femininas, inúmeras mulheres destemidas enfrentaram perigos, preconceitos, perseguições e até violência física para viver sua fé com autenticidade. Algumas chegaram inclusive a lutar em guerras, lado a lado com homens, defendendo sua pátria e sua bandeira religiosa. Um exemplo marcante é o de Joana d’Arc, jovem camponesa que, movida por sua fé e por um profundo senso de missão, tornou-se líder militar e símbolo nacional da França. Esta que representou “um sentimento religioso de penitência, de amor e de esperança cobria todos os corações: era necessária apenas uma centelha para produzir uma explosão. Uma jovem camponesa de Domrémy nas fronteiras de Lorraine, Joana d’Arc, a Donzela de Orléans, acendeu essa centelha e a sorte dos franceses mudou”. (Sismindi apud Amaral, 2012, p.74). Assim, embora mantidas muitas vezes à margem, essas mulheres não foram coadjuvantes de sua própria história. Elas se tornaram protagonistas da fé, da resistência e da transformação

social, contribuindo de maneira decisiva para a construção da Igreja e da identidade cristã ao longo dos séculos.

De Acordo com Amaral (2012):

Tanto nas Histórias da França quanto em obras de caráter mais específico em que se narrou a vida de Joana d’Arc, ela, como indivíduo de destaque, se manteve como uma heroína, que no século XIX se tornou nacional. Apesar de haver uma tradição em relação à figura do herói, esse século trouxe uma mudança em relação ao seu significado. Há um deslocamento semântico do termo herói que antes designava os semideuses da antiguidade e que, a partir do século XVIII, passa a identificar tão somente o personagem principal da narrativa. A novidade dos Oitocentos é que mais um ingrediente é acrescentado a essa ideia: “A Revolução que se apresentava como prolongamento da vontade do povo não poderia renegar a si própria retomando o mito heroico tal qual ele era: precisava conferir-lhe um novo significado. (...). O problema da função da história para a humanidade é uma delas: ela deve dar ao homem a consciência de seu heroísmo. Mas o herói é aquele que encarna o universal, e foge às injunções o tempo, segundo ele a História do mundo nada mais é do que a biografia dos grandes homens. (Amaral, 2012, p.81-83).

Nas narrativas sobre a França e nas obras que tratam especificamente da trajetória de Joana d’Arc, sua imagem sempre foi preservada como a de uma grande heroína. Esse reconhecimento se intensificou no século XIX, quando ela passou a ser vista como um verdadeiro símbolo nacional. Ainda que já houvesse, uma tradição em torno da figura do herói. Mesmo sendo mulher em uma época que restringia e desvalorizava a presença feminina, Joana d’Arc se encaixou plenamente no novo modelo de heroísmo que então se consolidava. Ela ultrapassou as limitações de seu próprio contexto histórico, tornando-se não apenas uma personagem de grande relevância, mas também um emblema moral, político e patriótico.

Dito isso, torna-se evidente que estamos diante de uma tradição religiosa estruturada de forma patriarcal. Nesse modelo, como aponta Gebara “a mulher reproduz a mesma domesticidade que caracteriza sua ação. Cabe a ela a tarefa da catequese, da iniciação infantil à fé, mas nada tem a dizer no nível das grandes orientações e decisões das Igrejas.” (Gebara, 1987, p.155). Em outras palavras, a participação feminina é reconhecida apenas nas funções consideradas extensões naturais do cuidado doméstico, mas raramente nas instâncias de poder e formulação doutrinária.

No entanto, essa limitação das instituições contrasta com o papel que inúmeras mulheres desempenharam ao longo da história religiosa. Mesmo quando invisibilizadas, elas foram fundamentais na expansão da fé, na sustentação das comunidades e na vivência espiritual cotidiana. Muitas atuaram como lideranças informais, conselheiras, organizadoras de grupos, mantenedoras de tradições e transmissoras de saberes que garantiram a continuidade do tecido religioso. Outras romperam expectativas sociais de sua época, assumindo missões arriscadas,

defendendo causas coletivas ou dedicando a vida ao serviço do próximo, deixando marcas profundas na memória espiritual de seus povos.

Reconhecer essa presença exige uma mudança na forma de ler e interpretar a história. Por isso, torna-se necessária “uma hermenêutica feminista que restaure a verdade da história, restaurando a memória "subversiva" de milhares de mulheres que entregaram apaixonadamente suas vidas pelo povo, servindo o Reino de Deus”. (Gebara, 1987, p.160), ou seja, uma forma de interpretação que desnaturalize os limites impostos pelo patriarcado e recupere as vozes silenciadas. O objetivo não é apenas destacar figuras femininas isoladas, mas resgatar a experiência feminina na história da fé, reconhecendo ações, interpretações e contribuições que foram muitas vezes ignoradas ou apagadas. A hermenêutica feminista oferece uma leitura crítica capaz de transformar a compreensão das Escrituras e das práticas religiosas, questionando normas e tradições que naturalizam a submissão e a inferiorização das mulheres. Além disso, essa proposta não se restringe à interpretação teórica. Ela também incentiva ação concreta, conectando fé e emancipação, e valorizando a experiência das mulheres, sua luta por justiça e sua capacidade de transformação social. Dessa forma, a hermenêutica feminista não apenas reescreve a história, mas fortalece o papel ativo e protagonista das mulheres na construção da fé e na sociedade. (Gebara, 1987).

Da mesma forma, as mulheres contribuíram enormemente para o avanço da humanidade em diversas áreas: participaram de inventos e criações, atuaram nas comunidades, organizaram movimentos sociais, estiveram presentes nas guerras e conquistaram os mais variados títulos pessoais e profissionais. Elas caminharam lado a lado com os homens na construção da história, compartilhando sacrifícios, responsabilidades e desafios. Muitas vezes, foram elas que sustentaram, reconstruíram e deram continuidade à sociedade em momentos de crise.

Essas mulheres se tornaram referências de luta e resistência. Representam força, determinação, constância e coragem, sendo plenamente dignas de reconhecimento pela relevância de suas ações no desenvolvimento humano. Mesmo que a história oficialmente registrada tenha privilegiado uma perspectiva masculina, suas contribuições persistem, atravessam o tempo e continuam vivas, provando que a presença feminina jamais foi secundária, ela apenas foi silenciada. Hoje, sua memória resiste, inspira e reivindica o lugar que sempre lhe pertenceu.

Segundo Lerner (2019):

Enquanto a visão teleológica cristã dominava o pensamento histórico, a história pré-cristianismo era vista apenas como um estágio preparatório para a história verdadeira, que começou com o nascimento de Cristo e terminaria com a Segunda Vinda do

Cristo. Quando a teoria darwinista dominava o pensamento histórico, a Pré-História era vista como um estágio “selvagem” no progresso evolutivo da humanidade, do simples ao mais complexo. O que prosperou e sobreviveu foi, pelo mero fato de ter sobrevivido, considerado superior ao que desapareceu, portanto, “fracassou”. Enquanto suposições androcêntricas³⁷ dominavam nossas interpretações, entendíamos o sistema de sexo/gênero prevalente no presente olhando para o passado. Admitíamos a existência da dominação masculina como fato e considerávamos qualquer prova em contrário apenas uma exceção à regra ou alternativa malsucedida. Tradicionalistas, seja trabalhando sob uma óptica religiosa ou “científica”, consideraram a submissão das mulheres como algo universal, determinado por Deus ou natural, portanto, imutável. Assim, algo que não precisava ser questionado. O que permaneceu, permaneceu por ser o melhor; consequentemente, deve continuar assim. (Lerner, 2019, p.38).

Em outras palavras, embora as mulheres tenham desempenhado papéis relevantes ao longo da história, sua participação é frequentemente negligenciada ou apagada nos registros historiográficos tradicionais. A historiografia dominante tende a apresentar os homens como os protagonistas centrais, destacando suas conquistas, vitórias e derrotas, consolidando suas ações como marcos fundamentais da história da humanidade. Essa exclusão não se dá apenas pela omissão de registros, mas também pela construção social do poder, que é historicamente associado ao masculino. O apagamento do feminino na história não apenas distorce a compreensão do passado, mas também influencia as interpretações contemporâneas sobre gênero, reproduzindo padrões de dominação e exclusão.

Conforme Colling (2014):

Um discurso negativo apresenta as mulheres como criaturas irracionais e ilógicas, desprovidas de espírito crítico, curiosas, indiscretas, incapaz de guardar segredo, pouco criativas, em especial nas atividades do tipo intelectual ou estético, temerosas e covardes, escravas de seu corpo de seus sentimentos, pouco aptas para dominar e controlar suas paixões, inconsequentes, histéricas, vaidosas, traidoras, invejosas, incapazes de serem amigas entre elas, indisciplinadas, desobedientes, impudicas, perversas, etc. são as Evas, as Dalilas e outras tantas figuras míticas criadas para reforçar estes estereótipos. (Colling, 2014, p.45).

Na construção da sociedade histórica e cultural, onde as relações de gêneros são estabelecidas, há papéis destinados a mulheres e aos homens, está distribuído e classificado o que cada um deve desempenhar, sempre colocando a mulher num discurso negativo. No qual os “historiadores escreveram a história dos homens, apresentada como universal, e a história das mulheres desenvolveu-se à sua margem. Ao descreverem as mulheres, serem seus porta-

³⁷ Androcêntrica: Do grego aner, andrós + kétron + ismo, androcentrismo refere-se a privilegiar ideias e pensamentos masculinos. É uma tendência a dar valor para o que os homens fazem e pensam, não havendo igualdade, considerando o mesmo que a mulher pensa e faz. Disponível em: <https://conceito.de/androcentrismo#:~:text=H%C3%A1%20como%20exemplo%20o%20androcentrismo,e%20as%20pontadas%20na%20regi%C3%A3o>. Acesso em 21 de agosto de 2025.

vozes, os historiadores ocultaram-nas como sujeitos, tornaram-nas invisíveis”. (Colling, 2014, p.21).

Um exemplo marcante da participação feminina em conflitos armados é a Guerra do Paraguai (1864–1870), na qual as mulheres desempenharam múltiplas funções essenciais. Motivadas primeiramente pela proteção e pelo acompanhamento de seus familiares enviados ao combate, elas atuaram como cozinheiras, costureiras, enfermeiras e auxiliares na manutenção dos acampamentos, garantindo o funcionamento básico das tropas. A presença feminina nesse contexto não se limitava ao trabalho; seu objetivo também era permanecer próximas aos entes queridos em meio aos perigos do conflito, oferecendo apoio físico e emocional durante momentos de extrema dificuldade.

Em outros segmentos, muitas mulheres participaram da Guerra do Paraguai movidas tanto pelo amor à pátria quanto pela obrigação de proteger suas famílias. Algumas atuaram como enfermeiras, enquanto outras chegaram a se envolver diretamente no combate, substituindo os homens, especialmente considerando que cerca de 60% da população masculina do país pereceu durante o conflito. Além disso, houve mulheres que se dedicaram à prostituição ou ao comércio, vendendo alimentos e outros produtos para sobreviver e sustentar suas famílias. Na ausência dos homens, muitas foram obrigadas a assumir funções tradicionalmente masculinas, incluindo atividades agrícolas e outros trabalhos essenciais para a manutenção da sociedade em tempos de guerra.

Rocha e Magalhães (2022, p.143) aponta que “do lado paraguaio houve muita história de sofrimento feminino ao longo da guerra”, elas ficaram expostas por todos os lados “não apenas sob a dominação dos opositores”. O sofrimento das mulheres paraguaias não teve limites, a começar pela “barbárie imposta pelo tirano Solano López, as mulheres eram obrigadas, sob pena de retaliação das mais perversas formas, a doar joias, vestidos e bens como “contribuição patriótica”. Todavia no pós-guerra, ainda tiveram que serem fortes mulheres para que ocorresse a reconstrução do Paraguai, que tinha perdido grande parte de sua população.

Assim como no Paraguai, houve forte participação das mulheres brasileiras que lutaram na Guerra da Tríplice Aliança representando o Brasil, elas tiveram funções semelhantes às de suas adversárias. De acordo com Rocha e Magalhães (2022):

As mulheres, impulsionadas pela campanha difundida também nos impressos brasileiros daquele tempo, aderiram ao embate das mais variadas formas e por diferentes motivações. Algumas patriotas atuaram indiretamente, bordando bandeiras; outras, mais diretamente, vestiram-se com hábito de freiras para cuidarem dos feridos, mas de forma precária e quase intuitiva. (...). No início da guerra, poucas mulheres exerciam a função de enfermagem, pois era mais comum ajudarem através da

culinária, limpeza e tecelagem; ou, ainda, como prostitutas (LIMA, 2016). Situação previsível, levando-se em consideração que a ordem social implica em uma “máquina simbólica” que assegura a dominação masculina sobre a qual está alicerçada, “... é a divisão sexual do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos” (BOURDIEU, 2016, p. 24). (...). Tais semelhanças e distinções as nivelavam segundo os aspectos estruturais pertinentes ao Brasil do século XIX no que se refere à questão de raça e de gênero, marcas evidentes da desigualdade social brasileira. As mulheres podiam apoiar e participar da guerra, desde que submissas às determinações masculinas e à ordem simbólica, como ocorria com as demais atividades na vida privada. Nesse sentido, a desigualdade de gênero revelava as diferenças de status entre homens e mulheres, tanto no compartilhamento do poder quanto na tomada de decisões. (Rocha e Magalhães, 2022, p. 141).

Mesmo que a participação das mulheres brasileiras e paraguaias tenha sido intensa, elas eram frequentemente invisibilizadas, com suas funções diminuídas e desprezadas. Muitas sofreram violências e abusos, enfrentando atos desumanos que marcaram suas vidas. Muitas mulheres paraguaias sofreram consequências devastadoras durante o conflito, “quase todas as que caíram nas mãos de brasileiros foram violentadas. Muitas foram presas fáceis para os 30 mil soldados que tomaram a capital do Paraguai. Os soldados brasileiros celebraram a queda de Assunção violando as mulheres, saqueando casas e edifícios públicos”. (Ortolan, 2019). A guerra teve um impacto profundo na vida dessas mulheres.

Às mulheres paraguaias e brasileiras desempenharam com louvor e da melhor forma possível o seu papel nesse lamentável conflito. Mesmo que muitas não tiveram reconhecimento, aqui relato Francisca Martinez, paraguaia, ainda moça, foi obrigada a se juntar aos soldados, como não tinha mais homens para ir à guerra, as mulheres solteiras foram chamadas. Assim, ela teve sua participação desempenhando a função de sargenta e como narrado no primeiro capítulo, como ela saiu viva dessa guerra. Numa guerra que é considerado palco masculino, porém teve fortemente a presença feminina, com garra e determinação elas exerceram a função exigida, mesmo sendo dita masculina, porém não puderam ser protagonistas para não ferir o ego machista.

Desde o princípio de cada luta, sendo a batalha religiosa ou uma guerra civil, a mulher é relegada na sociedade, tratada como inferior, aquela que está posicionada abaixo do homem. Quando na realidade, sua função é digna, ela traz a vida, consegue manter uma estrutura familiar equilibrada, acalenta o próximo em momentos de adversidades. Na Grande Guerra foi a rocha que refez o país, apesar do caos, da fome, das doenças e dos infortúnios da peleja. Na religiosidade, é a guia espiritual, que conduz o direcionamento espiritual da família.

Em suma, a mulher tem demonstrado capacidade de desempenhar qualquer função que lhe seja atribuída, incluindo papéis de liderança espiritual e mediadores comunitários. Um

exemplo notável é o de Francisca Martinez, que, durante a guerra, ao encontrar-se com São Miguel, firmou uma aliança com Deus, prometendo que, enquanto houvesse descendentes de sua linhagem, a homenagem ao Arcanjo seria mantida e celebrada, tornando-o protetor e amparo espiritual da família frente às adversidades. Além disso, às mulheres desse clã foi transmitida a responsabilidade de atuar como mediadoras e cuidadoras de seus familiares, exercendo sua fé de maneira ativa. Décadas depois, elas continuam cumprindo a missão herdada de sua ancestral Francisca, mantendo viva uma tradição de cuidado, proteção e devoção que transcende gerações.

3.2 Sujeito Feminino: narrativas, lutas e resistência

A busca pelo controle fez com que os homens da sociedade castrassem e apagassem as mulheres, excluí-las é um ato político de eliminar a concorrência na luta pela soberania. Anos a história sendo contada por brancos, eurocêtricos, ocidentais e cristãos, onde foi dado a eles o poder (social, político, religioso e econômico), no qual a crença de superioridade os mantém em posição de autoridade masculina, sendo essa a justificativa para a discriminação e o preconceito contra mulheres. Enquanto que para as elas ficou a obrigatoriedade doméstica (servido os homens e a família), como também foi oferecido a espiritualidade (limitada, aqueles que apenas ocupam lugares permitidos), onde foi tirado delas o poder de escolha, o patriarcado direcionou quais são/eram as funções possíveis para elas.

Diante dessa premissa, fica evidente que por séculos nossos olhos foram fechados para que não fosse permitido visualizar que a mulher é um ser cultural, suas narrativas são plenas de lutas e resistências, compreendendo-as como sujeitas e protagonistas da história. Então, o que fazer para incluí-las numa historiografia citada pelos homens que ainda insistem em anular a mulher diante de um discurso visível de igualdade, direito e liberdade. Sendo que ainda há o apagamento delas, fazendo com que sigam lutando arduamente para contarem a história a partir de seus próprios relatos e continuem tendo uma incansável trajetória de peleja por um espaço digno numa sociedade que abordam as mulheres com inferioridade.

Em conformidade com Tedeschi (2012):

As abordagens sobre a história das mulheres [...] afirma que homens e mulheres incorporam representações e constroem suas práticas dentro de uma lógica social. Dessa forma, numa sociedade [...] patriarcal, as referidas práticas determinam atitudes de dominação/submissão, donde é possível afirmar que, tanto homens quanto mulheres, nas sociedades marcadas por fortes componentes patriarcais, colocam sua posição social masculina ou feminina sob a pressão originada pela divisão do trabalho na unidade produtiva familiar, bem como pelas relações de poder. É através das relações de poder, de acordo com a historiadora Joan Scott, que se justifica a desigualdade entre homens e mulheres, como oriunda de relações de

dominação e subordinação. Scott já chamara atenção para o fato de que o poder das mulheres tende sempre a ser percebido como manipulador, como disruptor das relações sociais, como ilegítimo, como fora do lugar e como pouco importante, no sentido de inferiorizar sua atuação no conjunto da sociedade. A construção do conceito de poder está diretamente vinculada a uma representação masculina sobre o mesmo. As mulheres sempre foram representadas como portadoras de “poderes” restritos ao campo da vida privada, cujos significados estiveram associados aos seus atributos biológicos. (Tedeschi, 2012, p.26)

Estudos sobre a história das mulheres mostram que homens e mulheres aprendem e reproduzem comportamentos dentro de uma lógica social. Em sociedades patriarcais, essas práticas acabam definindo quem domina e quem se submete. Nessas relações de poder que são justificadas as desigualdades de gênero. Historicamente, o poder feminino foi associado ao espaço privado e a funções ligadas a características biológicas, limitando o papel das mulheres e sua visibilidade na vida pública.

Durante muitas décadas o papel designado a ela foi de submissão, no qual ela poderia ser: a mulher do lar, da etiqueta, dos bons modos, aquela que dava filho para que tivesse o sobrenome do marido. Viviam para as suas famílias, eram submissas ao seu marido, pais ou superiores, em outros casos, tiveram aquelas que trabalhavam, apesar das negativas e contrariedade do ser homem. Muitas “proeminentes, de classes elevadas e médias, que ocuparam espaços públicos, até mulheres de classes sociais pobres que, premidas por suas condições de vida, também adentraram ao espaço público, no mundo do trabalho” (Silveira, 2016, p. 56), ou seja, entraram no ‘espaço do poder masculino’, porém com salários menores, rejeições machistas e tratamentos inadequados.

As mulheres resistem e persistem, são séculos rompendo com pensamentos masculinos engessados que “transforma a mulher em objeto [...] criaturas irracionais, sem pensar próprio, pouco criativas, sem espírito estético, dependentes do seu corpo” (Tedeschi, 2012, p.45). Anos após anos de afirmação que elas não poderiam ser protagonistas na história, mesmo que haja fatos em que são base e sustentação, algo contado a partir delas é como se fosse indigno de ser exaltado e destacado nos feitos sociais. Contudo, apesar da insistência de homens que querem calá-las, muitas delas quebraram as regras de suas épocas, para emergirem da história delas, nesse processo de luta do gênero feminino.

De acordo com Perrot (2008):

Tratava-se inicialmente de tornar visível o que estava escondido, de reencontrar traços e de se questionar sobre as razões do silêncio que envolvia as mulheres enquanto sujeitos da história. Isso conduziu a uma reflexão em torno da história enquanto produto da dominação masculina, a qual atuava em dois níveis: nível dos próprios acontecimentos e nível da elaboração deles empreendida pelo relato. [...]. Mais adiante, nos questionamos sobre as mulheres enquanto agentes responsáveis pelos

seus destinos individuais e coletivos, sobre suas capacidades de resistência e de transformação. Procuramos compreender o papel das mulheres nos movimentos sociais e nas revoluções. Fez-se a história do feminismo. (Perrot, 2008, p. 20-21)

No decorrer da história a mulher ficou estereotipada como símbolo de fragilidade e vulnerabilidade. A desigualdade de gênero feminino e masculino é evidente em todos os campos, seja no pessoal ou profissional, independentemente da classe social ou de onde pertence perpetua a dominação patriarcal, pois vivemos em uma sociedade que subalterniza a mulher, ela é veemente diminuída. Permanecer inferior é quase que uma obrigatoriedade, no qual “as práticas masculinas são mais valorizadas e hierarquizadas em relação às femininas” (Rago, 1998, p.3).

No entanto, para que essa ideologia fosse desconstruída, as mulheres precisaram se tornar protagonistas de suas vidas, enfrentaram muitos obstáculos, travaram lutas e mobilizaram muitas outras mulheres para que juntas pudessem enfrentar as barreiras da sociedade impostas contra elas. Assim, mudanças aconteceram, surgiram movimentos sociais em prol da mulher, dentre eles o feminismo, que possibilitou modificar muitas histórias, mesmo com a imposição masculina, tivemos muitas mulheres que penetraram o ‘campo masculino’ político e cultural de sua época, elas lutaram pelas causas femininas.

Sendo assim, na década de 1790 houve a Revolução Francesa, onde foram proclamados os ideais de liberdade, igualdade e fraternidade para todos, com o objetivo de combater a monarquia e a população sair das condições precárias de existência. Homens e mulheres lutaram lado a lado na busca por mudança, dali em diante todos seriam vistos como iguais. Contudo, a realidade foi bem diferente daquela estabelecida, mesmo que as mulheres representavam metade da população, elas não foram incluídas após ajudarem na revolução.

No intuito de alcançar melhores condições de vida, elas se aliaram a revolução, tanto as mulheres das classes dominantes e as trabalhadoras, no qual muitas dessas estavam presentes “nas fábricas, o que era de interesse do próprio sistema capitalista, por considerá-las uma mão-de-obra mais dócil e mais barata do que a masculina”. (Silveira, 2016). Assim era o destino das mulheres operárias da França, em que tinham uma extensa jornada de trabalho e o pagamento era inferior aos que os homens recebiam, ressaltando as péssimas condições de trabalho.

Pós revolução, não houve igualdade, como destaca Silveira (2016):

A Revolução Francesa, mesmo tendo proclamado a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, em 1789, não concretizou a igualdade entre homens e mulheres, excluindo essas últimas da cidadania e do poder. A Declaração reafirmava a visão masculinizante. Alguns dos filósofos iluministas, como Rousseau, defendiam a subordinação da mulher ao poder masculino, baseados na natureza diversificada

entre os gêneros. (Silveira, 2016, p. 56).

Onde se retrata uma época que as mulheres não expressavam e não podiam expressar seu ponto de vista, quiçá decidir algo publicamente ou ir contra a alta-roda social. Elas foram enganadas, acreditando que a partir dali haveria igualdade entre homens e mulheres, a luta pelo poder machista continuava. Dessa forma, elas tiveram que reagir e começaram uma batalha que foi história, quando “ a francesa Olympe de Gouges, logo em 1791, elaborou a Declaração dos Direitos das Mulheres e das Cidadãs, manifestando se contra a exclusão das mulheres dos direitos proclamados dois anos antes, argumentando que a diferença de sexos não deveria servir de respaldo para a desigualdade de direitos entre os mesmos”. (Silveira, 2016, p. 57).

A luta das mulheres, tem sido direcionada à conquista da igualdade em diferentes esferas da vida social, política, econômica e cultural. Esse movimento envolve a reivindicação de direitos fundamentais, como o acesso à educação, ao trabalho remunerado e à equiparação salarial, com o objetivo de garantir condições de vida dignas e as mesmas oportunidades que os homens possuem. Esclarecendo que esse movimento feminista não pertence a uma única classe social ou grupo específico; ele é uma luta que abrange todas as mulheres, independentemente de sua origem, condição econômica ou posição social. A busca por direitos e espaço na sociedade não se restringe a interesses individuais, mas sim à afirmação do ser mulher em sua totalidade, garantindo a cada uma a possibilidade de participar plenamente da vida e é importante reconhecer que, mesmo com objetivos ou estratégias diversas, as mulheres compartilharam a necessidade de reivindicar seu lugar no mundo.

Conforme Calaça (2021):

A história do feminismo tem sido contada, majoritariamente, a partir da Europa, expressando de forma mais evidente um feminismo urbano, branco e de mulheres com certos privilégios de classe. Muitas vezes, a participação das feministas socialistas é invisibilizada, como acontece no debate sobre o surgimento do 8 de Março. Sabemos que a luta considerada feminista (como direitos ao voto e a educação), mesmo na Europa, foi construída por muitas mulheres da classe trabalhadora e, em especial, pelas mulheres organizadas nos partidos socialistas. Mesmo lutando juntas, as socialistas não construíram suas lutas com os mesmos ideais das mulheres de classes dominantes, como demonstra os escritos de Clara Zetkin (1896), mas buscavam a igualdade de direitos como fortalecimento da luta pelo socialismo. A unidade na luta pelo voto e pela educação se dava pelo fato de conquistas como essas possibilitarem melhores condições políticas e sociais para as mulheres, seja no cotidiano, seja na luta política. (Calaça, 2021, p.32).

A partir desse período o feminismo tomou proporções maiores, ressaltando o quão a luta da mulher era relevante. Não importava a qual classe pertenciam, elas queriam combater a opressão e dominação masculina, então, desde o início da Revolução Francesa as mulheres

começaram a se inserirem e procuravam participar da vida política, no qual elas tornaram os seus movimentos políticos, a luta delas começou para que pudesse exigir a sociedade direitos iguais aos dos homens. Contudo, se faz necessário deixar evidente que cada grupo lutava pelos seus ideais, pois havia diferença no ser mulher: no ser branca, ser negra, ser camponesa, entre outros.

Ao longo da década de 1960, mulheres norte-americanas fizeram movimentos feministas, existindo diferentes vertentes, cada qual luta pelas suas particularidades e necessidades. As mulheres brancas lutavam pelo direito de votar, as mulheres negras buscavam direitos básicos e reconhecimento, e mulheres trans também buscavam visibilidade e inclusão. O movimento ganhou força nas ruas, atraindo cada vez mais seguidoras e atenção da sociedade. Sua intensidade fez com que tivesse destaque não só nos Estados Unidos, mas também em outros países, mostrando a importância da luta das mulheres por direitos e igualdade.

Em concordância com Silveira (2016):

[...] na década de 1960, eclodiram muitos movimentos sociais de contestação às diferenças sociais. (...). Os movimentos feministas ganharam as ruas, em intensas mobilizações pelo mundo inteiro, internacionalizando-se, desde 1975, através de Conferências Mundiais. Enquanto as mulheres iam ocupando e ampliando os espaços no mercado de trabalho, exercendo funções públicas, os movimentos feministas foram reivindicando políticas públicas específicas para as mulheres, no tocante a direitos reprodutivos, saúde de um modo geral, por educação, por acesso a representações partidárias, contra a discriminação e a violência. Muitos governos e organismos internacionais passaram a incorporar as questões relativas às mulheres em suas agendas. E, também, as mulheres foram produzindo uma massa enorme de estudos, pesquisas, debates sobre a sua condição, em variados campos do conhecimento: História, Sociologia, Ciência Política, Antropologia, Direito, Educação, Biologia, Medicina etc. A partir dos anos de 1960-1970, os Estudos de Gênero se constituíram em um dos maiores campos de estudo de Universidades de todo o mundo. (Silveira, 2016, 58).

Ainda é difícil para muitos o entendimento do movimento feminista, são pensamentos distorcidos referente ao seu significado e os motivos que levaram as mulheres as ruas para lutarem por si. A sociedade ainda precisa compreender que são lutas pela vida, respeito e dignidade da mulher e que há representatividades feministas com vertentes diferentes. No qual existem lutas distintas dentro do feminismo, com isso é necessário ver a qual classe social ou étnica a mulher pertence, levando ao entendimento e visualizando que o reflexo do movimento social é diferente. Elas podem lutar juntas, pois lutam contra o patriarcado, porém em detalhes cada combate é diferente.

Assim sendo, é importante entender o feminismo não como algo distante ou difícil de alcançar, mas como parte do dia a dia, ligado às identidades e às diferenças das mulheres. Para

que isso seja possível, é fundamental divulgar histórias contadas pelas próprias mulheres, para elas, para os homens e para a comunidade como um todo. Isso reforça que o feminismo não é apenas para algumas pessoas, mas sim um movimento que interessa e beneficia toda a sociedade, como afirma bell hooks: “o feminismo é para todo mundo” (hooks, 2018, p.10).

Conforme Rago (1998):

O feminismo não apenas tem produzido uma crítica contundente ao modo dominante de produção do conhecimento científico, como também propõe um modo alternativo de operação e articulação nesta esfera. Além disso, se consideramos que as mulheres trazem uma experiência histórica e cultural diferenciada da masculina, ao menos até o presente, uma experiência que várias já classificaram como das margens, da construção miúda, da gestão do detalhe, que se expressa na busca de uma nova linguagem, ou na produção de um contradiscurso, é inegável que uma profunda mutação vem-se processando também na produção do conhecimento científico. (Rago, 1998, p.2)

Assim como:

As teóricas feministas propuseram não apenas que o sujeito deixasse de ser tomado como ponto de partida, mas que fosse considerado dinamicamente como efeito das determinações culturais, inserido em um campo de complexas relações sociais, sexuais e étnicas. Portanto, em se considerando os “estudos da mulher”, esta não deveria ser pensada como uma essência biológica pré-determinada, anterior à História, mas como uma identidade construída social e culturalmente no jogo das relações sociais e sexuais, pelas práticas disciplinadoras e pelos discursos/saberes instituintes. (Rago, 1998, p.4)

Dessa forma, a luta pelo feminismo posiciona a mulher como sujeito que deve ser inserido nas relações étnicas, sociais e sexuais. “O feminismo propõe uma nova relação entre teoria e prática. Delineia-se um novo agente epistêmico, não isolado do mundo, mas inserido no coração dele, não isento e imparcial, mas subjetivo e afirmando sua particularidade”. (Rago, 1998, p.7), ou seja, não devemos somente falar sobre o feminismo, devemos viver o feminismo, fazê-lo pertencer a sociedade, sem a imposição que um grupo social seja excluído para que outro seja enaltecido, ambos têm suas peculiaridades, apesar disso todos vivemos debaixo de um mesmo céu.

Em continuidade, na atualidade quando pensamos no sujeito feminino no cotidiano, temos que observar que estamos falando de mulheres vivendo na cultura sobrecarregada de exercer múltiplas funções, sendo aquela que cuida da vida doméstica e profissional. Ainda assim, buscam valorizar aquilo que foi construído, desde o passado até o momento presente, ciente que suas ancestrais contribuíram com a raça humana, mesmo que historicamente não foram citadas. Com isso, visibilizar a vida das mulheres, as memórias coletivas e os particulares.

Muitas são as histórias narradas por elas, algumas permanecem ocultas, seja por falta de oportunidade, falta de conhecimento ou por serem desvalorizadas nas comunidades. Em contrapartida, no mundo contemporâneo temos aquelas que produzem conhecimento nas academias superiores, elas dão vozes as demais que ainda não conseguem. Fazendo com que nos dias atuais haja declarações de que nós mulheres não aceitamos mais ter nossos corpos violados pelo sistema do patriarcado.

Para que isso ocorra e ganhe força, por elas e com elas trazemos histórias de mulheres feministas conscientes ou não, que ajudaram outras mulheres a ganharem espaço no mundo do poder masculino. “Feministas assumidas ou não, as mulheres forçam a inclusão dos temas que falam de si, que contam sua própria história e de suas antepassadas e que permitem entender as origens de muitas crenças e valores, de muitas práticas sociais frequentemente opressivas e de inúmeras formas de desclassificação e estigmatização”. (Rago, 1998, p.8).

Para Dias (1994):

Interpretações de identidades femininas somente virão à luz na medida em que experiências vividas em diferentes conjunturas do passado forem gradativamente documentadas, a fim de que possa emergir não apenas a história da dominação masculina mas sobretudo os papéis informais, as improvisações, a resistência das mulheres. [...]. Uma história engajada jamais se restringiria aos discursos normativos sobre as mulheres; na verdade, pode-se afirmar que estes recantos do passado, embora já claramente vislumbrados pela teoria feminista, ainda não chegaram a ser incorporados pela memória ou pela cultura contemporânea. (Dias, 1994, p.374).

As participações na luta feminina no Brasil não ficaram escondidas nos trabalhos domésticos, numa pequena sala de oração ou atrás de um homem. Cada mulher teve a sua parcela de contribuição no decorrer da trajetória da luta do feminismo durante o desenvolvimento da humanidade. Enfrentaram preconceitos por séculos e estes ainda continuam presentes em nossa sociedade. Elas provaram seu valor muitas e muitas vezes, mas continuam tendo que provar tudo a todos e a todo momento no cotidiano que são capazes e competentes para exercerem quaisquer funções, sejam elas privadas, profissionais ou religiosas. Apesar de que as mulheres saibam que não precisam provar nada para garantir direitos iguais e respeito.

Isto posto, temos um rol de brasileiras que podem ser citadas nas lutas pelas mulheres, sendo elas dos movimentos feministas ou não, elas lutaram pelas mulheres. Lutaram para ser ouvidas, como também, para que outras também pudessem ser, foram canais das vozes sufocadas. São inspiração para outras mulheres, pois estas quebraram crenças e tabus de suas

épocas para que fossem enxergadas e respeitadas, elas foram contra uma sociedade alicerçada no machismo. Essas mulheres são exemplos de resistência e superação.

Destemidas mulheres sendo representatividade feministas. Maria Quitéria de Jesus representando as brasileiras que já participaram de guerras, com coragem e bravura. Nísia Floresta, que foi a primeira a oportunizar a publicação de mulheres em jornais. Pagu escritora e jornalista que foi presa e torturada diversas vezes, assim como ela, muitas mulheres foram presas na época da ditadura, as que saíram com vida, mesmo diante do sofrimento continuaram lutando por seus ideais. Bertha Lutz que participou do comitê elaborador da Constituição, garantiu às mulheres a igualdade de direitos políticos, apesar de ainda vermos as mulheres como minorias, ainda resistem. Leila Diniz (1945-1972) queria ser dona do seu corpo, sem julgamentos da sociedade, defendia a liberdade de ter sua vida privada como queria. Rose Marie Muraro intelectual que dedicou a sua vida pela luta à igualdade de direitos para as mulheres, reconhecida como Patrona do Feminismo Brasileiro. Conforme o artigo virtual da Uol (2023):

Maria Quitéria de Jesus foi uma das grandes heroínas brasileiras. Em 1822, ela se juntou ao Batalhão dos Voluntários do Príncipe disfarçada de homem, recebendo o nome de soldado Medeiros. Ela era corajosa, disciplinada e habilidosa com as armas, lutou na Guerra da Independência, enfrentando os portugueses que resistiam à libertação do Brasil. Nascida provavelmente em 1792, na Comarca de Nossa Senhora do Rosário, em Feira de Santana (BA), Maria Quitéria entrou para a história como a primeira mulher a integrar oficialmente uma unidade militar no país.

Nísia Floresta nasceu no Rio Grande do Norte, em 12 de outubro de 1810, se destacou como uma das grandes pioneiras do feminismo no Brasil. Foi a primeira educadora feminista do país e a primeira mulher a publicar textos em jornais. Além disso, escreveu livros em defesa dos direitos das mulheres, dos indígenas e das pessoas escravizadas, entre eles ‘Direito das Mulheres e Injustiças dos Homens’, esta considerada a primeira obra brasileira a tratar do direito das mulheres à educação e ao trabalho. Nísia participou da chamada Primeira Onda Feminista, movimento em que mulheres lutavam por igualdade política e jurídica. Pertencente à elite nordestina, ela encerrou sua trajetória de vida na França, deixando um legado importante para a história do país.

Pagu (1910-1962), Patrícia Rehder Galvão nascida em São João da Boa Vista (SP), foi escritora, poeta, tradutora, jornalista e uma das figuras mais importantes do modernismo brasileiro. Sua produção literária abordava a defesa das mulheres pobres e criticava os papéis tradicionais atribuídos às mulheres na sociedade. Foi casada com Oswald de Andrade, ambos participaram ativamente do Partido Comunista, no qual Pagu tornou-se a primeira mulher presa

por motivos políticos no Brasil. Ao longo de sua militância, principalmente durante o Levante Comunista, foi detida e torturada diversas vezes, totalizando 23 prisões ao longo de sua vida.

Bertha Lutz nasceu em 1894, em São Paulo, filha do renomado médico e cientista Adolfo Lutz. Desde jovem, destacou-se como bióloga e educadora, mas sua maior contribuição foi à luta pelo feminismo no Brasil. Inspirada pelos movimentos europeus, tornou-se uma das sufragistas mais influentes, ajudando diretamente na conquista do direito ao voto feminino, aprovado em 1932. Bertha participou do comitê que elaborou a Constituição de 1934, garantindo às mulheres igualdade de direitos políticos. Como deputada, continuou sua batalha por melhorias na vida das mulheres, conquistando avanços importantes, como por exemplo a licença maternidade de três meses. Sua trajetória marcou a história brasileira e abriu caminhos para gerações futuras de mulheres na política e na sociedade.

Leila Diniz (1945-1972) ícone da revolução feminina no Brasil conservador dos anos 1960 e 1970. Atriz e defensora do amor livre e do prazer sexual feminino, ela desafiava os padrões sociais da época. Em uma polêmica entrevista ao jornal *O Fluminense*, afirmou abertamente que mantinha relações sexuais livres e simultâneas, chocando a sociedade conservadora. Suas declarações levaram à criação do chamado "Decreto Leila Diniz", que estabeleceu censura prévia à imprensa. Além disso, Leila quebrou tabus ao surgir publicamente de biquíni enquanto estava grávida, com seu gesto ousado e libertador, inspirou gerações de mulheres a questionarem normas e preconceitos.

Rose Marie Muraro foi uma das vozes mais importantes do feminismo brasileiro. Intelectual e escritora, dedicou sua vida à luta pela igualdade de direitos das mulheres, sendo reconhecida em 2005 pelo governo federal como Patrona do Feminismo Brasileiro, aos 75 anos. Ao longo de sua carreira, escreveu mais de 40 obras sobre gênero, incluindo ‘A Sexualidade da Mulher Brasileira’, traduziu diversos textos estrangeiros com essa temática, contribuindo para a disseminação do conhecimento feminista no país. Rose faleceu em 2014, aos 83 anos, deixando um legado duradouro na luta pelos direitos das mulheres. (Uol, 2023).³⁸

Essas e outras mulheres brasileiras, aquelas que são discriminadas, sofreram com o racismo, preconceitos por ser mulher e negra. Porém são inspirações para as causas feministas, como Carolina Maria de Jesus, escritora negra, catadora de papéis, escreveu “Quarto de Despejo” em 1960. Tereza de Benguela, líder do quilombo do Quariterê (também chamado de Quilombo do Piolho, governava o quilombo a partir do sistema de parlamento. Enedina Alves

³⁸ UNIVERSA UOL. 2023. Pagu, Chanel, D’Arc: estas 15 mulheres feministas mudaram como vivemos hoje. Disponível em: <https://www.uol.com.br/universa/noticias/redacao/2023/11/26/pagu-chanel-e-ada-conheca-15-mulheres-feministas-que-marcaram-a-historia.htm> Acesso em 21 de agosto de 2025.

Marques, a primeira mulher negra a formar-se em engenharia civil no Paraná. Melânia Luz que foi a primeira mulher negra que integrou a delegação olímpica do Brasil, velocista que disputou os Jogos em Londres. Maria Beatriz do Nascimento, professora, historiadora que pesquisou dos quilombos às favelas modernas, divulgou artigos sobre conceito de raça, racismo e sexismo.³⁹

Nos dias atuais, a escritora Conceição Evaristo se destaca por sua metodologia de escrita denominada *escrevivência*, que tem como objetivo dar voz às experiências de mulheres negras que vivem à margem das grandes e pequenas cidades. Por meio de suas obras, Evaristo relata vidas marcadas por dificuldades e desigualdades, tornando-se uma importante ferramenta para tornar visíveis essas “pequenas narrativas” à sociedade brasileira. Seu trabalho contribui para conscientizar o público sobre a luta das mulheres contra o patriarcado e contra as diversas formas de violência que sofrem, reforçando a relevância da literatura como meio de resistência e transformação social.

Igualmente, tem as mulheres da minha convivência, a mãe que ensinou suas filhas a se posicionarem e saberem o seu valor no ser mulher. As tias que sofreram perdas, violências e continuam lutando como corajosas mulheres. Assim como aquelas que atuam nas escolas, nas academias, sendo ponte para o conhecimento. Elas são inspirações e nos inseriram na caminhada do feminismo, fazendo-nos atuar em eventos que estudam, promovam a mulher e ainda nos permitam conhecer mulheres dos Campos dos Estudos Culturais que são joias inestimáveis do movimento feminista.

Por fim, há inúmeras histórias de mulheres que permanecem não contadas, algumas apagadas e outras invisibilizadas ao longo do tempo. Muitas gerações desconhecem quem foram as mulheres que contribuíram para a história do Brasil e do mundo. Por isso, é fundamental divulgar, dar visibilidade a essas trajetórias, mostrando a importância de suas contribuições e o impacto que deixaram na sociedade. É necessário resgatar essas narrativas esquecidas e também dar espaço às histórias que ainda desejamos propagar, reconhecendo que nenhuma delas é mais importante que a outra. A história de cada mulher deve ser registrada e compartilhada, para que todos compreendam que o feminino pertence a toda a sociedade e que não estamos sozinhas. Eu, você e todas elas, juntas, formamos uma rede de resistência, cuja força se manifesta na preservação da memória e na luta contínua por igualdade e reconhecimento.

³⁹MP_DFT. 2025. Campanha “Mulheres que fizeram História”. Disponível em: <<https://www.mpdft.mp.br/portal/index.php/comunicacao-menu/campanhas-e-publicacoes/campanhas-menu/13287-campanha-mulheres-que-fizeram-historia>> Acesso em 28 de novembro de 2025.

3.3 O sujeito feminino e o campo dos Estudos Culturais

Cevasco (2003) na intenção de construir um novo campo de estudos, que pudesse oportunizar o ingresso das classes trabalhadoras, promulgando os valores da cultura comum, houve uma intervenção a fim de tornar uma educação democrática, sendo uma ação política. Surgiram os movimentos sociais da época, onde as limitadas disciplinas deram lugar a Interdisciplinaridade, Experimentalismo e Envolvimento Político, houve a relação Arte e Sociedade. “Não é a consciência dos homens que determina um ser, mas, ao contrário, seu ser social que determina sua consciência”. (p.66).

O campo dos Estudos Culturais surgiu com os pesquisadores Richard Hoggart, Raymond Williams e Edward Palmer Thompson em 1964, na Universidade de Birmingham, na Inglaterra. Um estudo que partisse da vivência cultural do aluno, fugindo do formato tradicional das disciplinas, tornando a partir dali interdisciplinar, que é a base dos Estudos Culturais. A partir desses teóricos os estudos culturais se expandiram, trazendo um novo nome: o jamaicano Stuart Hall, que foi diretor do primeiro programa de pós-graduação em estudos culturais na Universidade de Birmingham, na Inglaterra.

Doravante, com as relações geopolíticas modificadas, após a 2ª Guerra Mundial, surgiram os movimentos que transformaram e causaram uma ebulição social nas ciências e nas artes imbricadas, agora outros sujeitos da história teriam permissão de clamarem e exaltarem seus movimentos. Assim, dando espaço para os estudos sobre: as mulheres, os gêneros, os gays, as lésbicas e os transgêneros e gradativamente houve o ingresso dos negros (leis racistas e cotas) e dos povos colonizados diaspóricos. Ressaltando neste os movimentos das feministas.

Nesse sentido, “o feminismo é apontado por Stuart Hall como uma “interrupção” que alterou uma prática acumulada em estudos culturais no início dos anos 1970, causando um ruído teórico”. (Escosteguy, 2016, p.63). Apesar dos impasses iniciais, essa interrupção permitiu que os Estudos Culturais fossem além de uma limitada interpretação de gênero, fomentando uma reavaliação, uma nova visão para a compreensão da identidade e da cultura. Os movimentos feministas modificaram as estruturas sensíveis de poder do patriarcado, provando que esses novos objetos de estudo fazem a diferença.

“Sabe-se que aconteceu, mas não se sabe quando nem onde se deu o primeiro arrombamento do feminismo” (Hall, 2003 apud Escosteguy, 2016, p.63), ou seja, é visto como algo que surgiu repentinamente, sem aviso prévio que chegaria e mudaria contextos abruptamente, mas chegou com muito barulho para modificar padrões calcificados de uma sociedade sexista, machista e misógina, não se importando se a supremacia masculina ia aprovar ou não.

As mulheres queriam ocupar lugares nas academias, exigiam que elas tivessem espaços para elas nesses locais e ansiavam serem reconhecidas em sua luta feminista. Sem que tivessem as interferências do patriarcado, que as deixavam na obscuridade. Sendo assim, “Hall menciona como ele e Michael Green, percebendo a importância das questões em torno do feminismo, “convidaram” algumas feministas para projetar questões referentes ao movimento, já que os estudos culturais estavam “sensíveis” à problemática de gênero”. (Hall, 2003 apud Escosteguy, 2016, p.63).

Apesar da sensibilização dos Estudos Culturais aos estudos feministas, as políticas feministas ainda ficaram de fora, esse era o estilo patriarcal de adentrar as mulheres aos estudos. “Apesar da metáfora contraproducente, da posição assumidamente patriarcal e de admitir suas próprias resistências, Hall (2003a) reconhece como positiva a eclosão do feminismo nos estudos culturais, avaliando que essa intervenção reorganizou a agenda dos estudos culturais em termos teóricos e de configuração de novos objetos de estudo”. (Hall, 2003 apud Escosteguy, 2016, p.64).

Diante dessa nova perspectiva fica declarado que o “feminismo é para todo mundo” (hooks, 2018, p.10). Que vem mostrar que não somente a mulher, mas também os homens devem entender o feminismo, aquele que traz consciência e validação ao movimento feminino em prol daquela que sofre preconceito e discriminação, seja nas mãos de um homem, quanto de uma mulher. “O feminismo é um movimento para acabar com o sexismo, exploração e opressão”, por isso “precisamos acabar com o racismo, o elitismo, o imperialismo”. (p.15/13).

De acordo com hooks (2018):

As mulheres naqueles grupos foram as primeiras que começaram a criar uma teoria feminista que incluía tanto análise do sexismo quanto estratégias para desafiar o patriarcado e novos modelos de interação social. Tudo o que fazemos na vida está fundamentado em teoria. Seja quando conscientemente exploramos as razões para termos uma perspectiva específica, seja quando tomamos uma ação específica, há um sistema implícito moldando pensamento e prática. Logo em seu início, a teoria feminista tinha como principal objetivo explicar para mulheres e homens como o pensamento sexista funcionava e como podemos desafiá-lo e mudá-lo. (hooks, 2018, p.34).

Elas desempenharam um papel pioneiro na construção de uma abordagem teórica feminista que combinava a crítica do sexismo, com propostas de enfrentamento do patriarcado e de reorganização das relações sociais. Onde, desde os primeiros momentos, a teoria feminista teve como objetivo principal mostrar, para mulheres e homens, os mecanismos do pensamento sexista e indicar caminhos para questioná-lo e transformá-lo (hooks, 2018, p.34).

Dessa forma, a compreensão se faz necessária para que possamos entender o porquê o feminismo precisa de uma transformação na sociedade patriarcal, na qual a mulher possa se relacionar com sua vida pessoal, profissional e social da forma que ela queira, não precisando se preocupar com os levantes radicais que oprimem o gênero feminino. Que ela possa ser vista além da cozinha, da pia e do fogão, pois se trata de um ser humano capaz e uma sujeita com uma identidade.

O feminismo é essencial para conscientizar a sociedade sobre a importância de respeitar as mulheres e valorizar seu papel em todas as esferas sociais. Além de promover justiça e reconhecimento, contribui para a redução da violência de gênero, desafiando estruturas patriarcais que historicamente sustentam a dominação masculina. Quando os princípios de igualdade são efetivamente aplicados e as leis que protegem os direitos das mulheres são cumpridas, é possível combater a discriminação, criando condições de vida mais equilibradas para mulheres e homens, garantindo uma sociedade mais justa, segura e inclusiva.

Sendo assim, Lauretis afirma:

Na “dupla” perspectiva da análise feminista contemporânea, continua Kelly, podemos perceber duas ordens, a sexual e a econômica, operando juntas: “Em qualquer das formas históricas tomadas pela sociedade patriarcal (feudal, capitalista, socialista etc.), um sistema de sexo-gênero e um sistema de relações produtivas operam simultaneamente (...) para reproduzir as estruturas socioeconômicas e o domínio masculino da ordem social dominante.” Dentro dessa “dupla” perspectiva, portanto, é possível perceber claramente como opera a ideologia de gênero: o “lugar da mulher”, isto é, a posição atribuída à mulher por nosso sistema de sexogênero, como é enfatizado por Kelly, “não é uma esfera ou um território separado, e sim uma posição dentro da existência social em geral.” O que é outro ponto importantíssimo. (Lauretis, 2019, p.134).

A análise feminista contemporânea evidencia a atuação simultânea de duas ordens estruturantes: a sexual e a econômica, no qual em qualquer uma das configurações, ela se configura do domínio masculino no interior da ordem social hegemônica. Sendo assim, para hooks (20018) fica evidente o quão a mulher sempre está lutando pelo movimento feminista, que anseia que os processos que ocasionam essa desigualdade e fortalecem os valores entre o masculino e feminino no patriarcado sexista sejam eliminados e que isso seja modificado desde o dia que viemos ao mundo e a forma como somos criados, para não pensarmos e sermos sexistas. Não existe o ‘lugar da mulher’, sendo vista como inferior ao homem, sendo relegada a um papel secundário em sua vida pública e privada, ‘existe a mulher’.

Como expressa Lauretis, sujeito do feminismo:

Com a expressão “o sujeito do feminismo” quero expressar uma concepção ou compreensão do sujeito (feminino) não apenas como diferente de “Mulher” com letra maiúscula, a representação de uma essência inerente a todas as mulheres (que já foi vista como natureza, mãe, mistério, encarnação do mal, objetivo do desejo e do conhecimento [masculinos], “o verdadeiro ser-mulher”, feminilidade etc.), mas também como diferente de “mulheres”, os seres reais, históricos e os sujeitos sociais que são definidos pela tecnologia de gênero e efetivamente “engendrados” nas relações sociais. O sujeito do feminismo que tenho em mente não é assim definido: é um sujeito cuja definição ou concepção se encontra em andamento, neste e em outros textos críticos feministas. (Lauretis, 2019, p.135).

A expressão “sujeito do feminismo” refere-se a uma forma de pensar o sujeito feminino que não se reduz à ideia essencializada de “Mulher” nem à noção de “mulheres” como seres históricos concretos. Trata-se de uma categoria em construção, cujo significado se desenvolve continuamente nos textos críticos feministas (Lauretis, 2019, p.135). O sujeito do feminismo, o verdadeiro ser-mulher, não diz respeito às denominações dadas pelo patriarcado, trata-se, ao contrário, de um sujeito cuja definição permanece em processo, em constante elaboração e reelaboração. Em outras palavras, a noção de sujeito do feminismo é aqui concebida como aberta, provisória e teoricamente móvel, resistindo a quaisquer fixações identitárias ou ontológicas.

Lauretis (2019, p.136) que em seu argumento relata a incompatibilidade consentida como representação e ao mesmo tempo seres históricos, quando ela está inserida no todo, ela faz parte dos fatos culturais históricos sociais políticos, pertencente e em construção as relações sociais. “As mulheres se situam tanto dentro quanto fora do gênero, ao mesmo tempo dentro e fora da representação”. O esclarecimento de sabermos que o feminismo abrange as mulheres brancas, as negras, as latinas, as lésbicas, de qualquer cor, o feminismo está para combater a opressão.

Daqui para frente, lutamos pela conscientização dos gêneros feminino e masculino, para que saibam que o feminismo está além das ideias e limitações calcificada do patriarcal, no qual a mulher e seu corpo pertençam a ela, pleno de perspectivas, expectativas e significados, pois “o corpo é sempre uma incorporação de possibilidades, tanto condicionadas quanto circunscritas em convenções históricas. (Butler, 2019, p.225-226).

O corpo não é uma materialidade fatídica, terminada na sua própria imagem; ele é uma materialidade que carrega, pelo menos, certos significados, e esse carregar é fundamentalmente dramático. Por dramático, quero dizer que esse corpo não é apenas matéria, ele é uma materialização contínua e incessante de possibilidades. As pessoas não são seus corpos, mas fazem seus corpos – essa diferença de ser e fazer é fundamental. As pessoas, inclusive, fazem seus corpos de maneiras diferentes de outras pessoas que lhes são contemporâneas, das que as precederam e das que as sucederão. (Butler, 2019, p.225).

O corpo carrega significados e esse ato de carregar é essencialmente dramático. O corpo não é apenas matéria, mas uma materialização contínua e incessante de possibilidades. Sendo assim, o ser humano é muito além dos seus corpos, eles são o que produzem. Além disso, cada produção é distinta, diferente. Assim, as mulheres foram vistas somente por seus corpos na história da humanidade, elas foram apagadas, eram vulneráveis, o ‘sexo frágil’ e continuou sendo assim por muito tempo. Eram patrimônios dos conservadores machistas e tirânicos, que as limitavam e as tornavam invisíveis na sociedade, onde sofriam com a violência contra seu gênero, contra seu corpo. No entanto, na atualidade necessita que haja uma des(construção), onde a mulher sejam vista além dos seus corpos, pois elas querer ser reconhecida pelas suas contribuições históricas culturais.

De acordo com Butler (2019):

Em uma cultura em que a falsa ideia de “homem” universal é normalmente entendida como sinônimo de humanidade, teorias feministas têm buscado com sucesso dar visibilidade às especificidades femininas e reescrever a história da cultura de maneira que a presença, a influência e a opressão das mulheres sejam reconhecidas. (...). Quando Beauvoir afirma que a mulher é uma “situação histórica”, ela enfatiza que o corpo sofre certa construção cultural, não apenas por convenções que sancionam e prescrevem como cada pessoa deve funcionar com seu corpo, o “ato” ou performance que cada corpo é, mas também por convenções tácitas que estruturam a maneira como os corpos são culturalmente percebidos. (Butler, 2019, p.228/229).

As teorias feministas buscam mostrar a presença, a experiência e a opressão das mulheres ao longo da história. Ao dizer que a mulher é uma “situação histórica”, Beauvoir afirma que a identidade e a experiência das mulheres são construções sociais e históricas, não essências naturais. A luta feminista apresenta-se como um fenômeno amplo e transversal, englobando mulheres de todas as classes sociais, raças e etnias. Essas experiências não configuram casos isolados ou invisíveis, mas constituem narrativas de sofrimento e resistência dos corpos femininos, cada qual com relevância histórica e social. O movimento feminista representa, portanto, uma batalha coletiva que, por longos períodos, foi marginalizada em uma sociedade patriarcal, marcada por estruturas repressoras, preconceituosas e discriminatórias, nas quais o gênero masculino se consolidava como único protagonista dos avanços históricos, científicos e culturais.

Os autores Miñoso, Lugones, Torres (2021) afirmam:

[...] nossa persistência, paixão, insistência e raiva estavam à altura da ocasião, assim como sua capacidade de trabalho e sua fé em si mesmas, as esquecidas e rejeitadas. Também foi importante seu reconhecimento das contribuições das poucas mulheres que, vindas dos mundos não autorizados da modernidade, foram capazes de entrar em espaços acadêmicos, produzir pensamento crítico e escrever para publicações que

logo seriam esquecidas se não fosse por seu desejo de se lembrar delas. O valor que elas deram às palavras dessas outras mulheres e seus avisos foi tão grande que elas teimosamente insistiram em lê-las, ouvi-las, torná-las conhecidas por outras mulheres e tentar estender seu legado. (Miñoso, Lugones, Torres, 2021, p.17).

Sendo assim, aqui enfatizamos a persistência, a resistência emocional e o empenho intelectual das mulheres historicamente marginalizadas. Salientando que reconhecemos o valor das poucas mulheres que conseguiram adentrar espaços acadêmicos dominados por perspectivas masculinas, mesmo que suas produções corriam o risco de serem apagadas. Ao insistirem em ler, ouvir e difundir essas autoras, as mulheres conferiram legitimidade a suas contribuições e contribuíram para a preservação e expansão de um legado intelectual feminino que, de outro modo, permaneceria esquecido. Por isso, a determinação, trabalho e confiança em nós mesmas foram essenciais, assim como reconhecer e valorizar as contribuições de mulheres esquecidas, garantindo que suas palavras e legados fossem lidos, ouvidos e transmitidos a outras gerações (Miñoso, Lugones, Torres, 2021).

As Mulheres dão sentidos aos movimentos femininos, com suas contribuições e pesquisas nos espaços acadêmicos, que estão relacionados aos processos e mudanças das mulheres perante o sistema capitalista, dando uma nova realidade para aqueles que acreditam que o sexismo pode ser eliminado. Suas ações carregam resistência e força para os grupos oprimido. Segundo Collins (2022, p.133). “Esses projetos visam abordar as preocupações profundas de pessoas que estão subordinadas a expressões domésticas e globais de racismo, sexismo, capitalismo, colonialismo e sistemas semelhantes de dominação política e exploração econômica”.

Que tem na Interseccionalidade um apoio a resistência feminina, onde Collins (2022) relata:

[...] a interseccionalidade também se baseia em projetos feministas, antirracistas, de descolonização e projetos políticos semelhantes, nos quais a resistência teórica está ligada à práxis. Nesses projetos, gênero, raça, classe, etnia, nação, sexualidade, capacidade e idade não são apenas categorias concebidas para tornar a interseccionalidade mais amigável para a pesquisa acadêmica. Em vez disso, esses termos também significam importantes tradições de conhecimento resistente entre povos subordinados, cujo conhecimento resistente critica as desigualdades sociais e as injustiças sociais que vivenciam. (Collins, 2022, p.134).

Onde a interseccionalidade como um conceito enraizado em projetos feministas, nos quais teoria e práxis estão articuladas. Esse conhecimento crítico visa revelar e contestar as desigualdades e injustiças sociais vivenciadas por esses grupos. É importante reforçar que a interseccionalidade abre um leque de informações e conhecimentos que habilitam e dão

embasamento significativo aos movimentos que mostram que as lutas das mulheres estão presentes em todos os campos: profissionais, sociais, políticos, econômicos e pessoais, pois “de forma significativa, o escopo mais amplo do feminismo oferece a feministas mais oportunidades de criticar as desigualdades de gênero dentro e fora da academia” (Collins, 2022, p. 135).

Também em pauta, a luta histórica das mulheres negras, sublinhando como seus corpos e vidas foram sistematicamente marcados pela tirania estrutural do capitalismo e pelas práticas racistas que as categorizaram como racialmente inferiores e incapazes. A mulher negra se configura com uma resistência histórica, que lutou contra múltiplas formas de opressão. Seus corpos são retratos marcados pela escravidão, pela violência institucional e pela marginalização social, que podaram suas oportunidades e não permitiam sua visibilidade. Apesar disso, as mulheres negras exerceram papel central na construção social e econômica da humanidade, por meio de trabalho árduo, resiliência e produção de conhecimento resistente. Essa luta evidencia a intersecção de raça, gênero e classe, mostrando como a resistência das mulheres negras é fundamental para compreender as dinâmicas de desigualdade e poder na sociedade.

De acordo com Davis (2016):

[...] a população negra era supostamente incapaz de progressos intelectuais. Afinal, essas pessoas haviam sido propriedade, naturalmente inferiores quando comparadas ao epitome branco da humanidade. Mas, se fossem realmente inferiores em termos biológicos, as pessoas negras nunca teriam manifestado desejo nem capacidade de adquirir conhecimento. Portanto, não teria sido necessário proibi-las de aprender. Na realidade, é claro, a população negra sempre demonstrou uma impaciência feroz no que se refere à aquisição de educação. O anseio por conhecimento sempre existiu. (Davis, 2016, p.110).

Portanto, enfatizamos a relevância da mulher negra, branca, indígena, parda, asiática na sociedade, pois estamos destacando a mulher que é: cultura, história e progresso. Estas, que fizeram valiosas contribuições ao passado histórico, invenções e criações para a evolução humanitária. Atualmente muitas pesquisadoras célebres para as causas feministas e suas incansáveis lutas em prol da Mulher, pelas histórias passadas e aquelas da atualidade. Onde, “Intelectuais feministas têm trabalhado arduamente na definição da teoria feminista e na explicação de sua trajetória em monografias, livros publicados e didáticos”. (Collins, 2022, p.147). Essas mulheres se sacrificam e sacrificam suas histórias para que fosse desconstruído a visão deturpada referente ao feminismo, desafiando e transformando modelos de pensamentos engessados, permitindo com suas colaborações abrir espaços para novas abordagens. Com isso, rompendo com o tradicionalismo patriarcal, quebrando paradigmas do machismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com essa pesquisa foi possível dialogarmos referente as mulheres na Guerra do Paraguai, em que paraguaias e brasileiras foram invisibilizadas, neste que foi o maior evento e o mais traumático da história da América do Sul no século XIX. Foi um projeto expansionista de Francisco Solano López que confrontou seus interesses numa batalha contra o Brasil, Argentina e Uruguai, levando assim, à formação da Tríplice Aliança. Conflito marcado por tensões fronteiriças, rivalidades econômicas e disputas políticas, o que evidenciou uma profunda desigualdade entre os beligerantes. O desfecho que o Paraguai sofreu foi uma catástrofe demográfica, territorial e institucional, com devastação de infraestrutura, perda massiva de população e reorganização política, deixando rupturas sociais e simbólicas que marcaram gerações.

A memória da guerra está refletida em monumentos, narrativas e manifestações culturais, preservando sofrimentos e mobilizando sentidos de resistência e reconstrução. Compreender o conflito exige integrar fatores políticos, econômicos, militares e culturais, reconhecendo-o não apenas como enfrentamento bélico, mas como fenômeno histórico que redefiniu relações de poder no Cone Sul e influenciou a formação estatal na região.

A participação feminina na Guerra do Paraguai revela a necessidade de revisar a historiografia tradicional, pois privilegiou figuras masculinas e invisibilizou as mulheres. As conhecidas residentes e destinadas, independentemente de classe ou vínculos políticos, desempenharam papéis essenciais na logística, nos cuidados aos feridos, na manutenção dos acampamentos e na resistência simbólica durante o conflito. A distinção entre esses grupos evidencia as complexas relações de gênero: enquanto as residentes atuavam voluntariamente, motivadas por solidariedade e fidelidade política, as destinadas eram alvo de repressão e deslocamentos forçados.

Nessa trajetória trouxemos Elisa Alicia Lynch que durante a Guerra do Paraguai se tornou uma figura simbólica, que foi atravessada por disputas políticas, morais e historiográficas. Lynch foi representada ora como influente estrategista política de Solano López, ora como símbolo de luxo e distanciamento, refletindo tensões entre memória, mito e documentação histórica. Sua presença ativa nos relatos da época demonstra que não era coadjuvante.

Outra mulher que recebeu destaque nessa pesquisa foi a enfermeira Ana Néri, que teve um papel fundamental na Guerra do Paraguai, foi uma mulher que se dedicou aos cuidados da saúde dos muitos homens que compuseram o exército brasileiro. Ana Néri tornou-se heroína nacional devido aos vínculos com a elite e à posição social de sua família. Sua atuação foi

significativa e ela recebeu o título de “mãe dos brasileiros” simboliza a tentativa de transformar sua dedicação em emblema de abnegação e patriotismo feminino. Em meio à violência do conflito, a historiografia oficial mostrou quais mulheres seriam lembradas e mereciam ser destacadas. Diferentemente da maioria das mulheres anônimas e invisibilizadas.

Trouxemos também a trajetória de Francisca, sargenta do exército paraguaio, que teve uma participação ativa. Sua sobrevivência, marcada pela promessa diante da imagem de São Miguel, mostra como experiências de guerra se inscrevem na memória familiar, religiosa e identitária. Evidenciando a dimensão humana e traumática da Guerra do Paraguai. Histórias como a de Francisca revelam que existiu muitas mulheres que desempenharam funções essenciais, mas foram excluídas da historiografia tradicional. O silêncio sobre sua presença não indica ausência, mas a forma como a história foi registrada e legitimada. Assim, revisitar essas narrativas permite compreender a brutalidade do conflito e a atuação feminina, mostrando que as mulheres não foram apenas vítimas, mas protagonistas que reconstruíram vidas e transmitiram memórias. Reconhecer essas trajetórias amplia e torna mais justa a historiografia, tornando visíveis aquelas que sempre estiveram presentes, embora silenciadas.

A partir dela, o trajeto da família Lugo que conta como se deu essa memória, fé e a travessia dessa migração na construção de identidades híbridas e dinâmicas. Como também, a devoção a São Miguel Arcanjo, iniciada a partir de sua sobrevivência na Guerra do Paraguai, tornando-se um patrimônio espiritual e cultural que foi transmitido por gerações, fortalecendo pertencimento e memória familiar. Ao migrar para o Brasil, a família trouxe consigo práticas religiosas, culinária, música e língua, ressignificando seu universo simbólico no novo território.

A história da família Lugo mostrou que a identidade cultural não é fixa, mas construída em processos contínuos de deslocamento, negociação e reconstrução (Hall; Larrosa). A fé, a memórias dessa guerra e a preservação das práticas culturais permitiu que gerações sucessivas reconstituíssem a existência coletiva e seu modo de pertencer. A imagem de São Miguel Arcanjo, encontrada em meio aos horrores da guerra, tornou-se símbolo de proteção, resistência e continuidade espiritual. A devoção organizada em novenas, missas e encontros familiares consolidou um espaço social e preservação cultural, especialmente diante de perdas, migrações e transformações ao longo do tempo. Exemplificando como religiosidade, memória e hibridismo cultural se moldaram nas identidades, consolidando a presença da família Lugo no tecido social e cultural do Mato Grosso do Sul. Assim, a trajetória da família mostrou que práticas religiosas e culturais são instrumentos poderosos de identidade e memória, capazes de unir gerações, preservar histórias e manter viva a herança de fé e resistência iniciada há mais de 150 anos.

Todo esse contexto foi da vida de uma mulher que esteve presente na Guerra Guasu, mostrando que a violência contra a mulher tem raízes históricas profundas, que se manifestaram de diversas formas, evidenciando que a mulher foi invisibilizada. Nesta guerra, essa realidade se mostrou de maneira cruel: mulheres paraguaias enfrentaram deslocamentos, perdas familiares e tiveram que assumir papéis antes reservados aos homens, tornando-se protetoras, provedoras, enfermeiras e até combatentes. Além da exposição a riscos físicos e sexuais, muitas perderam a infância, a juventude e carregaram traumas profundos. Apesar das contribuições essenciais, incluindo doações de alimentos, roupas e joias, essas mulheres foram amplamente ignoradas pela historiografia tradicional.

Dentre os resultados, foi narrado a história da famosa destinada Pancha Garmendia, mulher paraguaia, conhecida por sua beleza e prestígio na elite, que teve um desfecho trágico durante a Guerra do Paraguai. Sofreu violência física, psicológica e maus-tratos, tornando-se vítima do desejo masculino e da brutalidade do conflito, culminando em sua morte, que buscou apagá-la da memória histórica. Outra foi Dorothea Duprat de Lassere, francesa residente em Assunção, durante a guerra integrou o grupo das destinadas e foi enviada a campos de trabalhos forçados após a execução de familiares considerados réus políticos. Durante o cativeiro, relatou torturas, fome e perseguições, evidenciando como mulheres ligadas a acusados de traição ou conspiração sofreram punições extremas apenas por sua associação familiar ou social.

Muitas foram as mulheres que seguiram os exércitos na Guerra do Paraguai, acompanhando familiares ou voluntariando-se para servir ao país. Enfrentaram violência, fome, desnutrição e torturas, além de sofrerem com a perda de companheiros e familiares. Após a guerra, assumiram funções tradicionalmente masculinas para ajudar na reconstrução do país. Apesar de seu papel crucial, apenas algumas foram reconhecidas como destinadas ou residentes, enquanto a maioria permaneceu invisibilizada. Elas compuseram um “exército invisível”, indispensável à campanha militar, mas cuja memória permaneceu obscurecida. Mesmo relegadas ao anonimato, tornaram-se protagonistas silenciosas da história, permitindo que a sociedade sobrevivesse e se reorganizasse em meio à guerra.

Ainda que, as mulheres foram frequentemente invisibilizadas, subalternizadas, seus feitos e sofrimentos foram muitas vezes apagados das narrativas históricas, enquanto os homens ocupavam posições de poder e supremacia. Na Guerra do Paraguai, a atuação feminina brasileira foi decisiva. Apesar de sua importância, a historiografia relegou essas mulheres, a elas somente os papéis secundários, reforçando estereótipos de gênero. No Brasil, destacou-se a figura de Dona Senhorinha, mulher brasileira que enfrentou a Guerra do Paraguai com coragem e resiliência. Sua trajetória simbolizou a resistência feminina durante a guerra. Assim

como Dona Senhorinha, outras mulheres como a preta Ana, Maria Fuzil, Aninha Cangalha e Jovita Alves Feitosa desempenharam papéis fundamentais. O reconhecimento dessas trajetórias e conquistas é fundamental para construir uma narrativa mais justa, na qual o feminino seja visível.

Ao longo da história, as mulheres foram invisibilizadas, subalternizadas e vítimas de diferentes formas de violência: física, simbólica e estrutural, especialmente em sociedades patriarcais. Seus feitos e sofrimentos foram muitas vezes apagados das narrativas históricas, enquanto os homens ocupavam posições de poder e destaque. Ainda hoje, a violência de gênero permanece presente, revelando que se trata de um problema social e cultural. Enfrentá-la exige resistência, valorização das vozes femininas e luta permanente pela igualdade de direitos. Trata-se de um fenômeno complexo, cujos impactos vão além das vítimas, afetando toda a sociedade em dimensões sociais, econômicas, culturais e psicológicas.

Com a maior valorização das vozes femininas e o fortalecimento das leis de combate à violência contra a mulher, a sociedade ainda impõe barreiras que discriminam e prejudicam mulheres de todas as idades, classes sociais e etnias. A luta feminina permanece contínua, ocorrendo tanto no nível individual quanto coletivo. Reconhecer suas histórias, conquistas e sofrimentos é essencial para promover justiça, igualdade e respeito, reafirmando que o protagonismo feminino não pode mais ser ignorado.

Sendo assim, é necessário desconstruir estereótipos de gênero que historicamente colocaram as mulheres a posições secundárias e minimizaram suas contribuições. Mesmo diante dessas dificuldades, a resistência, a coragem e o protagonismo feminino, muitas vezes silenciosos, foram fundamentais para sua sobrevivência e para a transformação social. Valorizar e dar visibilidade a essas trajetórias é essencial para construir uma narrativa mais justa, na qual o feminino seja reconhecido, respeitado e valorizado em igualdade com o masculino. Dessa forma, reconhecer e valorizar as trajetórias das mulheres, suas conquistas e sofrimentos, é essencial para a construção de uma narrativa mais justa, na qual o feminino seja visível, respeitado e tratado em igualdade com o masculino.

Para tanto, torna-se evidente que a violência contra a mulher transcende contextos bélicos e permanece presente nos dias atuais, afetando mulheres de diferentes idades, classes sociais e etnias. Ao mesmo tempo, muitas brasileiras têm se destacado na luta pelos direitos e causas femininas. Entre elas, destacam-se figuras históricas e contemporâneas como Maria Quitéria, Nísia Floresta, Pagu, Bertha Lutz, Leila Diniz, Rose Marie Muraro, Carolina Maria de Jesus e Tereza de Benguela, entre tantas outras.

Essas mulheres demonstraram que o feminismo não é um movimento restrito, mas sim uma luta ampla e contínua por igualdade, dignidade e reconhecimento. Elas romperam preconceitos, enfrentaram opressões e abriram caminhos para que gerações futuras pudessem ocupar espaços antes negados. Registrar e compartilhar as narrativas femininas, abrangendo todas as classes, etnias e contextos, constitui um ato de justiça histórica e cultural. A resistência feminina permanece viva, e cada história contada reforça que o feminino não apenas existe, mas constrói, transforma e persiste, tornando-se fundamental para a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

Desse modo, para além de produzir reflexões, trouxemos a contribuição dos Estudos Culturais, voltados para valorizar as experiências e culturas das classes populares, até a incorporação das perspectivas feministas, no qual tornou-se evidente que a experiência das mulheres é fundamental para compreender a dinâmica social, política e econômica de qualquer sociedade. A teoria feminista, quando articulada à prática, mostrou-se capaz de identificar e questionar desigualdades estruturais, demonstrando que o patriarcado não se limita a uma questão de gênero, mas constitui um sistema interligado de opressões que envolve raça, classe, sexualidade e poder.

A trajetória das mulheres negras, indígenas, brancas e de diferentes origens sociais evidenciou a necessidade de uma abordagem interseccional, que permita compreender como múltiplas formas de opressão se cruzam e afetam a vida de maneira desigual. Reconhecer, divulgar e valorizar as narrativas femininas constitui, portanto, um ato político, social e cultural de grande relevância. Essas ações fortalecem a democracia, ampliam a compreensão cultural e garantem que as gerações futuras percebam que a luta pelo protagonismo feminino é contínua, plural e indispensável para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e inclusiva. Assim, evidenciar as histórias, conquistas e resistências das mulheres não apenas corrige omissões históricas, mas também reforça a importância de enfrentar a violência de gênero, desconstruir estereótipos e consolidar avanços em igualdade, promovendo uma cultura que valorize e respeite integralmente o feminino.

REFERÊNCIAS

- ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- ARCA [revista], n. 4. Campo Grande - MS, dez. 1993. **Paraguaios: a imigração para Campo Grande. Gerações de fé a San Miguel**. BR_SPAPESP_HEMAPESP_S002_B000123_D000004. P.20-21).
- AMARAL, Flávia Aparecida. **História e ressignificação: Joana d'Arc e a historiografia francesa da primeira metade do século XIX**. São Paulo, 2012.
- BARBOZA, V. M. G. (2023). **Caminhos entre teologia e vidalografia: para compreender a teologia feminista**. Mandrágora, 29(1), 151–159. <https://doi.org/10.15603/ma291151-159>.
- BHABHA, Homi K. **O Terceiro Espaço**. Entrevista concedida a Jonathan Rutherford. Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, n. 24, p. 35 - 41. Rio de Janeiro, 1996.
- BOISS, Lindomar José. **Campo Grande, a vila popular e a cultura paraguaia contada por seus moradores**. ANPUH – XXIII Simpósio Nacional de História – Londrina, 2005. Disponível em: <[https://anpuh.org.br](https://anpuh.org.br/anais-simposios)> anais-simposios > pdf >. Acesso em julho de 2025.
- BUTLER, Judith. 2019. **Atos performáticos e a formação dos gêneros: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista**. Pensamento feminista: conceitos fundamentais / Audre Lorde... [et al.]; organização Heloisa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. 440 p.
- CALAÇA, Michela. **Feminismo camponês popular: contribuições à história do feminismo**. RURIS (Campinas, Online), volume 13, número 1, páginas 29–66. DOI:10.53000/rr.v13i1.4433. 2021
- CAPDEVILA, Luc **Una guerra total: Paraguay, 1864-1870**. Ensayo de historia del tiempo presente. Trad. de Ana Couchonnal, Asunción, Centro de Estudios Antropológicos de la Universidad Católica-Buenos Aires, Ed. Sb, 2010, 542 pp. Disponível em: <https://doi.org/10.4000/mcv.4167>. Acesso em julho de 2025.
- CERQUEIRA, Daniel; BUENO, Samira (coord.). **Atlas da violência 2024**. Brasília: Ipea; FBSP, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/14031>. Acesso em 01 de novembro de 2025.
- CEVASCO, Maria Elisa. Quarta lição: a formação dos estudos culturais. In: CEVASCO, Maria Elisa. **Dez lições sobre estudos culturais**. São Paulo: Boitempo, 2003, p. 60-79.
- COLLING, Ana Maria. **As chinas gaúchas: a invisibilidade do feminino na guerra do Paraguai**. In: ENCONTRO ESTADUAL DE HISTÓRIA, 12., 2014, Natal. Anais eletrônicos. São Leopoldo, Rio Grande do Sul: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2014.
- COLLING, Ana Maria. **Tempos diferentes, discursos iguais: a construção do corpo feminino na história** / Ana Maria Colling. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2014. 114p.
- COLLINS, Patricia Hill, 1948- **Bem mais que ideias: a interseccionalidade como teoria social crítica** / Patricia Hill Collins; tradução Bruna Barros, Jess Oliveira; orelha: Elaini Cristina Gonzaga da Silva. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2022.
- DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe** [recurso eletrônico] / Angela Davis; tradução Heci Regina Candiani. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016.
- DIAS, Maria Odila Leite Da Silva. **Novas Subjetividades Na Pesquisa Histórica Feminista: uma hermenêutica das diferenças**. Revista Estudos Feministas. 1994. 2, n. 2. Disponível em : <

http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026x1994000100007>. Acesso em 21 de novembro de 2025.

COORDENADORIA DA MULHER. 2024. **Definição de Violência Contra a Mulher**. Disponível em: <<https://www.tjse.jus.br/portaldamulher/definicao-de-violencia-contr-a-mulher>>. Acesso em 04 de dezembro de 2024.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe** [recurso eletrônico] / Angela Davis; tradução Heci Regina Candiani. - 1. ed. - São Paulo: Boitempo, 2016.

DE SOUZA, Márcia Alves. 2019. **FEMINICÍDIO: Violência de Gênero**. Disponível em: <<http://www.fanap.br/Repositorio/74.pdf>>. Acesso em 04 de dezembro de 2024.

DOCKHORN, Vera Lúcia Nowotny. **O ensino da Guerra do Paraguai através das imagens: uma proposta para o uso da fotografia e da pintura como fonte de ensino**. 2020. 328 f.: il.color.

DORATIOTO, Francisco Fernando Monteoliva Maldita guerra: nova história da Guerra do Paraguai / Francisco Fernando Monteoliva Doratioto. — São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

DOURADO, Maria Teresa Garritano. **Mulheres comuns, senhoras respeitáveis: a presença feminina na Guerra do Paraguai**. Dissertação de Mestrado. Campo Grande, MS, UFMS, 2005.

ESCOSTEGUY, Ana Carolina Damboriarena. **Stuart Hall e feminismo: revisitando relações**. DOI: 10.11606/issn.1982-8160.v10i3p61-76. Disponível em: <<https://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/9664>>. Acesso em 06 de outubro de 2025.

FRANCHINI, Thiago. 2023. **Lei Carolina Dieckmann: Tudo o que você precisa saber sobre**. Projuris: Plataforma de Inteligência Legal. Disponível em: <<https://www.projuris.com.br/blog/lei-carolina-dieckman-tudo-o-que-voce-precisa-saber-sobre/>>. Acesso em 04 de dezembro de 2024.

GEBARA, Ivone. **Desafios que o movimento feminista e a teologia feminista lançam à sociedade e às Igrejas**. 1987. DOI: <http://dx.doi.org/10.22351/et.v27i2.1210>. Disponível em: <http://periodicos.est.edu.br/index.php/estudos_teologicos/article/view/1210>. Acesso em 21 de novembro de 2025.

GOVERNO DO ESTADO DE MATO GROSSO DO SUL. 2022. Mapeamento das mortes violentas de mulheres, tipificadas como feminicídios, ocorridas em Mato Grosso do Sul, no ano de 2021. Disponível em: <<https://www.naosecale.ms.gov.br/wp-content/uploads/2022/06/Mapa-do-Feminicidio-2022-Entrega-Final-1.pdf>> Acesso em 01 de novembro de 2025.

GUITARRARA, Paloma. **"Tipos de violência"**; Brasil Escola. Disponível em: <https://brasilescola.uol.com.br/sociologia/tipos-de-violencia.htm>. Acesso em 05 de dezembro de 2024.

HALL, Stuart. Capítulo I – **O papel da representação**. In: HALL, Stuart. Cultura e representação. Organização e revisão técnica de Arthur Ituassu. Rio de Janeiro: Editora da PUC-Rio: Apicuri, 2016.

HOOKS, Bell. 2018. **O feminismo é para todo mundo** [recurso eletrônico]: políticas arrebatadoras / bell hooks; tradução Ana Luiza Libânio. – 1. ed. - Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2018.

LAURETIS, Teresa de. 2019. **A tecnologia de Gênero. Pensamento feminista: conceitos fundamentais** / Audre Lorde... [et al.]; organização Heloisa Buarque de Hollanda. Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2019. 440 p.

LERNER, G. **A criação do patriarcado: história da opressão das mulheres pelos homens**. Tradução de Luiza Serella. São Paulo: Cultrix, 2019

LEBKUCHEN, Jessé Carvalho. **“Cuidado, frágil”: conflitos entre a homogeneização identitária e os sujeitos excêntricos**. Afluente: Revista de Letras e Linguística, v. 4, n. 10, p. 76–89, 16 Jun 2019. Disponível em: <https://cajapio.ufma.br/index.php/afluente/article/view/11594>. Acesso em julho de 2025.

LOURO, G. L. Pedagogias da sexualidade. LOURO, G. L. (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 1999, p. 7-34.

LUGONES, Maria. **Colonialidade e gênero**. Tábula Rasa [on-line]. 2008, n.9, pp.73-102. ISSN 1794-2489. Disponível em: http://www.scielo.org.co/scielo.php?pid=S1794-24892008000200006&script=sci_abstract&tlng=pt Acesso em 12 de setembro de 2024.

MARTINO, Luís Mauro Sá. **Midiatização da religião e Estudos Culturais: uma leitura de Stuart Hall**, 2016. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/article/download>. Acesso julho de 2025.

MENEGHEL, Stela Nazareth. MUELLER, Betânia. COLLAZIOL, Marcell Emer. DE QUADROS, Maíra Meneghel. **Repercussões da Lei Maria da Penha no enfrentamento da violência de gênero**. Ciência & Saúde Coletiva, 18(3):691-700, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/gZtYwLDYSqtgp7wGTTXHw4z/>. Acesso em 04 de dezembro de 2024.

MENEGHEL, Stela Nazareth. PORTELLA, Ana Paula. 2017. **Feminicídios: conceitos, tipos e cenários**. Ciência & Saúde Coletiva, 22(9):3077-3086, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/SxDFyB4bPnxQGpJBnq93Lhn/abstract/?lang=pt>. Acesso em 04 de dezembro de 2024.

MICOTTI, Paola. **A Guerra do Paraguai tem rosto de mulher?** Imprensa, gênero e guerra. 2022. 133 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em História) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022.

MICOTTI, Paola. **Entre o dito e o não dito: a participação feminina paraguaia durante a Guerra do Paraguai**. Temporalidades, Belo Horizonte, v. 12, n. 3, p. 236–256, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/temporalidades/article/view/26270>. Acesso em 01 de novembro de 2025.

MIÑOSO, Yuderlys Espinosa. LUGONES, Maria. TORRES, Nelson Maldonado. 2021. **Feminismo Decolonial no Caribe, Meso e América do sul** – Uma introdução. Feminismo Decolonial em Abya Yala. Contribuições e desafios do Caribe, Meso e América do Sul. Editado por Yuderlys Espinosa-Miñoso; María Lugones e Nelson Maldonado-Torres.

ORTOLAN, F. L. (2011). **Imagens do feminino na Guerra do Paraguai**. MÉTIS: HISTÓRIA & CULTURA, 5(9). Disponível em: Recuperado de <https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/784>. Acesso em julho de 2025.

ORTOLAN, Fernando. **As Mulheres espartanas da Guerra do Paraguai**. 2019. Disponível em : < <https://aventurasnahistoria.com.br/noticias/reportagem/historia-mulheres-espartanas-da-guerra-do-paraguai.phtml> > Acesso em 21 de agosto de 2025.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónkẹ. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero** /Oyèrónkẹ Oyèwùmí; tradução wanderson flor do nascimento. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021. 324 p.

PAVIANI, Jayme. 2016. **Conceito e Formas de Violência**. Conceitos e formas de violência [recurso eletrônico]: / org. Maura Regina Modena. – Caxias do Sul, RS: Educus, 2016.

PERROT, Michelle. **Escrever uma história das mulheres**: relato de uma experiência. Cadernos Pagu, Campinas, SP, n. 4, p. 9–28, 2008. Disponível em: < <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1733>>. Acesso em 25 de novembro de 2025.

PORFÍRIO, Francisco. 2024. **Feminicídio**. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/sociologia/feminicidio.htm>. Acesso em 2024. Acesso em 06 de dezembro de 2024.

RAGO, Margareth. **Epistemologia feminista, gênero e história**. In: PEDRO, Joana; GROSSI, Miriam (orgs.). Masculino, feminino, plural. Florianópolis: Ed. Mulheres, 1998.

ROCHA, Maristela. MAGALHÃES, Silvio Reis de Almeida. **Mulheres na Guerra do Paraguai, os dois lados da moeda**: as “voluntárias” e a “imperatriz” da América Latina. Educação, Música e Artes: contribuições e desafios no contexto escolar. Editora Científica Digital. 2022. Disponível em: < <https://www.editoracientifica.com.br/books/chapter/mulheres-na-guerra-do-paraguai-os-dois-lados-da-moeda-as-voluntarias-e-a-imperatriz-da-america-latina>>. Acesso em 21 de agosto de 2025.

ROSA, Nailane Fabris. **Mulheres mães vítimas de violência: impactos, vivências e constituição da rede de apoio sócio afetiva**. (Mestrado em Psicologia) Programa de Pós-graduação em Psicologia da Universidade Federal do Espírito Santo, 2014.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero patriarcado violência**. / Heleieth Iara Bongiovani. Saffioti.-- 2.ed.—São Paulo : Expressão Popular : Fundação Perseu Abramo, 2015. 160p.

SILVEIRA, Rosa Maria Godoy. **Diversidade de Gênero: Mulheres**. Educando em direitos humanos: fundamentos culturais/ Maria de Nazaré Tavares Zenaide, Rosa Maria Godoy Silveira, Lúcia de Fátima Guerra Ferreira, organizadores. - João Pessoa: Editora da UFPB, 2016.

SOUCHAUD, Sylvain. **A visão do Paraguai no Brasil**. Contexto Internacional – vol. 33, n. 1, janeiro/junho 2011 Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-85292011000100006>. Acesso em julho de 2025.

SPIVAK, Gayatri Chakravony, 1942- **Pode o subalterno falar?** I Gayatri Chakravorty Spivak; tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa, André Pereira Feitosa. - Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010. 174 p. (Babel)

SQUINELO, Ana Paula. **Aulas-oficina de História**: temas para o ensino da Guerra do Paraguai/Guerra Guasu – sujeitos/as, cotidiano e Mato Grosso / Ana Paula Squinelo, Vera Lúcia Nowotny Dockhorn (Orgs.). Coleção Lume. Volume 1. 1ª ed. Cuiabá/MT, 2024. 216 p. color.

SQUINELO, Ana Paula. 2021. **150 ANOS DEPOIS**: narrativas históricas de jovens estudantes brasileiros/as sobre a Guerra do Paraguai/Guerra Guasu a partir das aulas de História. CLIO: Revista de Pesquisa Histórica - CLIO (Recife. Online), ISSN: 2525-5649, vol. 39, Jul-Dez, 2021 <http://dx.doi.org/10.22264/clio.issn2525-5649.2021.39.2.2>

TEDESCHI, Losandro Antonio **As mulheres e a história**: uma introdução teórica metodológica. Dourados, MS: Ed. UFGD, 2012. 144p.

WALLACE, Michele. (1994). **Imagens Negativas - para uma crítica cultural feminista negra**. Revista Estudos Feministas, 2(3), 65. <https://doi.org/10.1590/%x>. Disponível em: < <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/16290>>. Acesso em 13 de setembro de 2024.